



NOVO SISTEMA DE CONTROLO DE PREÇOS

SEVERAS MEDIDAS CONTRA A INFLAÇÃO

Importantes decretos sobre os preços de bens e serviços no mercado interno e sobre as novas taxas de juros nos depósitos a prazo vão ser enviados para o «Diário do Governo»

Entra imediatamente em vigor, o decreto sobre preços, os quais, como é sabido, estavam congelados até ao próximo dia 31. Destina-se o diploma a controlar a inflação

Por outro lado, entrará em vigor, quinze dias após a publicação, o decreto sobre as novas taxas de juros, tendente a estimular a poupança e a canalizá-la para o investimento reprodutivo, contrariando portanto o desvio do crédito bancário

para a especulação imobiliária e bolsista, que se vinha acentuando no último ano e representava uma das causas principais da inflação.

De notar que os dois decretos, bem como os diplomas que criam as Direcções-Gerais

dos Preços, da Fiscalização Económica e do Comércio Interno, foram assinadas pelo ex-ministro da Economia e Finanças, dr. Vieira de Almeida e por ele anunciadas numa conferência de Imprensa em 5 do corrente. Mas não chegaram a ser publicados na vigência do primeiro Governo Provisório, que cairia quatro dias depois. Definem portanto uma linha de política económica na continuidade do anterior Governo.

A última hora, foi decidido não divulgar, talvez porque vão ser alteradas, duas portarias ontem discutidas em Conselho

de Ministros e destinadas a regulamentar o decreto sobre as taxas de juros. Admite-se que o Governo tenha suspenso a sua publicação até a banca se pronunciar.

Sublinha-se, a propósito, que o governador do Banco de Portugal, prof. Jacinto Nunes, e os representantes da banca comercial foram esta tarde recebidos pelo primeiro-ministro.

O aumento da taxa de juro dos depósitos a prazo nas operações em todas as instituições de crédito, e a proibição de a banca comercial pagar juros a depósitos à ordem ou com pré-aviso inferior a quinze dias, são duas das várias medidas estabelecidas num decreto-lei já enviado para o «Diário do Governo», com data de 10 de Julho.

Este diploma visa, claramente, incentivar o encaminhamento da poupança privada para o investimento público. Beneficiará especialmente as instituições de crédito do Estado, que poderão abonar juros até 3 por cento nos depósitos a prazo ou com pré-aviso inferior a quinze dias, no caso de depósitos de pessoas ou entidades que não sejam sociedades, até à importância de 50 mil escudos, e a 1 por cento no caso de depósitos das mesmas pessoas ou entidades acima dos 50 contos. O pagamento de juros neste tipo de operações fica proibido, aos institutos de crédito do Estado e estabelecimentos especiais de crédito,

Continua na pág. 12



MAGALHÃES GODINHO: O ENSINO NA DEMOCRATIZAÇÃO

O novo ministro da Educação Nacional deu esta manhã uma conferência de Imprensa. O prof. Magalhães Godinho estava acompanhado pelos subsecretários de Estado da Orientação Pedagógica, dr. Rui Grácio, da Cultura e Investigação Científica, dr.ª Maria de Lurdes Belchior, da Administração Escolar, eng.ª Protes da Fonseca, e do Desporto e Acção Social Escolar, dr. Avelãs Nunes.

O prof. Magalhães Godinho começou por dizer que em virtude de Portugal ter entrado num processo de transformação, que há-de conduzir à democracia, tudo quanto for feito no campo da educação desempenha um papel de rele-

vo. E sublinhou a propósito, a importância da investigação científica: «porque o País não pode viver apenas do legado das gerações anteriores mas terá de caminhar em frente e inventar o seu futuro.»

Mais adiante, o ministro afirmou: «Esta situação legada por meio século de fascismo é particularmente grave pois o fascismo exerceu uma acção sistemática na destruição da cultura. Na realidade carecemos de recursos materiais e carecemos sobretudo de recursos humanos.» Logo depois salientou que a diversificação de casos torna difícil traçar um quadro geral inscrito numa política

Continua na pág. 24

A FRELIMO DIALOGA COM OS COLONOS

LOURENÇO MARQUES, 23 — (Telex do nosso correspondente) — A situação nos subúrbios de Lourenço Marques, que estranhamente se tem mantido mais ou menos silenciosa, começa agora, ainda que timidamente, a ser conhecida do grande público. Os africanos continuam a ter medo de falar, e apenas quando escudados na capa do anonimato referem os crimes que se têm cometido no «Canico a seis mortos por noite é o número que anda no ar. O número que as moças angustiadas dos africanos contam às pessoas que os ouvem. Na Polícia, ninguém sabe ou pode dizer nada.

Nos hospitais, também nada se consegue saber. Mas os rumores tomaram já conta da cidade e as palavras dos habitantes do «canico» começam a ouvir-se.

Em editorial, na sua edição de hoje, intitulado «Vigilância e serinidade» o «Notícias de Lourenço Marques», depois de referir os primeiros atentados

bombistas contra conhecidas figuras de democratas, analisa o fenómeno do seguinte modo: dividir a comunidade branca e acima de tudo impedi-la de se adaptar a uma solução democrática de governo de maioria, eis o alvo a atingir.

Mas para tal não basta tentar isolar determinados sectores dentro da comunidade. É necessário minar os pilares da ponte do diálogo e da integração.

Dai, a segunda parte do plano: estender comseguranças as forças da ordem e a própria comunidade africana.

Como fazê-lo?

As esquadras de Polícia e o próprio supermercado da P.S.P. na proximidade das quais explodiram as granadas, situam-se na periferia, junto dos bairros suburbanos, em zonas, portanto, em que é possível duvidar da cor da mão que as lançou.

Objectivo? Provocar o estado de nervosismo e tensão das forças policiais, que as levem a reacções desproporcionadas

na manutenção da ordem pública, nas suas áreas de acção, susceptíveis de criar o incidente.

Continua na pág. 24

2.ª EDIÇÃO

DOENÇA DE FRANCO: COMO SALAZAR EM 69

MADRID, 23 — Francisco Paulino Hermenegildo Teodilo Franco & Bahamonde, generalíssimo de Espanha, deu ontem, ao fim da tarde, alguns passos sózinhos. Comeu com razoável apetite. Familiares seus, interrogados pelos jornalistas declaram por exemplo:

«Está muito melhor, talvez melhor do que no primeiro dia. Dentro de três dias, quem sabe, terá alta»

Isto disse o irmão Nicolas Franco & Bahamonde, antigo embaixador de Espanha em Lisboa. A mulher acrescentou:

«Acho-o com mais vitalidade do que antes».

D. Afonso de Borbon, o aristocrata que casou com a neta mais velha de Franco também esteve na clínica e falou aos jornalistas. Afirmou: «O generalíssimo está muito melhor. Deu alguns passos, mesmo sem ajuda, e talvez saia em breve da clínica. Mas isso dirão os médicos, não eu...»

D. Alfonso acrescentou, com aparente humor: «Está já a pensar nas férias.»

Férias que seriam, como habitualmente, na Galiza.

Pela clínica Francisco Franco está internado, passaram também o Chefe do Governo, Arias Navarro, e o Núncio Apostólico, monsenhor Luigi Dadaglio. Rostos serenos. E no entanto o domingo terá sido dramático, se dermos ouvidos aos jornalistas. Uma intervenção cirúrgica esteve talvez programada. Por fim o doente superou a crise e, a avaliar pelo semblante fe-

chado (normalmente fechado, entenda-se) da guarda pessoal que vigia as entradas da clínica, e bem assim as ruas próximas, na fronteira do bairro Salamancha com Alcalá, nada de especial está a acontecer. Bo-

1968. Trata-se de uma história paralela que eu vim encontrar? Raspando um pouco a capa do verniz, vê-se que muitos espanhóis estão suspensos do que sucede na clínica Francisco Franco. Esperar-se-ia coisa di-

Por FERNANDO ASSIS PACHECO
Enviado especial do «DL»

letins médicos, aqui chamados «Partes», saem regularmente a lume para significar que o chefe dos espanhóis não só não afogina como, inclusive, recupera.

Estranhamente um motorista de táxi com quem falei entre Barajas e Callao mostrou-se menos que informado — indiferente — «Essa gente ganha suficientemente bem para não sentir problemas» — explicou-me uma senhora oriunda das Baleares.

É verdade? A mesma indiferença, ou outra parecida, era perceptível em Lisboa quando da doença do dr. Salazar em

versa desta? A verdade, não obstante, reside também num ponto preciso: incapacitado. Francisco Franco fez do Príncipe Juan Carlos de Borbon & Borbon chefe de estado em funções.

Recorda-se que no dia 22 de Julho de 1969 o generalíssimo, ante as cortes reunidas em plenário, declarou o filho do Conde de Barcelona seu sucessor

Continua na pág. 24

Portugal corta relações com o Malawi

Do Ministério dos Negócios Estrangeiros recebemos a seguinte nota:

«Desde os princípios do mês corrente, o Governo do Malawi veio assumindo uma atitude susceptível de pôr em grave risco a manutenção das boas relações com o Governo português, através de uma conduta manifestamente de obstrução à nossa política de descolonização.

Embora consciente da posição do Governo português em relação ao engenheiro Jardim e do facto de contra ele existir uma ordem de prisão, o Governo do Malawi não só lhe reservou um lugar de destaque em diversos actos públicos como permitiu que permanecesse no seu território exercendo ostensivamente actividades no sentido de procurar

Continua na pág. 24

NACIONAL

COMPORTAMENTO

Podemos aceitar que a reacção de certas personalidades ao comportamento de alguns elementos dos órgãos de Informação tenha sido um pouco brusca, puritana, ingénua.

Podemos aceitar que determinadas personalidades careçam de adquirir maior «presença» e autoridade nos embates ou «invasões», ou «assaltos» dos homens (e mulheres) da Imprensa, Rádio e Televisão.

Podemos aceitar. Mas não podemos deixar de ter em conta a incipiência, vacuidade, irresponsabilidade, infantilismo com que se tem abusado, por parte de certa «informação», das condições e predisposições presentes.

Durante a passada crise tomou-se o anedótico, o marginal o entrar e sair dos portões dos palácios por sinónimo de informação. O público tomou conhecimento de muitos pormenores insignificantes e ridículos (fiquemos por aqui), mas dificilmente foi informado dos acontecimentos e factores verdadeiramente significativos.

Se as personalidades com responsabilidades políticas algo têm de aprender relativamente ao seu comportamento democrático, os representantes da Informação também têm de assumir as suas responsabilidades, não confundindo sensacionalismo provinciano com profissionalismo adulto.

M de A

MORADORES DO LUMAR

Nas instalações da Academia Musical 1.º de Junho de 1893, efectuou-se uma reunião de moradores do populoso bairro do Lumiar, para apreciação do processo global para a nomeação da comissão que há-de gerir a junta de freguesia e das questões locais urgentes. Sobre este ponto foi salientado a extrema insuficiência económica das zo-

nas residenciais da Musgueira, Telheiras e bairro anexo ao Estádio José Alvalade.

COMÍCIO DO P.S.

No campo de futebol do Bombarral, efectua-se hoje, às 21 e 30, um comício do Partido Socialista, em que intervirão Mário Soares, Salgado Zenha, Tito de Moraes e Manuel Serra.

SOLIDARIEDADE ESTUDANTIL À MANIFESTAÇÃO DE APOIO AO M.F.A. E AO GOVERNO PROVISÓRIO

Direcções associativas de sete movimentos estudantis de Lisboa (Medicina, Técnico, Economia, Agronomia, Ciências Sociais, Direito e Instituto Industrial) solidarizam-se com a grande manifestação e comício popular que se realiza no próximo dia 25, quinta-feira, às 21 e 30, no Estádio 1.º de Maio e convocado pelas principais forças políticas e democráticas de apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao novo Governo Provisório.

O local de concentração dos estudantes para a manifestação é no Campo Grande, no início da Avenida Brasil, às 21 horas, donde seguirão para o Estádio.

O comunicado agora distribuído pelas associações estudantis recorda ainda que é decisivo o apoio às Forças Armadas pois «na situação política presente em que as forças reaccionárias e fascistas não desarmam e tentam impedir ou comprometer a consolidação da democracia, como são exemplo vivo as recentes manobras conspirativas de elementos reaccionários e conservadores que orquestraram a recente crise governamental pondo em perigo o actual desenvolvimento do curso democrático, torna-se imperioso reforçar a vigilância e a unidade na acção de todas as forças democráticas contra as tentativas contra-revolucionárias».

MANIFESTAÇÃO NO PORTO

O Partido Comunista Português e o Partido Social, com o apoio do Movimento Democrático do Porto e da União dos

Sindicatos do Porto, também realizam no dia 25, pelas 19 e 30, uma manifestação-comício na Praça do Município, de apoio ao Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório.

CURSO DE JORNALISMO

No Ministério da Comunicação Social encontram-se abertas as inscrições para um curso acelerado de jornalismo a efectuar em Paris nos próximos meses de Setembro a Dezembro.

A ele podem concorrer indivíduos de ambos os sexos, jornalistas ou outros, tendo estes habilitações mínimas o 7.º ano dos liceus, e falando correctamente a língua francesa.

Para o referido concurso que terá duração de quatro meses foi elaborado um programa-piloto, sendo este constituído por ensino teórico e prático, das matérias mais assinaladas das ciências da informação e prática profissional em diversos meios de comunicação.

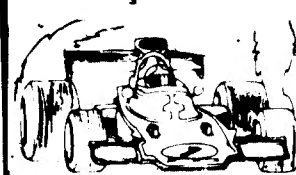
A selecção de candidatos será feita através de três provas sendo duas escritas e uma oral. A primeira é constituída pela análise de um texto. A segunda por uma série de perguntas destinadas a saber se o candidato está ao corrente dos principais acontecimentos mundiais dos últimos tempos.

Por último o candidato deve

submeter-se a uma prova oral em francês. Os elementos seleccionados seguirão durante o mês de Agosto um curso intensivo de dactilografia e uma série de palestras de iniciação ao jornalismo e suas técnicas em língua francesa após o qual partirão para o estrangeiro.

Os interessados devem enviar àquele Ministério, até ao fim do mês, o seu «curriculum vitae» acompanhado de uma fotografia.

AS TERÇAS-FEIRAS



O JORNAL

motor

REUNIÕES DE TRABALHADORES E ESTUDANTES

Estão marcadas para hoje em Lisboa as seguintes reuniões: **Cooperativa dos Armadores da Pesca de Arasto**, na sede, às 15 horas; **Alunos do Instituto Comercial de Lisboa**, às 19; **Assembleia Geral de «A Voz do Operário»**, às 21.

No Porto: **Plenário da União dos Sindicatos do Porto**, na Rua do Breiner, às 21 e 30.

DENTOLAMINA PÓ

«O antisséptico bucal com o maior índice de oxigénio nascentes»

Poderoso desinfectante para a higiene bucal, auxiliar no tratamento das gengivites, estomatites, amigdalites e outras afecções bucais. Elimina o mau hálito.

O oxigénio nascente libertado de DENTOLAMINA PÓ tem uma enérgica acção desinfectante e hemostática local.

Use DENTOLAMINA PÓ tantas vezes quantas necessárias.

A higiene da boca é fundamental para uma boa saúde. Consulte periodicamente um Médico Estomatologista.

Representante exclusivo: INIBSA PORTUGUESA - Lisboa
VENDA EXCLUSIVA EM FARMÁCIAS

CAIXA DE PREVIDÊNCIA

COMUNICADO

AOS MÉDICOS E ENFERMEIROS DA CAIXA DOS SERVIÇOS MÉDICO-SOCIAIS DO DISTRITO DE LISBOA

Os representantes médicos e enfermeiros da Caixa dos Serviços Médico-Sociais do Distrito de Lisboa, vêm lembrar que se realiza na próxima 4.ª-feira dia 24 a eleição para a Comissão Administrativa da Caixa.

Fazem notar a im-

portância da participação de todos no acto eleitoral, chamando a atenção sobre a mais ampla representatividade da Lista A, por ser a única que integra um elemento administrativo da Sede, um elemento administrativo dos Postos e um profissional de enfermagem.

COZINHA VELHA

QUELUZ — TELEFONE 95 02 32

Comunicamos aos nossos Clientes que a COZINHA VELHA se encontra encerrada amanhã dia 24 fazendo-se o serviço normal na SALA DOURADA.

A DIRECÇÃO

COMPANHIA DE SEGUROS «ALIANÇA MADEIRENSE», S.A.R.L.

SEDE SOCIAL: Rua do Aljube, 61-1.º — Funchal

DELEGAÇÃO GERAL: Rua Martens Ferrão, 11 — Lisboa

AUMENTO DE CAPITAL

DE 10 000 PARA 30 000 CONTOS

TROCA DE CAUTELAS PELOS TÍTULOS DEFINITIVOS

Avisam-se os Senhores Accionistas da emissão em epígrafe que, a partir da presente data poderão dirigir-se às instituições de crédito onde foram efectuadas as subscrições, a fim de procederem ao depósito das cautelas com vista à sua troca pelos títulos definitivos, que se iniciará em 23 do corrente.

Os Senhores Accionistas que efectuaram a subscrição nos nossos escritórios deverão igualmente proceder ao depósito das correspondentes cautelas junto de uma instituição de crédito, para os mesmos efeitos.

Esta troca encontra-se sujeita ao que está estipulado oficialmente para este tipo de operações.

Lisboa, 19 de Julho de 1974

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

URBANO TAVARES RODRIGUES

O PONTO CAPITAL

Após os selváticos massacres de Luanda, maquinados por inconscientes criminosos, verdadeiramente cegos à marcha da história e contrários, nos seus actos de barbárie, ao espírito do Movimento das Forças Armadas, há que avançar rapidamente para a paz e para a independência das colónias, antes que possa deteriorar-se o clima, reconhecido por todo o mundo como de admirável equilíbrio e de invulgar humanidade na firmeza) que foi o do 25 de Abril. A Frelimo vê-se obrigada a denunciar publicamente os oportunistas e os traidores que proliferam em Moçambique (desde um Lázaro Kavandame aos caceteiros e assassinos a soldo dos grandes magnates e desses indivíduos da pequena-burguesia, perigosamente equivocados, em sua fúria racista e imperialista, que o Eduardo Lourenço designa por «pés brancos», jogando com a expressão francesa «pieds noirs», aplicada aos colonos intransigentes. Ora afinal tanto os africanos negros como os brancos têm tudo a ganhar com a paz, que tornará possível às maiorias ganhar melhor e ter uma vida mais livre.

As ocorrências destes últimos dias levam-me a trazer para as colunas do «Diário de Lisboa» o seguinte texto (agora com um tom profético) que em vão tentei publicar em Outubro, durante a campanha anticolonial que foi a campanha «eleitoral» da C.D.E.:

Discutiram-se, isto é, não se puderam livremente discutir, nesta campanha de «esclarecimento», problemas políticos que, obviamente, envolvem antagónicas concepções do mundo. Nesta campanha que foi de quantas houve (ou não houve) desde que cheguei à idade da razão, aquela em que a representação mais violentamente se desmascarou...

Ser a favor das liberdades fundamentais, ou seja, dos direitos de reunião, de associação e de constituição em partidos políticos, reclamar um sindicalismo livre e o direito à greve, a reforma democrática do ensino, a expropriação ou limitação, dos latifúndios, a amnistia para os presos políticos, o regresso dos exilados, o fim da guerra

colonial, que, ao serviço exclusivo dos monopólios, arruina o País e dizima a juventude, incita à emigração, essas legítimas e imprescindíveis reivindicações foram consideradas em aplicados, por vezes ridículos, por vezes estultos, discursos e comunicados da A.N.P. — de um primarismo e de uma desverdade confrangedores e, até por isso, irrespondíveis — como atitudes subversivas. Imagine-se!

Bom, a campanha vai quase transcorrida. Os campos, já extremados, mais se extremaram. A escalada repressiva não deixou entretanto de acentuar-se, dia a dia. Mas não é propriamente de opções políticas que venho aqui falar-vos. Sim, a linha da Oposição Democrática, unitariamente estruturada com a maior amplitude, é socialista. A minha, a nossa opção é pelo socialismo contra o fascismo. Já nem interessa repeti-lo. O povo percebeu quem está com ele. Quero apenas chamar a vossa atenção para um ponto — o ponto capital — cuja extrema gravidade o futuro há-de julgar. E para isso conjuro à reflexão todos os portugueses, politizados ou não. É que a escolha da Oposição Democrática não é só de um Portugal livre e socialista: é uma urgente, intransigente escolha moral perante o mundo e perante a história: pela humanidade contra o crime.

São os homens que, com os seus actos quotidianos, fazem a história e nem sempre são capazes de «ver», à luz da verdade rigorosa e única, o dia-a-dia que constroem ou que consentem. E o Governo que hoje, com a sua A.N.P., desgoberna Portugal será olhado pela história, não se iludam (nem eles decerto se iludem) como aquele que conduz uma das guerras mais cruéis e criminosas do nosso século. Os católicos autênticos sabem-no. Os outros fazem de conta...

O povo, às vezes, está longe. Tem ao pé a televisão. E, contudo, é esse mesmo povo que mata e morre. Porque assim lho ordenam. E todos nós os que nos esquivamos ao imperativo da repulsa seremos cúmplices. Pensem bem. É este o ponto capital.

«O ponto fulcral do nosso ideário repousa sobre o conceito de autodeterminação, que se impõe clarificar, em ordem a que à sua volta não possam continuar a tecer-se as especulações que tanta perturbação e dúvida têm lançado». Gen. A. Spínola, 11-6-74

«Ou bem que todos sabemos que a autodeterminação dos povos de Angola, Moçambique e Guiné conduz totalmente à sua independência, ou bem que não. Se sim — e eu não vejo seriamente como sustentar a negativa — a montagem de um esquema autodeterminativo afigura-se-me redundante, logo, inútil». Dr. Almeida Santos, 12-5-74

«... o que hoje se entende por independência imediata seria a mais gritante negação dos ideais democráticos universalmente aceites e nos quais se inspirou o Movimento das Forças Armadas». Gen. A. de Spínola, 11-6-74

Traumatizada por cinquenta anos de silêncio, sem experiência de diálogo e crítica construtivos, a Imprensa portuguesa liberta — com uma ou duas excepções — tem-se remetido para o exercício de um jornalismo acumulativo, caótico, aparentemente «movimentado» mas, no fundo, passivo e reverencial. Nenhuma questão séria é abordada de frente, discutida, estudada, como se o simples eco da violenta agitação verbal que atravessa o País, suprisse o dever de analisar, de tomar posição e partido. Sem as diversas palavras «oficiais», repetidas e glosadas mecanicamente, parece que não haveria matéria jornalística. É tempo de encerrar esta fase de informacionismo sem perspectiva e de começar a repensar questões e problemas vitais para o futuro da nossa democracia. E, naturalmente e em prioridade, aquele que há treze anos envenena o horizonte do País: a questão africana.

Quer se queira, quer não, o centro da política portuguesa continua a ser «África». É notório que uma parte da nossa classe política e a opinião com ela solidária, absorvidas já pelas delícias do partidário interno, age como se o «pesadelo africano» tivesse terminado na manhã do 25 de Abril. Ao indiferentismo compreensivo da opinião pública em relação à ex-política metropolitana em que não participava, sucedeu um «desinteresse» ostensivo que considera como resolvido um problema que já antes só existia para ela, negativamente. Mas é evidente, para quem não se queira cegar, que a questão africana não foi abolida, nem o será tão cedo recolocada numa outra perspectiva, felizmente aberta, o que não era o caso da anterior. Para ser claro: a questão africana, que existia antes como fenómeno teratológico no conjunto da vida nacional, passou a existir como doença normal a partir do 25 de Abril. Doença que não pode ser escamoteada sem que se volte aos poucos à teratologia passada.

Não estranha que o grande público, a quem a questão africana na sua complexidade não foi nunca exposta, a considere como já «resolvida» e deponha a sua responsabilidade própria, segundo reflexo costumeiro, nos que, segundo ela, têm obrigação de resolvê-la. Infelizmente, este optimismo ou esta demissão voluntária não são corroborados pela evolução dos acontecimentos. Já

Quantas políticas africanas temos nós?

hoje não escapa a muita gente que em tão magra matéria não há, nos chamados meios responsáveis pelas perspectivas abertas pelo 25 de Abril, uma unanimidade evidente. As discordâncias nada têm de anormal, mas é normal e nefasto não as explicitar em plena luz. Escasso mês e meio permitiu verificar com clareza ofuscante que o complexo problema colonial (assim bem designado por Álvaro Cunhal), em vez de ter suscitado uma perspectiva nacional coerente e firme, deu lugar a declarações e «démarches» difíceis de conciliar. Formulada, desenvolvida com energia, autorizada como nenhuma outra, existe desde a publicação de «Portugal e o Futuro» uma perspectiva de solução do lado português para o problema africano: é a do actual Presidente da República. O menos que se pode dizer, após dois meses de novo regime, é que tudo se tem passado, a nível oficial e até na boca mesmo dos mais directos responsáveis pela nossa política colonial, como se o célebre esquema do General Spínola tivesse sido ultrapassado pela urgência política internacional, ou funcione como mera referência decorativa ou utópica. Não nos interessa, aqui, discutir se a perspectiva do General Spínola é efectivamente utópica ou utopicamente realista. O que nos interessa sublinhar é que foram necessários dois meses, e a experiência concreta de tal «complexidade» em termos de dificuldades diplomáticas, políticas e ideológicas, para que a perspectiva «utópica» do General Spínola comece a ser tomada a sério. O famoso «diptico autodeterminação — independência», no qual o primeiro termo aparecia como mera dáusula formal, revelou-se na prática, e mau grado a insistência com que foi apregoado aos quatro cantos da terra, uma fonte de equívocos. Na óptica do General Spínola são momentos de um processo não ligados, por uma necessidade fatal (embora da ordem do provável e do aceitável), momentos cronológicos e idealmente autónomos. Embora a perspectiva «federalista», considerada como um óptimo em «Portugal e o Futuro», parece ter perdido muito em viabilidade aos olhos do seu autor, a distinção capital entre o momento autodeterminativo e o momento independentista continua de pé.

É claro que esta perspectiva não suscita nenhum entusiasmo da parte dos que se batem há 13 anos pela independência pura e simples. É igualmente visível, mau grado as máscaras do complexo jogo político nacional, que no interior mesmo da actual equipa dirigente o esquema do General Spínola, sem ser criticado de frente, é objecto de reinterpretção mais ou menos coerente com ele. Trata-se de uma questão puramente tática, mais da ordem dos meios que dos fins, ou da divergência mais funda que toda a ordem desses fins? Formular a questão é já responder-lhe. Ao nível mais alto e nem se precisaria das declarações explícitas de Álvaro Cunhal no diário «Le Monde» para o verificar — existe uma séria divergência entre os que querem jogar a fundo a hipótese da autodeterminação, não excluindo a termo (mesmo breve) a independência, e os que prefeririam economizar, por estar convencidos do seu carácter ilusório, essa autodeterminação. Todavia, se uma tal

divergência não degenerou em incompatibilidade de governamental — aparte o interesse manifesto que existe em estar de «dentro» e não de «fora» para defender as respectivas posições —, isso deve-se à unanimidade acerca de um ponto capital: o da presença branca em África. Presença orgânica, política, e não marginal e accidental como a dos brancos no Zaire actual. E assim, paradoxalmente, a questão africana, vista do lado português que não é o único nem acaso o essencial, resume-se numa espécie de resposta em relação ao problema seguinte: para preservar a presença branca em África, qual é o melhor caminho: encetar o processo da autodeterminação como primeiro passo imprescindível para tudo o mais, independência inclusa; ou conceder sem tardar a independência pura e simples?

A mais lógica e inequívoca das soluções é, naturalmente, a segunda. Tão lógica que mesmo a primeira solução não a exclui como seu termo provável ou natural. Mas a lógica do real pode ter outra lei ou outra complexidade. É, sem dúvida, o caso do mais orgânico colonialismo de todos os tempos, o nosso. Se o «entreguismo» fosse óbvio já tinha triunfado, e triunfará decerto quanto for óbvio. Não nos colocamos aqui num plano abstracto de moralidade ou da justiça histórica: nesse plano é impossível encontrar qualquer justificação para perpetuar, seja sob que forma for, o império do colonialismo. Mas os imperativos da moralidade política são uma coisa que raramente tem ocasião de se aplicar e incarnar na realidade histórica, reino das puras relações de força. Se para um certo sector, e com eminentes responsabilidades políticas ultramarinas, a hipótese independentista não põe problemas (ou apenas de ordem secundária), é na medida em que tal hipótese vai de par, no seu espírito, com a certeza da permanência branca em África. Em suma, para aqueles que a cusam velada ou abertamente o «autodeterminismo» do General Spínola de ser uma forma de «neocolonialismo», de mais não se trataria de que uma forma mais subtil ainda do mesmo «neocolonialismo». Simplesmente, nenhum «independentista» branco está em condições de afiançar e garantir de maneira absoluta a presença branca numa África independente. Ou só o está a título de aposta que até hoje não foi ganha em parte alguma. É o colonialismo português essa mítica excepção que permitiria pôr-lhe fim evitando a tragédia humana e política a que deu lugar noutras latitudes e noutros contextos? Tanto os «autodeterministas» como os «independentistas» partilham essa esperança que nalguns é da ordem da fé. Mas o que os distingue é o grau de confiança nessa possibilidade. É porque o General Spínola e aqueles que pensam como ele não estão seguros dessa permanência, no caso de concessão de independência sem processo estruturado de «autodeterminação» que recusam tal hipótese. E nenhum «independentista» pode asseverar que ele se engane. Ao fim e ao cabo, a hipótese do General Spínola (vista a questão sempre do lado português...) não é menos lógica que a do «entreguismo», concebido como «não-entreguismo». Trata-se de duas apostas que excluem

a única questão-tabu, aquela que nenhum político responsável ousa formulara bertamente e menos ainda fornecer-lhe uma resposta: que atitude deve tomar o País diante da perspectiva de uma independência sem fatal presença branca?

Houve um tempo, tempo de oposição pura, com a natural boa consciência que ele segrega, em que formações hoje responsabilizadas pelo destino colectivo encararam essa perspectiva com um sangue-frio absoluto. Era no tempo em que «perder a África» era, sem mais, uma derrota do fascismo e do colonialismo portugueses. Infelizmente, não foi o fascismo que inventou as nossas dificuldades coloniais. Elevou-as a um grau de incandescência e malefícios raros e já não foi pouco. Quanto ao resto, Portugal é colonialista há quinhentos anos e não é fácil, como se está vendo, libertar-nos sem dor nem percalços, dessa túnica de Nessus. No momento presente só a extrema-esquerda, ou melhor a ultra-esquerda, perfilha sem problemas de consciência a ideia de uma independência sem vinculação necessária a uma presença branca. Este alinhamento pela exigência máxima e maximalista de parte (ou todos?) os que combatem o colonialismo português, é-lhes tanto mais fácil quanto é certo constituírem uma facção sem responsabilidade governamental, e concretamente, em estado de franca oposição. Todavia, e independentemente desta atitude que é minoritária (por enquanto), não é de excluir que chegue uma altura em que o problema da independência das nossas colónias, como continua a intitulá-las com coerência o nosso ministro dos Negócios Estrangeiros, se ponha em toda a sua nudez, quer dizer, desvinculada dessa fatal hipoteca que sobre ele faz pesar a presença branca, tal como existe, ou mesmo, em absoluto.

Não é um exercício da política-ficção encerrar tal eventualidade nem superfluo, sob pretexto de que, literalmente, nenhum dos grupos responsáveis que nos combatem exigiu o apagamento da presença branca, todos declarando, ao contrário, e não há razão para os suspeitar, que a perspectiva em que se colocam é antirracista e visa apenas destruir a realidade colonialista. É que a questão que se põe (e porá) aos chefes africanos consiste justamente em saber como destruir esse colonialismo, que não é uma realidade abstracta mas, objectivamente, um estatuto de privilégio histórico, económico, social, político e cultural usufruído pela maioria branca. Em suma, a questão de saber se é possível abolir esse estatuto privilegiado sem abolir o seu suporte humano. Idealmente, muitos africanos continuam a supor a operação possível e desejável, e quanto aos portugueses, veriam nela o coroamento de uma mitologia nacional e um exemplo sem precedentes nos anais da humanidade. Simplesmente, a conversão a que, na melhor das hipóteses, essa minoria branca é convidada, não representa um desafio menor nos anais do colonialismo, desafio a que os nossos «pés brancos», herdeiros e beneficiários de cinco séculos de colonialismo orgânico, terão dificuldade em responder. O que os caracteriza é a consciência super-aguda de

Continua na pag. 17

NACIONAL

AINDA POR RESOLVER O CASO DOS VENDEDORES DA TECNITUR

Os vendedores em tempo inteiro da Tecnitur-Técnica, Gestão e Promoção de Investimentos Turísticos, S.A.R.L., que se encontram em greve de zelo há mais de dez dias por não terem visto satisfeitas as suas reivindicações, tiveram hoje uma reunião conjunta com o patronato e o secretário de Estado do Trabalho.

Os trabalhadores, que pretendem ver especialmente consagrada a vinculação efectiva à empresa com as correspondentes obrigações mútuas, foram já recebidos pelo ministro do Trabalho, a quem expuseram as suas razões.

Por outro lado, e como consequência da posição intransigente que a administração da Tecnitur tem mantido — acompanhada de ameaças veladas de encerramento da empresa, com consequências facilmente previsíveis para os trabalhadores e para os que nela investiram as suas poupanças — os vendedores apresentaram um ultimato à empresa no sentido de o assunto ser resolvido até às 17 horas de hoje. Caso contrário, os trabalhadores reservam-se o direito de assumirem a atitude que considerarem mais adequada à situação.

QUARENTA CONDUTORES AUTUADOS POR EXCESSO DE VELOCIDADE

Cento e oitenta e cinco carros particulares e cinquenta e dois táxis fiscalizados para um total de sessenta autuações, quarenta das quais por excesso de velocidade controlada pelo radar, foi o resultado de mais uma operação «stop» levada a cabo, esta madrugada, pela Secção de Trânsito da PSP, na zona de Lisboa e arredores.

Durante a operação foram ainda presos dois jovens por condução ilegal.

Estudador sem sorte

O jovem estudador João Rentas, na situação de desempregado, não resistiu à tentação e deu o golpe: arrombou a porta de uma charentaria na Estrada de Moscavide e comeu vários bolos sortidos que se encontravam em exposição na montra do estabelecimento. E na oportunidade ti-

rou ainda um rádio portátil esquecido sobre o balcão.

Mas a sorte não o protegeu até ao fim da operação, pois quando se aprestava para abandonar o local do furto, apareceu um guarda-nocturno que logo ali lhe deu ordem de prisão.

COMÍCIOS DO M.D.P.—C.D.E.

A repressão não voltou ao teatro Laura Alves

Comissões de base da C.D.E. (Lisboa) organizaram comícios, ontem à noite, no Teatro Laura Alves e no Panteão de Santa Engrácia.

Na primeira das salas indicadas, completamente cheia, José Manuel Tengarrinha fez uma larga exposição sobre o momento político e recordou a última sessão de propaganda realizada pelo Movimento Democrático Português (C.D.E.), naquele mesmo local, e que sofreu uma repressão tremenda e contínua, durante a última campanha «eleitoral» do regime caetanista. O 25 de Abril correspondeu assim aos desejos mais profundos do povo português, que nunca se submeteu ao regime fascista.

José Manuel Tengarrinha, activista da C.D.E. e membro da sua Comissão Executiva, citou depois as dificuldades com que tem de lutar-se para a construção da democracia no nosso país, uma vez que quase 50 anos de fascismo impediram a politização do povo e continuam a existir forças reaccionárias muito poderosas, não tendo sido derrubado os grandes sistemas de exploração. Por isso mesmo, a defesa do Programa do Movimento das Forças Armadas é tarefa imediata, tendo José Manuel Tengarrinha advertido a larga assistência dos perigos do aparecimento de outras forças políticas com nova máscara, mas que contém em si os mesmos objectivos reaccionários e fascistas. Um apelo para a vigi-

lância popular com vista a garantir a institucionalização da democracia e das liberdades e pela independência das colónias, terminou a intervenção de José Manuel Tengarrinha, o qual lembrou a importância de todos comparecerem no grande comício de apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao Governo Provisório marcado para quinta-feira à noite, no estádio 1.º de Maio.

No comício do Teatro Laura Alves usaram ainda da palavra Elvira Nereu, da base da C.D.E. de Campolide, e Manuel Gomes, membro da comissão eleita para a Junta de Freguesia dos Anjos, promotora da reunião.

O comício-convívio terminou com a colaboração de Adriano Correia de Oliveira e Carlos Paredes, entusiasticamente acompanhados pelo auditório.

NO PANTEÃO

«Do 25 de Abril ao 2.º Governo Provisório» foi o tema do comício-colóquio promovido no Panteão de Santa Engrácia pela comissão de base da C.D.E. das freguesias de São Vicente, São Miguel e Santa Engrácia.

O actual momento político, as forças em presença e os caminhos seguidos pela reacção nas actuais circunstâncias, a definição das tarefas do Governo Provisório na presente conjuntura e a importância da defesa do Programa do M.F.A., além de aspectos de organização e de um entusiástico pedido de adesão ao grande comício do es-

tádio 1.º de Maio, foram os temas-base das pequenas intervenções de Fernando Luso Soares, Carlos Coutinho, António Quelhas, Arnaldo Pereira e José Manuel Dias.

O colóquio que se seguiu foi moderado pelo nosso camarada de Imprensa Baptista Bastos, tendo este comício do M.D.P. terminado com toda a assistência, de mãos dadas, entoando canções de luta.

Resposta ao Director-Geral de Combustíveis

Da Associação Regional de Revendedores de Combustíveis recebemos a seguinte resposta a um esclarecimento do director-geral dos Combustíveis que publicámos no passado sábado:

«Efectivamente não foi dito «tirar o pelo». Foi dito, isso sim: tirar do «próprio pelo». Foram testemunhas da afirmação: os Ex. mos. sr. engs. Mário Silva e Machado Gomes, da Direcção Geral dos Combustíveis, e os gestores da Associação, Fernando Sacramento, Fernando Martins Barata, Alfredo dos Santos Gil, Júlio Alexandre Melo, Filipe Benjamim, e eng. Júlio Silveira.

«Foi essa expressão: «tirar do próprio pelo» que se reproduziu na conferência de Imprensa e se mantém».

Comício do M.R.P.P. em Coimbra

O Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (M.R.P.P.) promove hoje, às 21 e 30, no Centro de Recreio Popular do Bairro Marechal Carmona, em Coimbra, um comício popular destinado à abordagem da situação política actual.

Serão analisadas as tarefas da classe operária e do povo à luz do marxismo-leninismo-maoísmo e as diferenças que opõem o M.R.P.P. aos partidos da coligação governamental. Usarão da palavra diversos oradores.

CONDENADO POR AGRESSÃO A TIRO

PORTO, 23 — Após várias audiências, terminou no 2.º Juízo Criminal do Porto, o julgamento do agente comercial António Domingues Dias de Almeida, de 48 anos, casado, que era acusado de na tarde do dia 8 de Setembro do ano transacto, ter alevado com um projectil de espingarda de recreio o empregado de escritório Manuel de Freitas Soares Canele, de 37 anos. A agressão deu-se na estrada marginal, junto ao Freixo, depois de umas ultrapassagens seguidas de insultos e gestos ofensivos, aos quais o agredido estava totalmente alheio.

O réu foi condenado na pena de 18 meses de prisão, que nos termos do decreto-lei 259/74 ficou reduzida para 9 meses, mais 16 meses de multa a 25500 por dia, 900500 de procuradoria e custas, e 2.000500 de imposto de justiça.

EXTINTO O INCÊNDIO DO VALE DO VOUGA

AVEIRO — Ao fim de 48 horas de esforços, numa acção conjunta de corporações de bombeiros de todo o distrito, de militares do Regimento de Infantaria n.º 10, da Carreira de Tiro de Espinho, e de centenas de populares, foi extinto na madrugada de hoje o incêndio que lavrou na serra do Vale-de-Vouga, entre Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga.

No combate também intervieram aviões e um helicóptero dos Serviços Florestais da Lousã.

Não houve propriamente populações em perigo, se bem que em Busturiga, o fogo ainda conseguiu destruir medas de palha, enquanto o lugar de Gavião teve que ser tenazmente defendido.

Os prejuízos elevam-se a milhares de contos, tendo sido arrasados mais de dez mil hectares de florestas.

BANCO DE PORTUGAL

Em Conselho de Ministros, foi aprovada a nomeação para o cargo de governador do Banco de Portugal, o prof. dr. Manuel Jacinto Nunes, que foi, juntamente com o dr. Vasco Vieira de Almeida, das primeiras individualidades a ser contactadas pela Junta de Salvação Nacional, logo após o 25 de Abril.

"FORTE ABSTENÇÃO NAS ELEIÇÕES DOS PROFESSORES"

Relativamente à notícia publicada ontem pelo nosso jornal e intitulada «Forte abstenção nas eleições dos professores» recebemos do membro da Comissão Directiva Provisória do Sindicato dos Professores (ex-lista «A») Paulo Varela Gomes o seguinte esclarecimento, que a seguir transcrevemos:

Comecemos pelo título: escreveu o redactor responsável pela

notícia que teria havido uma «forte abstenção nas eleições dos professores». Ora acontece que estas eleições sindicais foram, pura e simplesmente, as mais concorridas (em absoluto e em percentagem) desde a queda do fascismo. Em cerca de 19000 professores, votaram aproximadamente 12500 isto é, cerca de 65 por cento, do total. E isto em tempo de férias. E perfeitamente espantoso que um redactor responsável não compreenda a grande importância sindical e política de uma tão grande percentagem de participação numa classe sem as mínimas tradições sindicais e fortemente marcada pela propaganda e a desinformação fascistas.

Em segundo lugar, registre-se que o redactor da notícia se compraz visivelmente no jogo das palavras «consolidação» e «transformação», ligando a primeira à lista «A». Só que os jogos de palavras são, neste

campo, perigosos porque transformam numa brincadeira com os conceitos. Chamando mais uma vez a atenção para a irresponsabilidade desta atitude e passando por sobre o facto de se pretender fazer um fácil jogo político com assuntos de carácter sindical, limito-me a transcrever um pequeno passo do Programa da ex-lista «A», agora Comissão Directiva Provisória: «Consolidar, neste momento, não é só a melhor maneira de defender, é também a melhor maneira de avançar. Consolidar não é estratificar e parar, não é imobilismo nem defensismo, é a maneira correcta e eficaz, neste momento, de estar em movimento».

Por último: diz a notícia que a lista «A» não foi votada por um único professor do INEF, da Escola Piloto e da Escola de Teatro e que apenas obteve uma percentagem insignificante de votos no 1.º Industrial, no 1.º, no 1.º, na Escola de Música e na Fac. de Letras. Para repor a verdade leia-se «B» onde está «A».

N.R. — Em relação à apreciação sobre a percentagem de votantes, será útil recordar que os escrutínios para eleição da Comissão Directiva Provisória, se efectuaram nos locais de trabalho, ao contrário da quase totalidade das votações para outros organismos sindicais. Quanto à observação final sobre a votação no Instituto Industrial, IST, ISIA, na Escola de Música, na Faculdade de Letras, no INEF, na Escola Piloto e na Escola de Teatro, uma gralha levou ao facto, a atribuir à lista «A» os resultados alcançados pela lista «B».

ÓSCAR LOPES EQUIPARADO A CATEDRÁTICO

O prof. dr. Rui Luís Gomes, reitor da Universidade, conferiu posse, no seu gabinete, do lugar de equiparado a professor catedrático, além do quadro, do 2.º grupo da 1.ª secção da Faculdade de Letras, ao dr. Oscar Luso de Freitas Lopes, que vem exercendo as funções de vice-reitor e de presidente da comissão de gestão da Faculdade.

Teatro Maria Matos

A. R. T. P. apresenta
«PORTUGUÊS,
ESCRITOR. 45 ANOS
DE IDADE»
de Bernardo Santareno
Todos os dias
às 21.45 horas
Domingos, «matinée»
às 16 horas
Segundas-feiras
descanso da Companhia
AR CONDICIONADO
Bilhetes à venda
Telef. 71 70 17
Interito men. 13 anos



CASA
DA
COMÉDIA
R. S. Francisco
de Borja, 24
Todas as noites
22 h

De 1.ª-feira a sábado
pelas 22 h. Matinée sábado
16 horas.
O Poema Dramático

UM BARCO PARA ÍTACA

e outros poemas de Manuel Alegre, Enc. Norberto Barroca.

Não recomendado a menores de 13 anos. Marc. tel. 677299.

ACADEMIA INTERNACIONAL DE DANÇA DA COSTA DO SOL
apresenta

TEATRO MUNICIPAL DE SÃO LUIZ

A COMÉDIA MUSICAL DA BROADWAY — HOJE, às 21.45 horas

THE FANTASTICKS

com DIANE TODD — MATT ZIMMERMAN — GORDON CLYDE
Terence Conoley — David Browning — Lionel Taylor — Minoo Golvala — Michele Hardy
A comédia musical de maior sucesso em todo o Mundo — Directamente de Londres
(COM O PATROCÍNIO DA C. M. L.)

IV VERÃO INTERNACIONAL DE DANÇA

APRESENTA NO

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

De 23 a 27 de Julho, às 21.45 horas — Dia 26, às 18.30 horas

HOJE, ESTREIA

A BELA ADORMECIDA

de TCHAIKOWSKY

(Apresentação Integral — 4 Actos)

numa produção cedida pelo THEATRE MUNICIPAL DE MARSEILLE

com as ESTRELAS CONVIDADAS (por ordem alfabética)
CARROL BARRET — JEANNETTE JACQUET — ANNA-MARIE HOLMES — EDRA TOTH — GINA VIDAL
DAVID HOLMES — WOYTEK LOWSKI — SIMON MOTTRAM
SOLISTAS — CORPO DE BAILE do

SUMMER FESTIVAL BALLET

A BILHETEIRA DO SÃO CARLOS ABRE ÀS 13 HORAS

GRUPO B — 10 ANOS

TV ESPECTÁCULOS

ELEIÇÕES, ELEIÇÕES COM AQUILO E SEM AQUILO COM QUE SE COMPRAM MELÕES

Setenta mil pessoas foram chamadas a votar no Automóvel Clube de Portugal. Trata-se de um pequeno País enclavado no território lusitano mas que, a julgar pelo número de habitantes, faria figura grada ao lado de Mônaco, com os seus trinta e tal mil (sem contar com os jogadores da roleta) e que, ao pé de Andorra (pr'á uns sete mil, mais coisa, menos coisa) passaria facilmente por grande potência.

A Televisão portuguesa ao longo dos seus noticiários e rubricas de actualidades, deu pouco relevo ao acontecimento. Muito mais, incalculavelmente mais, foi prestado à eleição para o Sindicato dos Professores: há tempos, uma entrevista com elementos da lista B; há dias com aquela mesa-redonda de que participaram, pela lista B, Bonifácio Serra e Margarida Leão; pela lista A, Manuel Gusmão e Sousa Santos. O mercado de votos andava pelos 20 mil. Dada a falta de prática democrática e a época de férias em pleno, a abstenção assumiria aspectos colossais: se não foi além dos 50 por cento, isso se terá devido à reportagem da Televisão. Para além dos aspectos próprios dos respectivos programas, também não me custa a crer que a lista A beneficiou com a presença na Televisão por virtude de maior calma, de maior capacidade de esclarecimento e de impressão de grande maturidade e segurança demonstradas pelos seus representantes.

Se a participação da TV se justificava no caso das eleições dos professores, muito mais se justificaria mais amplamente nas eleições dos votantes. A vários níveis. Primeiro, o elevado número de sócios; depois, a nitida desigualdade económica existente entre os dois blocos, para já não falar da capacidade de organização, possivelmente (e em certa medida necessariamente) resultante da maior capacidade económica.

A hora em que as urnas recebiam os votos, Fialho Gouveia (a caminho da sua melhor

forma, deve acrescentar-se) foi ver o que se passava.

Começou por ouvir Fernando Abranches Ferrão, lutador de mil batalhas, muitas delas «eleitorais», das tais em que participar era apenas uma forma de combater. Nessas batalhas não tinha pelo seu lado a força económica nem o poder político: tinha por si o povo português o que lhe dava garantia de vitória. Como de facto.

Mas nisto de votos, oh lá lá, a massa conta muito.

TER OU NÃO TER VAQUINHA

E Fernando Abranches Ferrão contou.

Contou que não tinha esperanças na vitória da sua lista, a lista A. Acreditava no apoio da grande massa dos sócios do A.C.P. Simplesmente, as férias. Simplesmente, a falta de hábito de votar. A incomodidade, e sair de casa, prescindir de televisão e do cinema...

Mas a lista B? A lista B não tivera esses problemas. Os seus membros andaram por aí, numa dobradeira, a recolher votos em procurações. A lista B apresenta nada menos de quatro mil procurações. É obra! E tudo isto custa massa. Há dinheiro grosso metido na questão. As contas são fáceis de fazer: cada procuração orça os 31 escudos; mil procurações custam 31 barros; quatro mil, 124 notas da rainha Maria II... Com o resto, pelas contas de Abranches Ferrão, a coisa sobe a 600 contos!

Porque não houve apenas a recolha de procurações: houve a publicidade na Rádio, houve a edição de um jornal relativa às eleições, além dos inevitáveis prospectos. Há referência aos processos eleitorais americanos: «Só faltaram aquelas meninas dos tambores para dar a esta eleição de plebôis uma sensação de que não estamos em Portugal...»

Recordou que Francisco Balsemão, homem muito rico, pôs à disposição da lista B uma larga soma. Na sua opinião, «a lista B fez uma campanha elei-



Por MARIO CASTRIM



toral em termos desleais.»

Francisco Balsemão tinha o direito de resposta. O menos que se pode dizer é que não foi inteiramente feliz. Balsemão é uma pessoa tímida. A presença do microfone e das câmaras inibe-o. Natural. Acontece a muito boa gente. Dai que, no seu depoimento, se amontoem as contradições. E as contradições não alimentam a razão.

Primeira: «Desafio o dr. Abranches Ferrão a provar que do meu bolso saiu um tostão que seja para a lista B...»

Mais tarde: «Juntamo-nos, somos vários, isto é, não sei quantos somos ao todo, devemos ser uns quinze ou mais e cada um de nós avançou com dinheiro...»

Segunda: «Sei quem financiou a nossa lista e sei como as nossas contas correm...»

Mais tarde: «(...) não na base de ser eu a financiar a campanha, mas na base desta «vaquinha» que se constituiu, com certeza que vou contribuir. As contas ainda não estão feitas, houve alguém que adiantou o pouco dinheiro que gastamos...»

Terceira: «O papel selado foi comprado por quem quis usá-lo. A nossa propaganda não foi nos supermercados, não foi a o acaso...»

Doutra forma: «(...) Tivemos voluntários que correram as praias nos fins-de-semana, fazendo a propaganda... Arranjamos pessoas que conseguiram votos mas apresentando o nosso programa...»

Uma ameaça dirigida a Fernando Abranches Ferrão, a propósito da participação monetária no financiamento da lista B: «Repudio inteiramente esse tipo de acusações, sem prejuízo de acção posterior...»

NO MUNDO LIVRE E ASSIM

Em resumo: estas mini-eleições trouxeram-nos, em

embrião, umas grandes eleições realizadas em condições determinadas. Por um lado, agrupamentos destituídos de capacidade financeira e, portanto, de capacidade de manobra altamente diminuída; do outro, agrupamentos altamente endinheirados que «vendem» eleições como quem vende detergentes ou sopas instantâneas.

Não quero com isto dizer que a lista B vendesse as sopas e os detergentes no caso específico do A.C.P. Os dois programas, ao que se avançou, nem diferem radicalmente, fagadamente. A imoralidade referida por Fernando Abranches Ferrão era uma imoralidade de raiz, ou seja: fazer prevalecer uma linha de conduta social mediante o forte apoio financeiro. Por estas e por outras é que as eleições no mundo alcunhado de «Mundo livre» são tão livres como eu sou Marciano: onde não há consciência política, onde existe dependência económica, onde as massas populares estão separadas da prática política por um fosso habilmente explorado, nesse caso a eleição toma o aspecto genuíno de manipulação. Só assim se explica que, por exemplo, nos Estados Unidos o Partido Democrático e o Partido Republicano constituam emanações do interesse da mesma classe (com franjas divergentes mínimas) e sejam eles os únicos partidos na liça. Isto de pagar viagens, teatros, estádios, rádio e televisão sai caro...

Francisco Pinto Balsemão e seus amigos gastaram rico dinheiro que era seu para a vitória das eleições no A.C.P.; Fernando Abranches Ferrão e seus companheiros não tinham pra gastar. Se a lista A perder,

não quer dizer que o seu programa fosse pior; quer apenas dizer que não tinham dinheiro para pagar 4 mil procurações; se a lista B ganhar, não quer dizer que o seu programa fosse melhor: quer apenas dizer que tinham voluntários, tempo e algum dinheirito para lançar pagaios de papel selado nas praias de Portugal. Não é uma fábula. É uma eleição. Balão de ensaio, se quiserem. Pensemos nisso.

ESTREIA EM PORTUGAL

"ONTEM AO FIM DO DIA"
(BREEZY)



WILLIAM HOLDEN · KAY LENZ

no novo e luxuoso
CINEMA TRÊS IRMÃOS
(junto ao Hotel Alvor Praia)
NO ALGARVE

INAUGURAÇÃO NO DIA 25 DE JULHO
ÀS 22.00h

grupo D - M.18 anos

Filmes Lusomundo



MY FAIR LADY

O Filme dos 8 Oskares incluindo o de O Melhor Filme

AUDREY HEPBURN · REX HARRISON · STANLEY HOLLOWAY · WILFRED HYDE WHITE

Argumento: ALAN JAY LERNER · REX HARRISON · STANLEY HOLLOWAY · WILFRED HYDE WHITE
Produção: JACK L. WARNER · GEORGE CUKOR
Realização: GEORGE CUKOR
BASEADO NA PEÇA "MY FAIR LADY" DE ALAN JAY LERNER · REX HARRISON · STANLEY HOLLOWAY · WILFRED HYDE WHITE
TECHNICOLOR® · SUPER PANAVISION® 70
M/10 anos

4.^a SEMANA AGORA NO
21.30 horas

ÉCRAN GIGANTE

Em complemento no Monumental: o documentário a cores «VIDA E OBRA DE FERREIRA DE CASTRO», real. de Faria de Almeida e prod. de Telecine Moro

AMANHÃ - ESTREIA às 21.45 H.

TEATRO

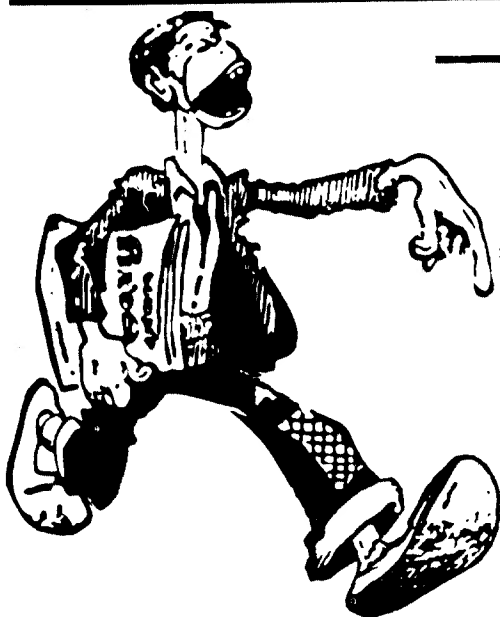
Capitólio

homem
escravo
ou
animal?

zoo ou l'assassin philanthrope de VERCORS

Espectáculos 3^{as}/4^{as}/5^{as} às 21.45
6^{as}/Sábados/ às 20.45/ 23.15
Domingos/ às 21.45
2^{as}/ Descanso da Companhia

4^a FEIRA-ESTREIA



sempre
fixe
SEMANÁRIO POPULAR

VÁ DE
FÉRIAS

Mas primeiro faça
a assinatura do
«seu» semanário!

ATÉ FIM DE OUTUBRO PODE FAZER UMA ASSINATURA APENAS PELO PERÍODO EM QUE ESTIVER DE FÉRIAS, SEM QUALQUER AUMENTO DE PREÇO. (5\$00 POR EXEMPLAR). ACEITAM-SE VALES DE CORREIO CONTACTE: RUA CASTILHO, 185-1.º OU PRAÇA RESTAURADORES, 7.

ESPECTACULOS

UMA «MAXI»
MINI-REVISTA
NUA e CRUA!

TEATRO
LAURA ALVES
NA RUA DA PALMA
Telefone 864756

Interdito a menores
de 18 anos
HOJE 2 SESSÕES
20.45 e 23 horas
Domingos «matinéas» 16 h.
Poema Carlos Leo, música
de Manuel da Maia, Pedro
Osório e Hilário Sanches

À PAI ADÃO

FERNANDA BAPTISTA
Vitor Rosado, Maria H. Sil-
va, Rosita Afonso e Manuel
Vargas

«BALLET» INGLÊS
THE RAINBOW
SELECTION

Atracção internacional

SÉRGIO e MADI

Fátima Castelar e João
Callaty
bs modelos Tina / Helena
Sandra / Cecilia
Direcção musical Hilário
Sanches

PRODUÇÕES
ARTISTAS UNIDOS

Direcção coreográfica de
Mário Santiago
2. FEIRAS: DESCANSO



WOOLSEY MARINE

TINTAS E
VERNIZES

NAÚTICA
BELLO
& FILHO,
S.A.R.L.

TRAVESSA DA PRAÇA, 4
BELEM - LISBOA



MÓVEIS

Av. Columbano Bordalo
Pinheiro, 87-89
LISBOA

Avenida Boavista, 1802
a 1812 — PORTO



AGUARDENTE VELHA
Niepoort
a prova está na prova

CRÍTICA DE CINEMA

Lauro Ant6nio

A MULHER DAS MIL CARAS

TÍTULO ORIGINAL: *Up The Sandbox*
REALIZAÇÃO: Irvin Kershner,
1972 (EUA)
INTERPRETES: Barbra Strei-
sand, David Selby, Ariane Hel-
ler, Terry Gary Smith, etc
DISTRIBUIÇÃO: Rivos
ESTREIA: Cinema Estúdio 444
(12-7-1974).

cert For Bangla Desh
REALIZAÇÃO: Saul Swimmer,
1973 (Inglaterra-EUA)
INTERPRETES: George Harri-
son, Bob Dylan, Ravi Shankar,
Ringo Starr, etc
DISTRIBUIÇÃO: Filmes Castel-
lo Lopes (Fox)
ESTREIA: Cinema Alvalade
(19-7-1974)

Irving Kershner é um cineas-
ta americano com meia dúzia
de títulos no activo, entre os
quais conhecemos dois ou três
bastante interessantes. Os
seus filmes são: *Stakeout On
Dope Street* (58), *The Young
Captives* (59), *The Hoodlum
Priest* (1961), *A Face In The
Rain* (1963), *The Luck Of Gin-
ger Coffey* (1964), *A Fine Mad-
ness* (Um Malandro Encantador,
1966), *The Flim-Flam-Man* (O
Simpático Vigarista, 1967), *Lo-
ving* (1970) e, finalmente, *Up
The Sandbox* (A Mulher das Mil
Caras, 1972). Tanto *O Maluco
Encantador* como *O Simpático
Vigarista* ou ainda *Loving* (este
ainda inédito entre nós) nos
revelaram um autor extremamen-
te curioso, com um humor algo
anarquizante e uma alegria de
comportamento inevitável. Para
lá disso, o gosto por perso-
nagens marginalizadas, numa
sociedade da abundância, per-
sonagens que continuamente
põem em causa as instituições
e os poderes estabelecidos. *A
Mulher das Mil Caras*, porém,
mantendo algum interesse, na-
da acrescenta ao que de
Kershner já conhecíamos.

A película joga com as frus-
trações de uma mulher ameri-
cana, casada com um intelec-
tual, mãe de dois filhos, pessoa
de certas ambições no campo
da realização pessoal que, to-
davia, aceita o falhanço pes-
soal na prática, transferindo
para o campo do utópico e do
sonho todas as suas preocu-
pações e recusas. Espartilhada
entre o que quer ser e o que
pode ser, Margaret (Barbra
Streisand) acaba por fazer dos
filhos o seu único motivo de
satisfação, de vitória, de afir-
mação pessoal. De uma vitória
pessoal que se vê assim adia-
da para uma geração futura.

Algo desequilibrado, e por
vezes inconsequente, *A Mulher
das Mil Caras* serve de pre-
texto a um grande desempenho
de Streisand e oferece algu-
mas indicações curiosas sobre
a vida americana, os seus tra-
umas diários, as frustrações da
classe média, as contradições
da sociedade. Um filme que se
vê, ainda que sem grande entu-
siasmo.

CONCERTO PARA BANGLA
DESH

TÍTULO ORIGINAL: *The Con-*

No dia 1 de Agosto de 1971,
realizou-se no Madison Square
Garden, de Nova York, um con-
certo de *pop music*, organiza-
do pelo ex-Beatle George Har-
rison e pela sua etiqueta *Apple*,
revertendo o total da receita
a favor das vítimas e dos refu-
giados de Bengalia Desh. Dizem
as informações que nos che-
gam que o anfiteatro do Mad-
ison Square estava repleto de
público, com cerca de quaren-
te mil pessoas, o que teria ren-
dido cerca de 250 000 dólares
que foram entregues aos refu-
giados de Bengalia. Todos os
intervenientes neste concerto
nada receberam pela sua cola-
boração e, para ali estarem,
afirmou o organizador Harri-
son, muitos tiveram que cancel-
lar outros compromissos, estes
abertamente comerciais.

Do concerto editou-se de-
pois um álbum, com venda re-
cord, cujo produto reverteu
igualmente a favor de obras de
caridade. Mais tarde ainda sur-
ge um filme com imagens co-
lhidas durante o mesmo con-
certo, filme esse igualmente
produzido pela *Apple* e distri-
buído mundialmente pela Fox.
Nada nos é agora dito sobre
a finalidade dos lucros, mas
tudo leva a crer que, nesta en-
grenagem montada em redor
de Bengalia Desh, vários foram
os interessados a arrecadar lu-
cro bem mais chorudo do que
aquele que viria a caber às ví-
timas de Bengalia. O que, não
pondo em causa as boas in-
tensões de quem acedeu com-
participar neste concerto, aca-
ba por pôr a descoberto o
círculo de interesses em que
estas coisas navegam.

Quanto ao filme, haverá que
dizer que cinematograficamen-
te é bastante pobre, limitan-
do-se a acompanhar, nem sem-
pre bem, as diferentes ac-
tuações dos diversos cantores
e músicos. Meia dúzia de
câmaras dispersas quase só
pelo palco e uma montagem
rudimentar, fazem de *Concerto
Para Bangla Desh* um filme
sem outro interesse que não
seja o documento musical. Sob
este outro prisma os nomes de
Eric Clapton, Bob Dylan, George
Harrison, Billy Preston,
Leon Russell, Ravi Shankar, Rin-
go Starr, Klaus Voormann, Bad-

finger, Pete Ham, Tom Evans,
Joey Moland, Mike Gibbons,
Allan Bantler, Jess Ed Davis,
Chuck Findley, Marlin Greene,
Jeanie Greene, Jo Green, Dolores
Hall, Jim Hron, Kamala
Chakravarty, Jackie Kelso, Jim
Keltner e alguns mais são as
garantias apresentadas. E evi-
dente que o filme tem, musi-
calmente, momentos melhores
e piores, e entre todos haverá
a destacar algumas actuações
de George Harrison, Ringo
Starr, Ravi Shankar, Billy Pres-
ton, Leon Russell e, vamos lá,
Bob Dylan, com o seu ar desin-
teressado de quem cumpre um
contrato. Para os musicófilos
da *pop music*, eis portanto, um
bom pretexto.

ROMEU E JULIETA

TÍTULO ORIGINAL: *Romeo e
Giulietta*
REALIZAÇÃO: Franco Zeffirelli,
1968 (Itália)
INTERPRETES: Olivia Hussey,
Leonard Whiting, etc
DISTRIBUIÇÃO: Sonoro Filme
ESTREIA (cópia nova): Cinema
Berna (19-7-1974)

Franco Zeffirelli tornou-se
célebre sobretudo como en-
cenador teatral, autor de algumas
adaptações modernas de
peças de William Shakespeare,
de quem transportou também
para o cinema, até ao presen-
te, duas obras: *A Fera Amansa-
da* e *Romeu e Julieta* (para
além de um outro filme de estí-
lo idêntico: *S. Francisco de As-
sis*). O que caracteriza o cine-
ma de Zeffirelli? Uma profunda
espectacularidade cénica, sub-
linhada por uma redobrada
espectacularidade de monta-
gem cinematográfica. Temos
assim uma *mise-en-scène* ner-
vosa, trepidante, carregada de
movimento, a que se alia todo
um barroquismo formal que lhe
é sugerido pela montagem, pe-
la banda sonora, por todo um
envolvimento plástico e musi-
cal que tornam os seus filmes
obras sufocantes de som e
de vista. Acontecia em *A Fera
Amansada*, volta a suceder em
Romeu e Julieta, talvez o seu
filme mais conseguido e inter-
essante, agora reposto em
cópia nova e versão integral.

Para além destes aspectos,
um outro haverá que ter um
conta: a modernização da tra-
gédia de Shakespeare, dada
não através da roupagem de
época, mas de uma nova inter-
pretação de figuras e si-
tuações, vistas agora à luz de
uma contemporaneidade de
ideias e sentimentos. Um filme
curioso, sugestivo, «pessoal»
na sua temperamentalidade.

A escolha da semana

Apesar do panorama não ser
o ideal, a verdade é que Lisboa
começa a ter cinema suficiente
para justificar uma escolha cri-
teriosa. Procurando oferecer
aos seus leitores um guia bre-
ve do que há para ver, aqui
lhes deixamos a nossa opinião.

1. O QUE NÃO DEVE PERDER:

SACCO E VANZETTI, de
Guliano Montaldo (Roxy)
AMARCORD, de Federico
Fellini (Castil)
MEDEIA, de Pier Paolo
Pasolini (Apolo 70)
BELLE DE JOUR, de Luis
Buñuel (Londres)

IRMA LA DOUCE, de Billy
Wilder (S. Jorge)
O MAL AMADO, de Fer-
nando Matos Silva (Europa)
MY FAIR LADY, de Geor-
ge Cukor (Monumental)

2. O QUE PODE AINDA VER:

AQUELE INVERNO EM
VENEZA, de Nicholas Roeg
(Condes)
ROMEU E JULIETA, de
Franco Zeffirelli (Berna)
AU HAZARD, BALTAZAR,
de Robert Bresson (Satélite)
A MULHER DAS MIL CA-

RAS, de Irving Kershner (Estu-
dio 444)
MALÍCIA, de Salvatore
Samperi (Vox)

CONCERTO PARA BEN-
GLA DESH, de Saul Swimmer
(Alvalade)

A FILHA DO ENGANO, de
Luis Buñuel (Estúdio)

Neste segundo grupo in-
cluem-se filmes falhados de
autores importantes (Bresson e
Buñuel), obras relativamente
interessantes por alguns as-
pectos, inclusive extra-cinema-
tográficos (caso de *Concerto
para Bangla Desh*, cuja curiosi-
dade é única e obviamente mu-
sical).

"OS HERDEIROS" NO CICLO DO "CINEMA PROIBIDO"

O XI Ciclo de Cinema da Ca-
sa da Imprensa, onde conti-
nuam a ser exibidos filmes que
estavam proibidos ou que ti-
nham sido substancialmente
reduzidos pela censura fascis-
ta, prossegue hoje com a exi-
bição daquele que é considera-
do como um dos filmes mais
importantes do novo cinema
brasileiro: «Os Herdeiros», de
Carlos Diegues.

Recorrendo a formas de co-
municação popular, como a
«chanchada», a revista brasi-
leira, o filme procura repensar
a história recente do Brasil a
partir da época de Getúlio Var-
gas. Segundo o seu autor, Car-
los Diegues, «Os Herdeiros»
não é um filme sobre o povo,
«mas sobre os que falaram e
agiram em seu nome, sobre as

classes não-revolucionárias.
Este filme é também uma con-
fissão e um processo dos nos-
sos erros no passado; a minha
geração viveu uma parte des-
ses erros e não pude impedir
que se inscrevesse no filme o
facto de que pertencemos ao mes-
mo meio cultural e social da
maior parte dos meus persona-
gens. Isso dá um aspecto
amargo à história, mas não sin-
to qualquer nostalgia: es-
tou-me nas tintas para esse
passado, para essa comédia
grotesca».

O filme será exibido às 15
e 15 e às 21 e 30, no cinema
Imperio. Amanhã será apresen-
tado «O Dia da Violência» de
Roger Corman, ou seja, a céle-
bre película «Bloody Mama».

CINEMATECA NACIONAL

Após a apresentação do Ci-
clo Ernst Lubitsch, em que fi-
guraram muitos dos filmes eu-
ropeus mais representativos
realizados por aquele presti-
gioso homem de cinema, a Ci-
nemateca Nacional, integrada
no Instituto Português de Cine-
ma, por forma a que a sua acti-
vidade se mantenha nos meses
de Verão, vai levar a efeito,
como tem sido habitual, a exi-
bição, a partir de quinta-feira
de um grupo de dez filmes que,
após a sua estreia no Ciclo
«Os Filmes da Cinemateca»,
não voltaram a ser projectados
naquela sala.

Assim, «Os Nibelungos»
(1923) de Fritz Lang, «Mada-
me De...» (1953), de Max
Ophüls, «O Último dos Ho-
mens» (1924), de F. W. Marnau,

«Hamlet» (1948), de «sir» Lau-
rence Olivier, «Aniki Bóbo»
(1942), de Manuel de Oliveira,
o «O Santo dos Pobrezinhos»
(1950), de Robert Rossellini, e
«O Silêncio é de Ouro» (1947),
de René Clair, vão estar pre-
sentes nas sessões das 18 e
15 e 21 e 30 que se realizam
no salão de Cinema do Palácio
Foz.

A partir de agora o ingresso
para cada uma das sessões
tem o preço de 5\$00, impor-
tância correspondente a uma
taxa de promoção da activida-
de cultural da Cinemateca Na-
cional, estando os bilhetes à
disposição dos interessados na
Agência de Turismo, nos Res-
tauradores, no próprio dia de
cada sessão.

SESSÃO CLÁSSICA

Arthur Penn e, hoje, um dos
mais vigorosos e virulentos ci-
neastas norte-americanos. O hu-
mor dos seus filmes tem um tra-
ço amargo. Diz ele próprio:
«Tenho da vida uma visão ao
mesmo tempo cómica e penosa.
O humor nos meus filmes evi-
ta-me também, o pedantismo.
Nesta matéria, o meu mestre é
Samuel Beckett: à base de série-

dade e de humor conseguiu um
«cocktail» perfeito.»

Dentro desta linha se insere
«Pequeno Grande Homem», de-
núncia da perseguição dos ame-
ricanos aos índios. Dustin Hoff-
man e Faye Dunaway são os
interpretes principais deste fi-
me que o Império apresenta
amanhã na sua sessão clássica
das 18 e 30.

DE LONDRES

LONDRES — «Barry Lyn-
don», tendo como produtor e
director Stanley Kubrick, está
a ser rodado, os actores são
Ryan O'Neal, Marisa Berenson
e Harby.

O «Santo» — Roger Moore
— está a interpretar «The Man
With The Golden Gun» para a
United Artists, tendo como pro-
dutor Harry Saltzman e como
director Guy Hamilton. O argu-
mento é da autoria de Richard
Maibaum. Além de Moore, For-
man o elenco Christopher Lee
e Britt Eklund. O filme está já
em fim de rodagem.

«Gulp», uma produção do
Reader's Digest Filmes, está a
ser realizado por Michael
Tuchner. O compositor Anthony
Newley encarregou-se da músi-

ca e o argumento é de Irene
e Louis Kamp. A interpretação
é de Anthony Newley, David
Hemmings e Jill Bennet.

A nova versão de «Galileu»,
produzida por Otto Plashkes e
realizada por Joseph Losey,
está na primeira semana de ro-
dagem. O guião é assinado por
Barbara Bray e Joseph Losey.
Os actores principais são To-
pol, Judy Parfitt, «sir» John
Gielgud e Edward Fox.

«Great Expectation» é o tí-
tulo de um filme em rodagem na
Inglaterra, produzido por Ro-
bert Fryer e realizado por Jo-
seph Hardy. A música é de Mel
Mandel e Norman Sachs e o
guião de Sherman Yellen. In-
terpretes: Michael York, Sarah
Milles, James Mason, Margaret
Leighton e Anthony Quailly.

REALISE DINHEIRO

sobre o seu carro mesmo em débito a stands
Av. General Roçadas, 109-2. Esq. — T. 844862

"A VERDADE": OS ELEMENTOS DE "A VOZ DO TRABALHADOR" SÃO SOCIAL - FASCISTAS

Depois do «arraial de pancada» registado no teatro Vasco Santana, entre representantes dos jornais «A Voz do Trabalhador» e «A Verdade» na noite de sexta-feira passada, para onde se encontrava anunciado uma «Festa de Amizade com os Povos das Colónias», o nosso jornal publicou ontem a versão dos acontecimentos, dada por «A Voz do Trabalhador». Hoje inserimos extractos de uma carta que nos foi enviada por «A Verdade».

«Desde as 20 e 45 que à porta do Vasco Santana se encontrava numeroso grupo de pessoas, entre os quais divulgadores de «A Verdade» sendo-lhes dito que só às 21 e 15 poderiam entrar e mediante convite que ali era distribuído.

Afirmamos primeiro que a sala estava cheia e depois que aguardavam trabalhadores que tinham informado telefonicamente que chegavam mais tarde, finalizando com a afirmação irónica de que os convites haviam terminado (com eles na mão!), tudo serviu para recusar aos colaboradores de «A Verdade» a entrada na sala.

Perante isto, estes e restantes revolucionários ali presentes não poderiam ficar impávidos e começaram a gritar palavras de ordem anticolonialista e outras ao mesmo tempo que alguns camaradas tentavam fazer intervenções desmascarando a atitude social-fascista (socialista em palavras fascistas nos actos) de «A Voz do Trabalhador» que pretendia divulgar numa «festa de amizade» as suas ideias impedindo os que delas discordam de o afirmarem e mostrar porque. Esta acção não pode deixar de integrar a tentativa desesperada de dar seguimento às manobras neocolonialistas e de provocação ao movimento revolucionário a que se vem entregando «A Voz do Trabalhador».

Aos revolucionários ali presentes o comportamento de tais senhores não faziam restar muitas probabilidades ou aceitar os métodos socialistas-fascistas utilizados por eles para impedir o debate ideológico, permitindo alastrar de posições neo-colonialistas, ou definir o debate ideológico, como único método que permite o esclarecimento político.

Os revolucionários não hesitaram em optar pela defesa do debate ideológico, mau grado os social-fascistas da «Voz do Trabalhador». Assim, quando cerca de duas centenas de pessoas se preparavam para entrar no Vasco Santana, colaboradores da «Voz do Trabalhador» armados de paus e navalhas preparavam-se para não o permitir. Mas os social-fas-

cistas tiveram pela frente um destacamento combativo revolucionário que muito justamente lhes deu a devida resposta, forçando a entrada para a sala onde se realizava o comício. Aqui o social-fascismo de «A Voz do Trabalhador» foi ainda mais longe, tendo sido agredido à navalhada o jovem liceal Fernando Lima que muito justamente se indignara com a proibição de entrada.

A tentativa premeditada de assassinato deste nosso camarada (que foi submetido a uma intervenção cirúrgica no Hospital de Santa Maria), por um elemento de «A Voz do Trabalhador», será brevemente adata e o seu autor publicamente denunciado.

A propósito das características do jornal «A Voz do Trabalhador», o documento de «A Verdade» assinala:

«A Voz do Trabalhador» é um jornal dominado por oportunistas de carreira contra revolucionária de longa data, que se mascaram de amigos do trabalhador para melhor fazerem passar as suas posições políticas neocolonialistas de colaboração de classes. Não é evidentemente aqui que poderemos proceder ao desmascaramento político desses senhores, nas páginas da «A Verdade» já se iniciou a luta política sem tréguas que só terminará com a queda definitiva dos promotores de «A Voz do Trabalhador» no lugar que a história lhes reserva: o caixote do lixo.

Mas, para compreender integralmente o verdadeiro carácter político da acção dos elementos de «A Voz do Trabalhador» no teatro Vasco Santana é necessário compreender a natureza oportunista das posições políticas que eles defendem. Só assim se tornará claro que os campos se afrontaram no passado dia 19 no Vasco Santana correspondem ao campo revolucionário em luta pela democracia Popular que se opõe ao campo da reacção e de toda a escumalha de oportunistas de várias cores que neste caso era representado pelos provocadores de «A Voz do Trabalhador».

E mais adiante: assim que, como os comunicados de ontem do Ministério do Interior salazarista e da PIDE que atiravam para cima dos estudantes progressistas todas as acções revolucionárias, também agora os reacçãoários de «A Voz do Trabalhador» classificam os revolucionários que intervieram na sua festa de autopublicidade de oportunista de grupo de estudantes que deviam ir trabalhar. Esta argumentação de tipo fascista e reformista passa-se de qualquer comentário.»

Tonicha, Fernando Tordo Ary e chouriço assado

Chouriço assado e febras de porco (com salada mista e bagaço) rodearam a apresentação, pela «Sasseti», de «Éxitos de Verão», no caso dois discos com textos e música da dupla Ary dos Santos e Fernando Tordo, interpretados pelo criador de «Tourada» e por Tonicha, com arranjos e direcção musical de Pedro Osório.

O «debute» das duas gravações processou-se ao ar livre, na Quinta de S. Vicente, com «meio mundo» da Rádio e do jornalismo, da música e da poesia, do teatro e da Televisão. Grã-finos (vestidos a rigor) lado-a-lado com despreocupados «descamisados», assistiram à locução de Júlio Isidro, às canções na voz de Fernando Tordo, à exibição de uma «bandinha» que atravessou pelo meio das mesas debruçada entre o caldo verde e os rostos bonitos, serpenteando das sardínhas assadas para o «coreto» com a mesma facilidade com que a sangria escorria pelas gargantas.

As tantas, os dois «Éxitos de Verão» foram distribuídos aos convivas. Para a história, aqui ficam os títulos: «Cai Cai» e «Duetto a uma voz» (Fernando Tordo), «O preto no branco» e «Tanto me faz» (Tonicha). Quem quiser saber mais, só tem de ligar os rádios: ninguém se esqueceu da patiscada e está na praça para retribuir a gentileza.

N. de S.

TURISMO

DOIS TERÇOS DOS PORTUGUESES NÃO GOZAM FÉRIAS

— entrevista com um técnico da Direcção Geral de Turismo

Por JOSÉ VACONDEUS

Até ao 25 de Abril, não era muito fácil, talvez mesmo impossível, registar as opiniões de funcionários do Estado relacionadas com os serviços a que estavam ligados. Salvo raras excepções — e estas condicionadas ao receio pelas consequências que provavelmente adviriam, caso não fossem prestadas declarações condizentes com os interesses do Governo — os chamados «servidores do Estado» não tinham nada para dizer.

Estava tudo bem! Os superiores é que sabiam! Se estava assim decidido era essa a maneira mais conveniente para os interesses da Nação! E não se lhes arrancava uma palavra...

Felizmente, os tempos começaram já a mudar. E verdade que não ainda com o desassombro, a independência total e absoluta que a responsabilidade de cada um, como cidadão, deve pôr à prova ao serviço do bem comunitário. Individualmente, os funcionários públicos ainda não foram capazes de tomar uma atitude equivalente à das suas reivindicações colectivas. Mesmo discordando, em conversas sem responsabilidade, com decisões, procedimentos, burocracias, incompetências de superiores, não chegou ainda a altura de, corajosamente, com dados concretos — a calúnia e as inimizades pessoais têm de ser repudiadas — expressarem publicamente a sua opinião, que, poderia esclarecer pontos de vista e contribuir para um salutar espírito de dinamização dos próprios serviços.

Se o sector privado critica asperamente a deformação burocrática em que se tem vivido na maioria dos organismos oficiais, é chegada a altura de ouvir os funcionários que terão alguma coisa a revelar. O turismo, em particular não pode ignorá-los.

Ouvimos Carlos Correia Matias, Técnico na Repartição do Património Turístico e dos Órgãos Locais de Turismo. Trinta e nove anos, licenciado em direito, iniciou em 1960 a sua actividade na Direcção dos Serviços de Turismo. Desempenhou a partir de 1965 as funções de chefe da secção das agências de viagem e profissões turísticas. Foi membro do Conselho Geral do Centro de Formação Turística e Hoteleira, até 1971, e ingressou nesse ano no serviço de transportes internacionais, na D.G.T. Em 1973, regressou à D.G.T., como técnico de 1.ª classe na repartição do Património Turístico e dos Órgãos Locais de Turismo, lugar que desempenha actualmente.

PROCESSOS DE RECRUTAMENTO DEFICIENTES

DL — É sabido que o sector privado se queixa frequentemente da Direcção-Geral de Turismo pela morosidade das respostas e até de respostas a assuntos que são apresentados àqueles serviços e isto em contradição com um aparente excesso pessoal. Também se reconhece, por outro lado, que a inexistente boa-vontade de alguns dos seus funcionários

supre as deficiências burocráticas e a ausência nos postos de trabalho de outros. Quais as justificações para tal situação?

CM — Nem sempre o que «consta» corresponde à realidade. Existe na Direcção-Geral de Turismo um bom número de funcionários devotados ao exercício das suas funções. Não deixo, contudo, de reconhecer que as circunstâncias especiais convergiam para que as coisas não funcionassem sempre como seria de desejar.

Se, por um lado, a estrutura da ex-S.E.I.T. fazia com que muita gente fizesse lamentáveis confusões entre o turismo e actividades em si mesmas anti turísticas, que paredes meias viviam dentro do mesmo organismo (informação, censura, etc.), o que criava um clima de má vontade exterior, por outro, o processo de recrutamento de pessoal revestia aspectos «sui generis» em relação aos demais trabalhadores da função pública. As «influências» substituíram os concursos e daí a ter-se chegado a esta situação: numa secretaria de Estado que pretendia ser «piloto», mais de 50 por cento dos seus funcionários possuem como habilitações a instrução primária! A conclusão é que a maioria dos trabalhos de responsabilidade são canalizados para um reduzido grupo de funcionários, «pau para toda a colher», que, logicamente, não chegavam e não chegavam para as «encomendas».

Julgo ser importante dar a conhecer que a actual Direcção-Geral do Turismo conta nos seus quadros superiores apenas com um director de serviços, um inspector-chefe, três chefes de repartição, cinco técnicos de 1.ª classe e cerca de uma dúzia de técnicos de 2.ª classe e chefes de secção. E é com estes quadros, ditos superiores, que se desenvolve o turismo, a primeira indústria do País!

E preciso acrescentar também que, a alguns desses funcionários, eram e são cometidas tarefas de representação em organismos estrangeiros à D. G. T. Eu, por exemplo, sem qualquer remuneração extra, funciono em sete representações! Ora, o que acontece é que para se estar presente nessas representações não é possível a presença física aqui nos serviços. O público não sabe, mas também não tem culpa de que seja a mecânica existente.

Acresce que, uma das formas utilizadas de retribuição, quando as promoções não eram possíveis adentro dos quadros que aponte, consistia em legalizar honorários especiais, facilitando horários ou encurtando a permanência nos serviços.

Não pretendo com isto justificar todas as situações que geravam as críticas formuladas, mas explicar, pelo menos, algumas. Não posso deixar também de chamar a atenção para o facto de, a todos os níveis, e perante certos casos de favoritismo em escolhas — discriminações assentes em ra-

ções estranhas ao serviço — uma das formas de reagir de alguns consistia em desinteressarem-se do trabalho. Era talvez então a sua única forma possível de protesto.

O TURISMO TEM UMA DINÂMICA PRÓPRIA

DL — Perante a crise que atravessam neste momento todos os sectores ligados ao turismo, pensa que é urgente proceder-se a uma reestruturação dos respectivos serviços oficiais ao mesmo tempo que conviria orientar a promoção no estrangeiro em moldes diferentes daqueles até agora seguidos?

CM — Julgo que a integração da D.G.T. na secretaria de Estado do Comércio Exterior e Turismo e desta no Ministério da Coordenação Económica, primeiro, e actualmente no Ministério da Economia, já constitui um tipo de reestruturação. Não sei, mesmo assim, se não terá havido timidez. Deveria independentizar-se ainda mais o turismo dos outros ramos da economia.

Vender férias é, na verdade, a nossa principal exportação. Creio, por isso, que centralizar os postos de venda de todos os produtos nacionais sob o ponto de vista da racionalização e da economia de custos será vantajoso. No entanto, vender férias não é o mesmo que vender lousas, concentrados de tomate ou limas de Vieira de Leiria.

Consta que a reestruturação interna está em estudo e acredito que se irá dotar o turismo dos meios humanos e materiais necessários à realização dos seus fins. Considero fundamental que se criem os serviços que se ocupem do turismo rural, do turismo social, do terminalismo, dos transportes turísticos, etc.

Em minha opinião, um Conselho Nacional de Turismo, devidamente organizado, será um órgão fundamental para o necessário diálogo entre a administração pública e o sector privado. De resto, o melhor caminho para uma revisão das estruturas dos serviços oficiais será a consulta prévia ao sector privado. O turismo tem uma dinâmica própria. É uma arte, uma técnica e uma ciência onde o amanhã é sempre ontem.

No que se refere à promoção turística no estrangeiro, devo confessar que este sector não me mereceu nunca um cuidado especial de estudo e análise. Apenas sei que os economistas asseguram dever destinar-se 3 a 5 por cento da receita turística à promoção. Se atentarmos nas receitas do ano transacto, teremos de concluir que, pelo menos, meio milhão de contos deveriam ser destinados a esta promoção exterior.

As verbas de promoção de que se dispõe deveriam ser geridas em moldes novos, com uma planificação que fosse traçada conjuntamente e com a devida antecedência por um grupo constituído pelos serviços, pelo sector privado, pelos órgãos locais de turismo, etc. Penso que tais ideias estarão nas preocupações de to-

dos, assim como será inevitável a reestruturação dos serviços respectivos.

SEM OUVIR O SECTOR PRIVADO

DL — Em 1972 e 1973 foram publicados dois decretos-lei que regulamentaram as condições exigidas para autorização da abertura de filiais das agências de viagem. Como se sabe, várias empresas do ramo, cumprindo as condições impostas, comprometeram-se com investimentos e contraram pessoal para dar seguimento ao que estava regulamentado. No entanto, apesar das inúmeras reclamações que têm sido apresentadas à Secretaria de Estado, nada ainda foi decidido.

CM — Acompanhei de perto, durante anos, os problemas das agências de viagem. Até 1966, por entendimento errado da legislação em vigor, a administração concedia alvarás a qualquer expedito que preenchesse os requisitos mínimos, sem averiguar da capacidade profissional e sem ter em vista os objectivos finais que estavam na base da apresentação dos pedidos. Tal a situação fez com que se enxameasse o País de agências que não viviam, na maioria dos casos, outros objectivos que não fosse o fomento da emigração ou a obtenção de transportes próprios para a concorrência desleal com o mercado dos transportes turísticos. Depois caiu-se no extremo oposto e decidiu-se não conceder alvarás «até à publicação de nova lei», mesmo àquelas empresas nitidamente nascidas e criadas para o turismo.

Foram feitos estudos sérios, a vários níveis, visando um novo diploma. Todavia, sem se tomarem estes em consideração, surgiu a lei actualmente em vigor e que mereceu, desde logo, severas críticas. Não me consta que a classe tenha sido devidamente ouvida antes das publicações dos Decretos-Lei 478/72 e 363/73.

A instrução dos processos de candidatura para a obtenção de um novo pedido de alvará, ou autorização para a abertura de uma filial, passou a ter de incluir «montes de documentos» e a estar sujeita ao parecer da Corporação e do Grémio, separadamente.

Entretanto, ocorreu o 25 de Abril. Sou levado a pensar que existe agora a preocupação de consultar o sector privado muito embora as empresas que aguardam solução para os seus pedidos estejam a sofrer prejuízos graves. De qualquer modo, estou convicto que o maior número de solicitações serão atendidas em breve prazo. Também penso que uma grande percentagem de pedidos se destinam a agências que não abrirão nunca, no tradicional espírito português de «à cautela», marcar uma posição.

TURISMO SOCIAL

DL — Pelo anterior secretário de Estado do Comércio

Continua na pág. 22

GERAL

"PARA BREVE A UNIÃO DOS ESTUDANTES PORTUGUESES"

—esclarecimento da comissão pró-UNEP

Dementindo afirmações que o nosso jornal publicou no passado dia 19, com o título «Para breve a união dos estudantes portugueses», recebemos da Comissão Pró-UNEP (União dos Estudantes Portugueses) um esclarecimento em que declara que aquela notícia «é um exemplo evidente da falta de seriedade política das informações contidas, fazendo lembrar a velha política de desinformação e deturpação que caracterizava a velha imprensa fascista».

Pretendendo usufruir o direito de liberdade de Informação conquistado pelo povo português, a Comissão Pró-UNEP remete os seguintes esclarecimentos:

«Realizou-se no passado dia 18, no centro de trabalho da Comissão Pró-UNEP, situado na Rua D. Estefânia, n.º 14, uma Conferência de Imprensa, com o Secretariado da Comissão Pró-UNEP e a delegação do Secretariado da U. I. E., que se encontrava de visita ao nosso país, composta por Fathi M. EL Fadl (secretário-geral) e Juri Sajamov (um dos responsáveis

pela revista «Mundo Estudantil»).

«Convocados para tal os órgãos de informação, esta Conferência de Imprensa visava tornar público a vinda a Portugal de 2 elementos do Secretariado da UIE, vanguarda do movimento progressista dos estudantes de todo o mundo e dos resultados obtidos nos encontros de trabalho efectuados com os membros do Secretariado e da própria Comissão Pró-UNEP.»

INFLUÊNCIA SOVIÉTICA

«O jornal» DIÁRIO DE LISBOA, pretendendo noticiar esta Conferência de Imprensa, para além de não ter nela participado refere algumas graves afirmações (de sua total responsabilidade e auto-criação) que desde já importa desmentir:

a) Sobre a afirmação «esta União (a UIE) com sede em Praga, está sob a influência Soviética».

Sobre o que de facto é a UIE! Em 1941, durante os dias sangrentos da Segunda Guerra Mundial, formou-se em Lon-

dres um Conselho Internacional de Estudantes. Neste Conselho estavam estudantes representantes de muitas organizações, estudantes, que lutavam contra o fascismo em vários países do mundo. A preocupação fundamental era coordenar a sua luta contra o fascismo. Declararam o dia 17 de Novembro como sendo o Dia Internacional dos Estudantes. Foi neste dia que, em 1939, aquando da ocupação nazi da Checoslováquia, os fascistas nazis fecharam todas as universidades e mandaram prender e executar muitos estudantes e professores, em represália contra as manifestações estudantis anti-fascistas.

Imediatamente após a Guerra, o Conselho Internacional dos Estudantes decidiu formar um Comité Internacional Preparatório, encarregado de construir uma União Internacional dos Estudantes. Este Comité Internacional reuniu em Praga, no Dia Internacional dos Estudantes, em 1945, e decidiu convocar um Congresso Internacional dos Estudantes, para Agosto de 1946 em Praga. Este Congresso,

em que participaram 43 organizações estudantis de 39 países, decidiu por unanimidade, a criação da U. I. E., na base da determinação, expressa no Preâmbulo da Constituição da UIE: «Segundo o exemplo dos melhores dos nossos membros, que morreram no combate e na luta democrática dos povos, pela conquista da liberdade, nós manifestamos o nosso desejo de lutar por um mundo melhor, em liberdade, paz e progresso, e colocarmo-nos na vanguarda da luta da juventude de todo o mundo, em que nós sempre nos baseamos, durante o curso da história; é nesse sentido que nós agora constituímos a União Internacional dos Estudantes (UIE)». Foi também decidido que o centro de trabalho da UIE seria em Praga, na medida em que, tendo em conta a penosa jornada de luta anti-fascista de 17 de Novembro de 1939, esta cidade passou a ter um significado especial para o movimento estudantil de todo o mundo.

Durante os longos anos de actividade e luta progressista, a UIE tem sido a vanguarda da luta estudantil de todo o mundo, reforçando a sua voz e acção contra as forças reaccionárias, o colonialismo e o imperialismo internacional, em defesa da paz, da segurança dos povos a cooperação internacional, a independência nacional, pela vitória das forças democráticas, a democratização das escolas e da sociedade, pelos direitos dos estudantes. Cremos ter ficado claramente esclarecido o significado da UIE: dentro do contexto do movimento sindical progressista dos estudantes do mundo, e os reais objectivos de luta que a animam.

Repudiamos assim todas as informações tendenciosas, que imbuidas de preconceitos (ou não) anti-soviéticos, pretendem afirmar que a UIE com sede em Praga, está sob a influência soviética.

Lamentamos o facto do «DIÁRIO DE LISBOA» revalar completa ignorância sobre a realidade do movimento estudantil internacional.

A INSERÇÃO NA UIE DEPENDERÁ DA VONTADE ESTUDANTIL

b) Sobre a Comissão Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses. Ao contrário do que pensa o «Diário de Lisboa», a Comissão Pró-UNEP não é uma «comissão instaladora», nem tão pouco vai fazer parte da UIE, como representante nacional dos estudantes portugueses.

Comissão Pró-UNEP é uma estrutura de trabalho composta por elementos das direcções associativas da maior parte das escolas do país cujas funções fundamentais visam incenivar a

criação de associações em todas as escolas do país, e promover uma efectiva participação de todos os estudantes portugueses na construção da UNEP; lançar iniciativas que reforcem a unidade estudantil com o povo trabalhador, correndo-as à escala nacional, e de que são já exemplo as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária; estabelecer contactos internacionais que possibilitem o aproveitamento da experiência de luta de outras organizações unitárias do movimento sindical estudantil, e promover a divulgação da realidade do movimento estudantil português junto da comunidade internacional dos estudantes, e nomeadamente junto da sua vanguarda... a UIE.

A construção da UNEP é uma tarefa de todos os estudantes portugueses como única forma de garantir a sua representatividade à escala nacional e internacionalmente junto das outras organizações democráticas estudantis. A sua inserção na UIE dependerá obviamente da vontade estudantil.

pensamos na sua segurança

Há um quarto de século que perseguimos obstinadamente novos métodos de segurança. Isto desde o simples cofre caseiro, aos resistentes cofres monoblocos destinados a bancos, hotéis, instituições de crédito; passando pelas complexas portas fortes, cofres de aluguer das mais variadas dimensões, até à assistência que dispensamos a todo o nosso material. Esta política creditou-nos junto da indústria nacional.

Por isso dispomos agora de um stand permanente onde encontrará toda a nossa gama de fabrico. Ele merece a sua visita. Contamos consigo.



EDUARDO FRANCO
CASA DOS COFRES E PORTAS-FORTES

Stand e Vendas

Rua Sacadura Cabral, 7-B
DAFUNDO

Fábrica

Praceta Dr. Val Domingos, 3
Telefones 21 58 87-63 93 58
DAFUNDO

LIBERTE-SE DO SEU DIA A DIA NÓS TEMOS PARA SI O MOTOR E O BARCO QUE LHE CONVÉM



Johnson

UMA FAMÍLIA DE MOTORES QUE
PRESTA ASSISTÊNCIA À SUA FAMÍLIA

**NÁUTICA
BELLO
& FILHO,**
S. A. R. L.



TRAVERSA DA PRAÇA, 4 - BELÉM - LISBOA

AGENTES EM PORTUGAL

SOSOUSAS — Sociedade de Representações, Lda.

Rua da Carreira, 192 — Funchal • MADEIRA

DIONISIO GARREIRO D'ALMEIDA, LDA.

Rua do Castilho, 7 — Ponta Delgada • AÇORES

AUTO MONUMENTAL DE ALMADA, LDA.

Avenida Afonso Henriques, 24-B • ALMADA

RUI VICENTE FERREIRA

Travessa de S. Martinho, 1, r/c - Esq. • AVEIRO

ALGARMAR — Comércio de Aprestos Marítimos, Lda. — Avenida 5 de Outubro, 22 • OLHÃO

ROLMETA — Comércio e Indústria de Automóveis, SARL — Rua Clemente Meneses, 80 • PORTO

OCULISTA DO SEIXAL

Rua Paiva Cdbelho, 58 • SEIXAL

ASSISTÊNCIA TÉCNICA ASSEGURADA

DIZEM OS LEITORES

Os velhos e a C.P.

Tenho 74 anos, tenho filhos e netos fora do local onde habito, a C.P. em boa hora lembrou-se dos velhos, concedendo-lhes um abatimento de 50 por cento nos preços dos bilhetes simples ida.

Mas não há **boa sem senão** excepções: sábados e domingos no período de 1 de Julho a 30 de Setembro e nos dias 14 e 15 de Agosto; de 22 de Dezembro a 3 de Janeiro; de quarta-feira anterior ao Domingo de Páscoa à quarta-feira posterior.

Não podia a C.P. anular estas excepções?

É sempre nos fins-de-semana e pelas festas que desejamos ir visitar as famílias. Tenho a certeza que aquela Empresa anular estas excepções, pouco prejuízo daria, pelo contrário mais receita reverteria.

Tendo a certeza de que o vosso jornal se fará eco deste meu pedido, muito agradecido me fico, eu e muitas centenas, ou mesmo milhares, de velhos. — José Pedro da Cunha (BEJA)

União de Grémios de Lojistas de Lisboa

Esta União de Grémios foi criada pelo chamado «estado novo corporativo» e nele se encontram integrados a maioria dos ramos de comércio da capital. Essa inscrição não foi voluntária, mas sim imposta pelo antigo regime.

Nunca em tempo algum esse Organismo Corporativo, serviu

ou defendeu os interesses dos seus associados. Não serviu no passado e continua a não servir no presente. E resolveram apresentar à cobrança as cotas com 100 por cento de aumento.

Aqui fica o reparo de uma das vítimas. — Manuel Freire (LISBOA)

As avaliações das Finanças

Vivo em Almada, desde Agosto do ano findo, após 28 anos de permanência no Ultramar. Em Outubro de 1973, adiqui um andar para residência própria, com empréstimo da Caixa Geral de Depósitos, pela importância de 490 contos. Verifica-se ainda pela documentação oficial, que o andar custou ao proprietário, incluindo terreno etc., 377 contos.

Preconiza a Lei, aliás já com alguns anos de vigência, que as aquisições até 500 contos, valor muito satisfatório para aquela ocasião, feitas por funcionários públicos ou beneficiários das Caixas de Previdência e com empréstimo da Caixa Geral de Depósitos são isentas de sisa.

Acontece, porém, que devido à demora na entrega da documentação pelo proprietário só agora se fará a escritura, tendo sido o andar avaliado somente em Abril deste ano pelas Finanças que, baseados nas rendas exorbitantes que se pagam, atribuíram a cada andar o valor

de 744 620\$00, valor este que corresponde ao dobro do preço real do custo. Devido a esta discrepância, tenho de pagar metade da sisa, o que contrasta com outros inquilinos, cujos andares são das mesmas dimensões do meu e em blocos relativamente próximos, que efectuaram a escritura em fins de 1973, tendo sido totalmente isentos da sisa.

Parece-me, que nesta nova conjuntura da vida nacional, na qual o congelamento das rendas de habitação, valor nuclear de toda a especulação de preços levada a cabo pela construção civil, representa uma vontade dum melhor nível de vida para todos os portugueses, tanto essa lei ultrapassadíssima como as avaliações das Finanças antes de 25 de Abril devem ser revistas, rapidamente, porque caso isso não aconteça estará o Governo a lutar contra a especulação e o Povo a sofrê-la como o meu caso o comprova. — Porfírio dos Santos Gonçalves (ALMADA)

Mais de mil pessoas vão ficar sem água

De um leitor residente em Olivais-Sul, que devidamente se identifica, recebemos uma carta sobre a falta de água na freguesia de Vale do Peso, concelho do Crato, cujo teor é o seguinte:

«Parece incrível, mas infelizmente é uma realidade. Cerca de mil e duzentas pessoas da freguesia de Vale do Peso, concelho de Crato, dentro de poucos dias irão ficar sem água.

Tudo começou há dois anos quando o dr. Saporiti Machado vendeu a propriedade «Monte Velho», à companhia inglesa CELBI. Este grande latifúndio, fortemente arborizado de zinziferas, sobreiros e carvalhos, transformou-se em poucos dias numa extensa plantação de eucaliptos.

Aperceberam-se os valpesenses que os eucaliptos em breve lhes iriam roubar o único manancial de águas abastecedor da freguesia, a «Fonte da Bica», devido a parte da sua plantação se haver efectuado sobre a nascente e canalização das águas da referida fonte.

Chamaram, oportunamente, a atenção para o facto, tendo nessa altura a CELBI enviado representantes seus, por mais do que uma vez, à Junta de Freguesia de Vale do Peso e à Câmara

Municipal do Crato, para lhes serem indicados os locais exactos da nascente e canalização das águas. Ao que parece estas duas entidades em nada se interessaram e os eucaliptos foram plantados indiscriminadamente.

Vale do Peso vai ficar sem água. Quem são os responsáveis? A tomarem-se soluções imediatas, que são imprescindíveis, as mesmas obrigam ao arrancamento de eucaliptos e restauração da canalização. Quem vai indemnizar a CELBI, pois nos parece ser a menos culpada, e custear as demais despesas? Os responsáveis pela Junta de Freguesia ou os da Câmara Municipal?

A muito pouca água que corre das duas bicas da fonte, ainda será potável? Terá a Delegação de Saúde, no concelho, procedido à sua análise? Ou estarão os valpesenses a morrer lentamente por envenenamento?



UM PONTO DE PORTUGUÊS IMPRÓPRIO PARA ADOLESCENTES

Insurgindo-se contra aquilo que considera uma prova desequilibrada e capaz de liquidar as esperanças dos candidatos, escreveu-nos o nosso leitor sr. Alberto Simões Serra, de Lisboa, a comentar o recente ponto escrito de Português, 1.ª chamada, do curso geral dos Liceus. Eis a missiva:

«Embora a Imprensa tenha agora muitos assuntos por ventura mais graves ou mais prementes para tratar, parece-me também importante que se possa chamar a atenção dos responsáveis para o tema «exames», de enorme interesse para muitas pessoas.

Exemplo: a prova escrita de Português — 1.ª chamada do Curso Geral dos Liceus.

Toda a gente pergunta: será isto uma prova equilibrada para

alunos que rondam os 15 anos de idade?»

Prestemos justiça à escolha de um texto de Redol, embora tenhamos presente a certeza de que a maioria dos alunos não ouviram falar do nosso grande escritor durante o curso, merecendo tristes circunstâncias que bem conhecemos e de que eles não têm culpa.

E o resto? Ponto de parte o tema «Redacção» e duas ou três das dez questões formuladas

no ponto de exame, todas as restantes constituem a execução sumária das esperanças e canseiras de milhares de examinandos que um conjunto de circunstâncias obrigou a fazer exames num ano em que tantos outros por via de critérios sempre discutíveis se livraram desta crueldade.

Ou haveria a intenção de «liquidar» todos os que não escaparam a exame, como se fossem reféns de uma batalha perdida?

Peço licença aos mestres da nossa terra para fazer duas simples perguntas:

a) Será isto uma prova de harmonia com os programas e métodos de ensino que os alunos sofreram durante o regime anterior?

b) Serão muitos adultos, com nível cultural ainda que superior ao 5.º ano liceal, capazes de resolver imediata e satisfatoriamente esta prova? **Todos os professores** serão mesmo capazes?»



sofisticadamente Fiat o novo 132 GLS



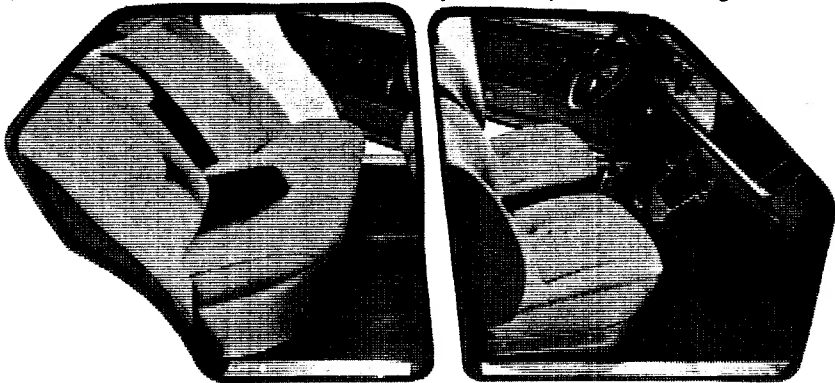
Fiat 132 GLS

Sofisticadamente Fiat na elegância, no conforto, na técnica requintada; a tradicional sofisticação Fiat.

A robustez, a comodidade e «performance» do Fiat 132 foram o nosso ponto de partida. Mas só parámos quando o transformámos numa berlina imbatível ponto por ponto: o novo Fiat 132 GLS. Uma nova linha rica de personalidade, um cuidado de

pormenores que lhe conferem mais classe e prestígio e soluções técnicas ainda mais avançadas, para um maior prazer de condução. Melhorámos a segurança activa com uma nova barra estabilizadora na suspensão dianteira, novos amortecedores, jantes e pneus mais largos; um

novo tablier, bancos anatómicos de nova concepção, volante regulável em altura, 5 velocidades e maior superfície vidrada com vidros atérmicos. Além disto, o famoso motor 1800 cc com duas árvores de cames à cabeça, 107 cv DIN, o mesmo que equipou os Fiat que ganharam o último Rallye TAP. Estabilidade, segurança e facilidade de condução tipicamente Fiat. Cerca de 700 kms de autonomia às velocidades actualmente consentidas. Venha vê-lo e experimente-o.



FIAT

A marca mais vendida em Portugal e no resto da Europa.

Em exposição e venda na Fiat Portuguesa, SARL e toda a sua rede de Agentes.

NACIONAL

MANTENDO A PARALISAÇÃO

OS TRABALHADORES DA GULBENKIAN RESPONDEM À ADMINISTRAÇÃO

Os trabalhadores da Fundação Gulbenkian divulgaram agora um extenso comunicado de resposta ao que a administração da Fundação fez inserir em vários jornais, no passado dia 20, sob a forma de publicidade redigida.

Neste seu comunicado, os trabalhadores acentuam precisamente que, para publicar a exposição, «o Conselho de administração recorreu, pois, à publicidade. Despendeu com ela algumas dezenas, senão centenas, de contos, que só dificilmente se pode dizer que tenham sido utilizados para os fins estatutários. Mas mais grave é serem utilizados contra os próprios trabalhadores, pois se chega ao ponto de solicitar contra eles, na parte final de tão infeliz documento, a intervenção das autoridades, já que o Conselho não dispõe nem da força da razão, nem da força moral, nem da tão invocada força jurídica. Eis o que a Comissão Executiva (dos trabalhadores) pretende demonstrar através do documento que agora difunde».

Dada a extensão do comunicado dos trabalhadores da Fundação Gulbenkian, sublinham-se adiante os pontos mais significativos nele apontados.

Assim, os trabalhadores referem que a primeira parte da exposição do conselho de administração tem por finalidade acentuar três ou quatro aspectos — e para que não houvesse dúvidas o conselho de administração sublinhou-os — que se revestem do tom de uma velada ameaça. A publicidade assume aqui a sua forma mais agressiva. E acrescentam:

Os primeiros sublinhados recordam que «a sua (da Fundação) acção exercer-se-á não só em Portugal mas também em qualquer outro país onde os seus dirigentes o julguem conveniente» e que, se a sede deverá ser em Lisboa, só o deverá ser «tanto quanto possível», ou seja: o Conselho procura insinuar que pode transferir a sede da Fundação para qualquer outro país e que ela só fica em Lisboa se tal for possível. Não parece abusivo considerar esta evocação uma ameaça. Resta saber a quem.

Custa-nos a crer que se trate de uma ameaça aos órgãos de soberania, particularmente ao 2.º Governo Provisório da 2.ª República, pois não só o Presidente do Conselho de Administração é membro do Conselho de Estado, não se podendo admitir que ameace a mesma República que sob juramento se comprometeu a servir, como, certamente, os membros do Conselho de Administração se não arriscariam a incorrer nas disposições penais que afectariam quem pretendesse subtrair a Portugal, na hora grave que atravessamos, um património e reservas calculados

em muitos milhões de contos. Recusamo-nos a acreditar que se possa extrair do teor do comunicado do Conselho de Administração uma ameaça desse género, que seguramente se voltaria, em primeiro lugar, contra o mesmo Conselho de Administração.

E concluem os trabalhadores, a este propósito: Não sendo a ameaça dirigida ao Governo, quem se pretende assustar? Parece claro que se visa a opinião pública e os trabalhadores. A primeira, menos informada e entendida nestas subtilezas, ficaria pelo

tário do comunicado, enumerar as benesses que vem concedendo em termos capazes de impressionar a opinião pública, já de si predisposta a acreditar, pelo gigantismo financeiro da instituição, que os trabalhadores desta gozam todos de situação privilegiada. Durante muitos anos — diz-se — os salários pagos pela Fundação foram os mais elevados do nosso País. Tal não seria difícil, conhecendo-se o que se passava, nem seria de esperar outra política de quem executava a vontade de um testador que, na cláusula 22.ª do seu

Uma delegação dos 1.000 trabalhadores da Fundação Gulbenkian, encontrou-se ontem com um representante do Ministério do Trabalho, a fim de informar aquele departamento das actuais possibilidades de solucionar o conflito que originou a paralisação total das actividades da instituição, com ocupação das instalações, desde quinta-feira.

Aquele Ministério comprometeu-se a intervir junto da administração da Fundação com quem também contactou.

Como é sabido, os trabalhadores exigem o saneamento de três elementos do conselho de administração: por questões políticas, o embaixador Marcelo Matias, e por questões de incompetência, o eng. Guimarães Lobato e dr. Vitor Sá Machado.

Entretanto, têm comparecido nos seus gabinetes, nas instalações da Gulbenkian, os dois administradores não saneados, Roberto Gulbenkian e Kevork Effayan.

A resolução do impasse está unicamente dependente da saída daqueles três elementos da administração, que se recusam a aceder à exigência de saneamento votada pela quase totalidade dos trabalhadores.

menos alertada com tal eventualidade e poderia, porventura, voltar-se contra os trabalhadores da Fundação, acusando-os de poderem vir a causar um grave prejuízo ao País. Face aos segundos, parece pretender-se que, perante o perigo do despedimento total que implicaria a transferência da sede da Fundação para o estrangeiro, desistam de prosseguir a sua luta. Nem uma, nem outros, parecem ter sido afectados, mas importa ressaltar que a ameaça foi insinuada. Ou seja, apenas porque os trabalhadores da Fundação pretendem participar plenamente na vida da instituição, saneá-la e reestruturá-la, apenas porque entraram em conflito «querela» lhe chama o Conselho de Administração — apenas porque recorreram, depois de esgotados todos os recursos e perante a obstinada recusa do Conselho, à sua arma legítima, a greve, o Conselho não hesita em brandir sobre eles, numa atitude ao que sabemos inédita, uma tal ameaça.

Mais adiante, referem os trabalhadores da Fundação Gulbenkian:

Na alínea b) da sua exposição, o conselho dando largas ao pendor publici-

testamento (curiosamente omitida na exaustiva comunicação do Conselho) dispõe: «O testador recomenda aos seus executores testamentários e «trusts» que remunerem largamente, todas as pessoas que lhes prestem a sua leal e efectiva colaboração».

Apenas a afirmação de que os salários eram os mais altos é gratuita, pois em nenhuns dados estatísticos o Conselho se baseia para a fazer. O que sucede é que, desde que se passou do clima patriarcal do início para o gigantismo actual da Fundação, o nível comparativo dos salários ia decrescendo e afectando sobretudo as camadas mais desfavorecidas. Se um certo director podia ganhar, a 25 de Abril de 1974, 53.330\$00 mensais (muito mais do que os 20.000\$00 que o Conselho refere), uma empregada da limpeza ganhava 2.650\$00 em tempo inteiro e não os 4.000\$00 mencionados no comunicado como praticados já em 1972 como «salário mínimo de natureza social». Teremos então de concluir que o pessoal da limpeza, deverá ser excluído? O menos que se pode dizer é que desta natureza social o Conselho de Administração tinha uma visão assaz parcial.

Lembrando que com a primeira assembleia geral de trabalhadores efectuada em 6 de Maio estava dado um passo histórico e irreversível na vida da instituição, pois que quer-se ou não, um novo poder emergiu, os trabalhadores afirmam depois:

O conflito de poderes a que actualmente se assiste só terminará no dia em que a Administração compreender que tem que associar estreitamente a ela a vontade dos trabalhadores e que não pode mais gover-

nar a Fundação como se essa vontade não existisse. E contra este facto não se pode alegar o testamento de Calouste Gulbenkian, que, sobre esta matéria nada dispõe, nem a favor, nem contra. Redigido há cerca de 20 anos, é natural que este aspecto não tenha sido considerado, mas não parece que contrarie a liberal intenção do Fundador esta íntima associação da vontade de todos à vontade que foi sua. Caberá a uma administração esclarecida compreendê-lo. Acresce que nenhuma das propostas aprovadas em Assembleia Geral contraria os fins por ele designados à instituição, nem os que lhe são consignados pelos estatutos.

Como é do conhecimento público, o conflito Gulbenkian tem por origem o desejo dos trabalhadores de verem afastados da administração o embaixador Marcelo Matias, o dr. Vitor Sá Machado e o eng. Guimarães Lobato. A afirmação do conselho de administração de que este saneamento é absolutamente ilegal, os trabalhadores ripostam acentuando, depois de apresentarem argumentos vãos:

Simplemente, o que não pode aceitar-se é que da ausência de regulamentação relativa ao saneamento das instituições particulares se conclua pelo impedimento de serem prosseguidos os respectivos processos.

Aliás, compreende-se perfeitamente que o Governo se tenha preocupado prioritariamente em regulamentar o processo de saneamento dos servidores civis do Estado e das pessoas colectivas de direito público, deixando às instituições particulares a iniciativa do seu auto-saneamento.

De resto, é isso que tem sucedido em inúmeras empresas do País, sempre com base na firme iniciativa dos trabalhadores e, muitas vezes, sob a orientação da própria Junta de Salvação Nacional ou do Governo (Companhia das Águas de Lisboa, Companhia dos Transportes Marítimos, Transportes Aéreos Portugueses, etc., etc.).

Será a Fundação Gulbenkian menos importante do que estas empresas? Ao pretender invocar, com manifesta infelicidade, a letra do Programa do Movimento das Forças Armadas contra o seu espírito e em especial contra o espírito da Assembleia Geral dos Trabalhadores, o Conselho de Administração procura impedir, em vão, o processo de auto-saneamento que estes corajosamente empreenderam.

É este processo de auto-saneamento absolutamente legal, inspirado no próprio Programa do Movimento das Forças Armadas e, em tantos casos, concretamente apoiado pela Junta e pelo Governo que os trabalhadores da Fundação Gulbenkian, conscientes das responsabilidades culturais que têm para com o País, consideram indispensável promover.

Da sua realização não abdicam, nem abdicarão e, por isso, confiam em que as autoridades para quem o Conselho de Administração apela sejam as primeiras a estar conscientes da justiça que cabe aos trabalhadores.

PESCADORES DO ARRASTO:

A GREVE ACABOU - A LUTA CONTINUA

Após trinta e oito dias consecutivos de luta, os pescadores de arrasto costeiro obrigaram o patronato à assinatura do primeiro contrato colectivo de trabalho. Segundo informa a Casa dos Pescadores de Matosinhos, num comunicado ontem distribuído, chegaram ao fim as conversações entre representantes dos pescadores e dos armadores, conversações que decorriam em Lisboa.

Os resultados obtidos deram satisfação parcial às reivindicações apresentadas pelos pescadores do arrasto costeiro de todo o país. Nomeadamente: cem escudos de caldeirada; 3.800\$00 e vencimento mensal para o mestre e 4 por cento de prémio de produção; 3.700\$00 para o contramestre e 1,7 por cento de prémio; 3.500\$00 para o marinheiro de 1.ª e 1,2 por cento de prémio; 2.800\$00 para o moço e 0,5 por cento de prémio.

E assim que depois de trinta e oito dias de greve, os pescadores voltarão ao mar. O comunicado da Casa dos Pescadores considera que o acordo alcançado representa «uma dupla vitória dos trabalhadores deste núcleo da pesca», por se tratar do primeiro contrato colectivo celebrado por legítimos representantes sindicais. Obrigar o patronato a ceder, foi uma vitória dos pescadores em luta pelo pão e resulta «duma admirável unidade dos pescadores», defende o comunicado.

Para a normalização do sector do arrasto, faltava ontem apenas o acordo dos representantes dos armadores com os motoristas. Acordo já atingido em Matosinhos, pelo que se prevê que partam já hoje à noite alguns barcos para o mar.

Em Aveiro, entretanto, onze arrastões de pesca costeira mantêm-se ancorados no porto, porquanto, se parte das reivindicações dos pescadores foram satisfeitas, o mesmo ainda não aconteceu relativamente aos motoristas e ajudantes. Três dos arrastões, o «António Cunha», o «Rio Dão» e o «Ria-Mar» meteram ontem gelo nas suas câmaras, a fim de reivindicarem os trabalhos, suspensos desde o dia 6 do corrente.

A LUTA DOS SARDINHEIROS CONTINUA

Em contrapartida, o problema da pesca da sardinha «agudiza-se», declara o comunicado da Casa dos Pescadores de Matosinhos. Na realidade, está-se longe de obter, ao fim de trinta e oito dias de greve uma «solução minimamente condigna para os problemas que

tanto afligem os pescadores e que estes corporizaram num caderno reivindicativo». Desde o dia 20 de Maio que os trabalhadores aguardam uma contraproposta do patronato. Essa contraproposta não foi ainda dada, argumentando os armadores com uma hipotética «exploração deficitária do sector».

Baldados todos os esforços para conseguir das entidades patronais a aceitação de condições económicas e de trabalho que já vigoram na Figueira da Foz, os pescadores de Matosinhos expuseram a situação à Secretaria de Estado das Pescas, responsabilizando o Grémio pelo impasse que se verifica.

Na sua exposição, os sardinheiros de Matosinhos consideram que a aceitação dos aumentos pedidos «que rondam os 600\$00 mensais», não lhes permitirá adoptar «melhores padrões de vida, pois os benefícios a obter serão destinados a solver compromissos contraídos durante a paralisação». E depois disso «à satisfação das necessidades ainda primárias».

AS POSIÇÕES FACE À GREVE

Entretanto, quais as posições tomadas por organizações e individualidades políticas face à luta dos pescadores? «Têm chegado muitos testemunhos de apoio e também alguns de estranha oposição», informa o comunicado.

Face a estas diferentes atitudes políticas, os pescadores têm a justa resposta. Assim, se «os primeiros merecem um sincero agradecimento» afirma-se no comunicado, «é altura de rejeitar complicitades que espantam, directrizes que não tomam em conta as condições de dolorosa exploração em que se encontram os pescadores e suas famílias, a maior parte deles auferindo salários inferiores a 3300\$00».

E evidente que as críticas são sempre as mesmas: qualquer trabalhador que luta por melhores condições de vida, está a «fazer o jogo da reacção». Pretende-se fazer crer que os operários, os camponeses, os pescadores, têm de aguentar com menos de três contos por mês para darem de comer aos filhos, para pagarem renda de casa, para satisfazerem as suas necessidades mais primárias.

E a razão porque os pescadores de Matosinhos respondem: «Continuamos a acreditar que a promoção dos pescadores tem de ser obra dos próprios pescadores».

Acordo entre trabalhadores e Administração da Sipavel

A Comissão de Trabalhadores da Fábrica Sipavel, de Setúbal, e a respectiva Administração, chegaram a acordo quanto à satisfação do caderno reivindicativo apresentado pelos trabalhadores.

Entretanto, o saneamento de alguns alimentos da empresa, divulgado em órgãos da Informação, não chegou a concretizar-se.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido pela «Tabacaria Diana», Rua Com. António Feio, lote A, loja 3 CACILHAS

BARCO

7m motor gasoil vela auxiliar, vendo. T. até 10h, 664898 ou 11 V.ª. N.ª. Milfontes.

LEIA ÀS TERÇAS-FEIRAS



O JORNAL motor



O LIVRO PORTUGUÊS VAI À CORUNHA e oxalá vão dicionários e gramáticas

Uma exposição de artes da pesca obrigou a antecipar a Feira do Livro da Corunha para o período entre 5 e 12 de Agosto (estava marcada para 15/23). Ali irá, como combinado, o livro português, e espera-se que desta feita não faltem nem as gramáticas nem os dicionários, estranhamente ausentes do grande certame da capital espanhola.

Quem nos fez esta revelação foi Manuel Ferreira da Costa, da Livraria Sá da Costa, elemento preponderante da comissão de aproximação luso-espanhola no âmbito da Associação dos Editores e Livrários. E disse-nos mais, por exemplo que os espanhóis se fartaram de pedir, em Madrid, autores que não constavam dos lotes expostos no «stand» nacional.

Eles queriam Namora, que não foi — contou-nos Ferreira da Costa — e queriam Virgílio Ferreira, Álvaro Guerra, José Afonso, Fernando Pessoa, Agustino Bessa Luís, Aquilino Ribeiro, Henrique Galvão, Oliveira Martins, Urabano Tavares Rodrigues, José Régio, Fernando Botelho, Ferreira de Castro, Alves Redol e, apesar de ser brasileiro, enfim, Jorge Amado. Também queriam clássicos portugueses em geral... E os tais dicionários e gramáticas...

O livro português foi vendido em Madrid ao câmbio de um escudo igual a duas pesetas e meia, sendo aplicado sobre o preço de capa o desconto habitual (habitual nas Feiras do Livro em Espanha) de 10 por cento. Mas cabe acrescentar que o 25 de Abril teve a sua quota-parte, involuntária embora, na falta de apoio sentida pelos editores portugueses, os quais se deslocaram a expensas suas, cobertos só parcialmente com um subsídio da Câmara do Comércio e Indústria Luso-Espanhola. Desta feita, assegurou-nos Ferreira da Costa, será solicitado o auxílio expresso do Fundo de Fomento da Exportação, já que o mesmo anunciou há dias estar na disposição de

comparticipar iniciativas deste género.

JÁ DEZASSE EDITORES

A Madrid — fruta da época — foram poucos editores: uns dez, se tanto, ou coisa assim. Agora já estão inscritos dezasseis. Sá da Costa, Parceria A.M. Pereira, Plátano Editora, Seara Nova, Estampa, Guimarães Editores, Livraria Figueirinhas, Edições 70, Porto Editora, Lello, Futura, Prelo, Moraes Editores, Livraria Férrin, Bertrand e Atica. O número deverá crescer nos próximos dias.

Aqui, porém surge outro problema: quem venderá o livro no «stand» denominado **Livros de Portugal**? Manuel Ferreira da Costa situou-nos dentro do assunto:

Sabemos que vai uma funcionária da Câmara de Comércio Luso-Espanhola, galega de origem, muito bem informada e excelente vendedora. Para além disso deslocar-se-ão representantes da Seara Nova, Edições 70 e Plátano. E é tudo.

Um tudo realmente desolador.

ESCOLHER MELHOR OS TÍTULOS

Da experiência de Madrid ressaltou a necessidade de escolher melhor as obras expostas, que foram então 1464. Os madrilenos, sobre terem determinadas preferências de autores, mostraram-se sumamente interessados em volumes de Sociologia, Economia, Política, História (incluindo Descobrimientos, Navegações Quinhentistas e relações com a Espanha), Arte (portuguesa, africana e brasileira) e Literatura. A gaffe que resultou da falta de dicionários e gramáticas avulta ainda mais neste contexto.

Pois a ver se a venda na Corunha ultrapassa significativamente a que se registou em Madrid, classificada de **pequena** pelo nosso interlocutor. Uma breve local lida em matutinos de Lisboa referia-se a **livros próprios, cuidadosamente seleccionados, de autores portugue-**

ses, o que traduz, neste momento, apenas a esperança de tirar alguma lição do erro recente.

Só não foi erro, mas situação insólita, a ausência de **Portugal e o Futuro**, de António Spínola, na Feira de Madrid. Havia exemplares, sim senhor, já da enésima edição, mas a pessoal da Arcádia Editora encontrava-se em greve. Assim, espanhóis interessados tiveram que contentar-se, uma vez mais, com a tradução (feita em Barcelona) para castelhano.

TRABALHADORES DE TORRES NOVAS AMEAÇAM SUSPENDER ACTIVIDADE

Da Comissão de Trabalhadores da firma António Alves e Cia, Filhos, de Torres Novas, recebemos, com o pedido de publicação o seguinte comunicado:

«De acordo com o comunicado enviado em 16 do corrente à Junta de Salvação Nacional e divulgado nos órgãos de Informação, e face à continuação obstinada de recusa por parte do gerente-proprietário da empresa, sr. António Alves, em dialogar no sentido de chegar a acordo com o **caderno reinvin-**

dicativo dos trabalhadores, e tornando-se insustentável o clima de tensão que aqui se vive, deliberou a comissão:

— ocupar as instalações e recusar a entrada nas mesmas do gerente;

— garantir urgente envio a esta empresa de um delegado do Governo com poderes absolutos para resolver o caso;

— dar o prazo até às 10 horas da próxima quarta-feira, para que esse delegado do Governo actue, pois caso contrário por vontade expressa dos trabalhadores, a activida-

de será suspensa com continuação de ocupação das instalações.

— esta comissão já deu conhecimento da situação ao Presidente da República, primeiro-ministro, ministro do Trabalho e organismos competentes, pedindo intervenção urgente;

— aguardamos essa mesma intervenção, em defesa dos nossos justos direitos, de que não abdicamos pois temos sido bastante condescendentes des de 7 de Junho, e dessa nossa posição não obtivemos até agora, nada de positivo.»

Pedidos de correspondência

A jovem brasileira Louise Marillac Campêlo Borges, de 14 anos deseja manter correspondência com jovens portugueses entre os 16 e os 22 anos. Endereço: Rua Dom Sebastião Leme, 847-60.000 Bair-

ro de Fátima, Fortaleza, Ceará, Brasil.

«**TALVEZ NINGUÉM ME RESPONDA**»

«Talvez ninguém me responda, mas eu gostaria de me corresponder com jovens portu-

gueses» escreve um jovem polaco de 18 anos, Roman Skobel, no pedido de correspondência que nos enviou para o nosso jornal. Endereço: Ul. Dworcowa 4m 75 10-414 Olsztyn-Polónia.

o valor exacto de uma jóia

A ROLLEI 35 é a máquina de alta precisão para o formato 24 x 36 mais pequena do mundo



A ROLLEI 35 é suficientemente pequena para ser transportada para

qualquer lado — na mão, no bolso ou numa carteira de senhora. A ROLLEI 35 está equipada com uma objectiva TESSAR f/3.5 com uma distância focal de 40 mm para um fotografar rápido, fácil e de qualidade superior — a ROLLEI 35 está sempre, instantaneamente, pronta a «disparar».

Por tudo isto, a ROLLEI 35 tem o valor exacto duma jóia.

PROFISSIONAIS DE RADIOFUSÃO

Na sede do Sindicato dos Profissionais de Telecomunicações e Radiodifusão, ao Largo de Santos, 13-3, efectua-se amanhã, às 21 e 30, uma reunião com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aplicação do Programa do Movimento das Forças Armadas na radiodifusão;
2. Situação dos profissionais de radiodifusão após o 25 de Abril;
3. Delegados sindicais.

RECURSO DA COMPANHIA DAS ÁGUAS

Por não concordar com a decisão do conselho de Ministros, ao determinar que a gestão da empresa fosse entregue a uma comissão de fiscalização, a Companhia das Águas de Lisboa interpôs recurso junto das autoridades competentes, segundo em assembleia geral do presidente do conselho de administração, dr. Pinto Leite. Foi ainda esclarecido que o respectivo processo já foi remetido ao Supremo Tribunal Administrativo.

Na mesma reunião foi aprovada uma proposta de Pedro Marçal, na qual se afirma que tendo tomado conhecimento da resolução do Conselho de Ministros de 24 de Junho último e de mais actos do Governo que considera contrários à lei e ao contrato entre o Estado e a companhia, confia em que o conselho de administração saberá resolver a situação pelos meios que tiver por mais convenientes.



Rua do Solitre, 84, 1.º, Esq. - Lisboa

A venda nas casas da especialidade.

Rollei progresso na fotografia

GERAL

26 O 25 DE ABRIL

Por João Abel Manta

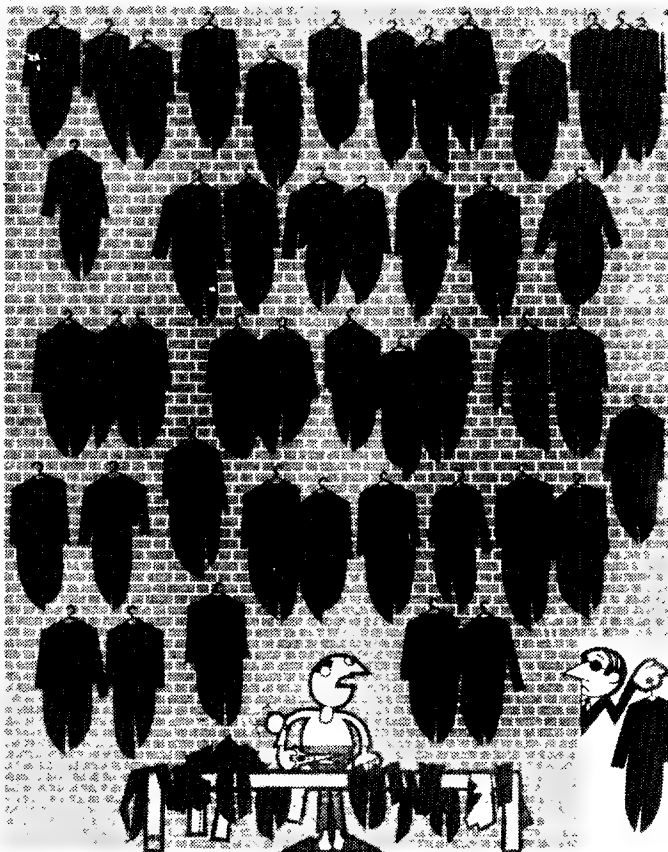
POSTER A CORES

(76 x 61,5 cm) — PREÇO 45\$00

A VENDA NA DELEGAÇÃO «DL»
NOS RESTAURADORES, 7

LIVRARIA FIGUEIRINHA, Praça da Liberdade, 68 — PORTO
(NÃO SE EXIGE CERTIFICADO DA JUNTA)

sem mãos a medir



(Os direitos de autor destinam-se ao
Movimento Democrático de Artistas Plásticos)

LUTA CONTRA A INFLAÇÃO

Continuação da pág. 1.

quando os depositantes sejam sociedades.

As instituições de crédito não poderão abonar aos restantes depósitos com pré-aviso e aos depósitos a prazo até 180 dias, que estejam legalmente autorizados a receber, juros a taxas superiores aos limites que resultarem da subtracção dos seguintes valores à taxa de desconto do Banco de Portugal: 4 por cento nos depósitos com pré-aviso igual ou superior a 15 dias, mas inferior a trinta; 3 por cento nos depósitos com pré-aviso ou a prazo igual ou superior a 30 dias, mas não a noventa; 1 por cento nos depósitos a prazo superior a 90 dias, mas não a 180.

DEPÓSITOS A PRAZO

O art. 3.º do Decreto-Lei determina que não poderão, igualmente, as instituições de crédito abonar aos restantes depósitos a prazo, que estejam legalmente autorizados a receber, juros a taxas superiores aos limites que resultarem da adição dos seguintes valores à taxa de desconto do Banco de Portugal: a) 0,5 por cento nos depósitos a prazo superior a 180 dias, mas não a duzentos e setenta dias; 1,5 por cento nos depósitos a prazo superiores a 275 dias e até um ano, inclusive; 2 por cento nos depósitos a prazo superior a um ano; 3 por cento nos depósitos a prazo superior a dois anos, nos termos estabelecidos em regulamentação especial.

A taxa de desconto do Banco de Portugal é, nesta altura, de 5 por cento.

JUROS DE INVESTIMENTO

Determina-se ainda que as instituições de crédito não poderão cobrar pelas operações activas, que estejam legalmen-

te autorizadas a efectuar, juros de taxas superiores aos limites que resultarem da soma da taxa de desconto do Banco de Portugal com os seguintes valores:

a) 0,25 por cento nas operações por prazo não superior a cento e vinte dias; b) 0,75 por cento nas operações por prazo superior a cento e vinte dias mas não a 180 dias; c) 1,75 por cento nas operações por prazo superior a cento e oitenta dias, mas não a um ano; d) 3 por cento nas operações por prazo superior a um ano e até dois anos; e) 3,5 por cento nas operações por prazo superior a dois anos e até três anos; f) 4 por cento operações por prazo superior a três anos e até cinco anos; g) 4,5 por cento nas operações por prazo superior a cinco anos e até sete anos; h) 5 por cento nas operações por prazo superior a sete anos.

Este regime de taxas aplicar-se-á aos depósitos já existentes nas seguintes condições:

a) a partir da data do presente diploma no caso dos depósitos à ordem ou com pré-aviso inferior a 15 dias; b) ao fim de trinta dias para os depósitos com pré-aviso superior a 15 dias; c) a partir da data do fim do pré-aviso ou do fim do prazo no caso dos depósitos com pré-aviso ou a prazo não superior a 180 dias; d) a partir da data da sua constituição ou renovação no caso dos depósitos a prazo superior a 180 dias constituídos ou renovados após 27 de Maio de 1974 e a partir do fim do seu prazo no caso dos demais depósitos existentes a prazo superior a 180 dias.

Não pode ser cobrada comissão de aceite em aceites bancários descontados na instituição de crédito aceiteante.

RIGOROSO REGIME DE CONTROLO DOS PREÇOS

O Governo Provisório estabeleceu também, para entrar imediatamente em vigor, um apertado mecanismo de controlo dos preços dos bens e serviços garantindo por severas sanções às entidades económicas que o violarem ou violarem.

O decreto, que leva também data de 10 de Julho, e será proximamente publicado no «Diário do Governo», prevê seis regimes de estabelecimento dos preços. Conclui assim o preâmbulo do texto legal: Independentemente de considerações doutrinárias sobre o sistema económico que mais convirá ao País no futuro a determinar ao longo do tempo por processo que se pretende democrático parece não existirem dúvidas de que, na actual situação o interesse nacional determina a necessidade de um acompanhamento rigoroso da formação dos preços e a criação de estruturas orgânicas capazes de funcionar eficientemente, sob pena de uma inflação descontrolada e de perturbações no mercado abastecedor, poderem vir a prejudicar definitivamente todo o processo de desenvolvimento de um país que, também no sector económico, terá de construir democraticamente o seu futuro.

E o art. 1.º do diploma enuncia e define os regimes de controlo: «Os preços dos bens ou serviços vendidos no mercado interno podem ser submetidos aos seguintes regimes: a) de preços máximos; b) de preços controlados; c) de preços declarados; d) de preços contratados; e) de mar-

gens de comercialização fixadas; f) de preços livres.»

Eis a descrição oficial dos vários regimes:

«O regime de preços máximos consiste na fixação do seu valor nos diferentes estádios da actividade económica julgados convenientes, o qual não poderá ser ultrapassado.

«O regime de preços controlados determina a obrigatoriedade de declaração pelas empresas dos preços praticados e de apresentação para aprovação dos pedidos de aumento.

«O regime de preços declarados determina a obrigatoriedade da comunicação dos preços praticados ou das suas alterações com a antecedência mínima de trinta dias.

«O regime de preços contratados faculta a possibilidade às empresas, grupos de empresas ou associações patronais de negociarem com o Governo condições específicas para alteração dos preços.

«O regime de margens de comercialização fixadas consiste na atribuição de um valor máximo, determinado por percentagem ou em termos absolutos, que poderá ser adicionado aos preços de aquisição ou de reposição.

«O regime de preços livres consiste na determinação dos níveis de preços pelos agentes e mecanismos que interferem no respectivo circuito de comercialização.»

A principal disposição do decreto é a que manda aplicar os vários regimes a determinadas categorias de bens e serviços, algumas delas definidas pela capacidade económica da empresa produtora.

Diz o texto legal:

«Ficam sujeitos ao regime de preços máximos os bens ou serviços que, em 24 de Abril de 1974, estavam submetidos ao regime de tabelamento ou de preço fixo.

«Ficam sujeitos ao regime de preços controlados os bens ou serviços que, na data referida na alínea anterior, estavam submetidos ao regime de homologação prévia, excepto aqueles que, por portaria do secretário de Estado do Abastecimento e Preços, venham a ficar sujeitos a qualquer outro regime; ficam sujeitos ao regime de preços controlados os bens ou serviços produzidos ou importados por empresas cuja facturação bruta total correspondente a vendas no mercado interno, no ano anterior, tenha sido superior a cinquenta milhões de escudos mas somente aqueles cuja facturação tenha sido superior a dez milhões de escudos, quando tais bens e serviços não estejam abrangidos pelo regime de preços indicados nas alíneas a), d) e e).

«Ficam sujeitos ao regime de preços declarados os bens ou serviços produzidos ou importados por empresas cuja facturação bruta total correspondente a vendas no mercado interno no ano anterior tenha sido superior a trinta milhões de escudos e inferior ou igual a cinquenta milhões de escudos, mas somente aqueles cuja facturação tenha sido superior a cinco milhões de escudos, quando tais bens ou serviços não estejam abrangidos pelos regimes indicados nas alíneas a), b) e e) do artigo 1.º.

«Ficam sujeitos ao regime e margens de comercialização fixadas os bens que, na mesma data, estavam submetidos à observância de margens especialmente estabelecidas; na falta de regime de preços especialmente aplicável à comercialização dos bens observar-se-á o disposto na segunda

parte da alínea a) do n.º 1 e no n.º 3 do art.º 24.º do Decreto-Lei N.º 41 204, de 24 de Julho de 1957.»

A sujeição de bens ou serviços aos regimes de preços previstos no decreto será determinada por portaria do secretário de Estado do Abastecimento e Preços, com base, quer na natureza dos bens e serviços, quer na dimensão das empresas.

No entanto, a fixação do regime a que serão submetidos os preços de certas matérias-primas e meios de produção essenciais é da competência conjunta daquele secretário de Estado e do seu colega que superintende do respectivo sector. A lista de bens (e serviços) sujeitos a este regime inclui a madeira para as indústrias de pasta de papel, o carvão, o petróleo, os minérios, as máquinas e os motores, os veículos, a electricidade, o gás e o vapor, os transportes e comunicações, etc.

NOVAS DIRECÇÕES-GERAIS

No Conselho de Ministros de ontem, segundo do actual Governo Provisório, foram também aprovados os decretos-leis que criam, no âmbito do antigo Ministério da Coordenação Económica, as Direcções-Gerais de Preços (D.G.P.), a Direcção-Geral do Comércio Interno (D.G.C.I.) e a Direcção-Geral de Fiscalização Económica (D.G.F.E.), consideradas peças fundamentais para defesa dos objectivos conjugados no diploma sobre a política de preços.

São atribuições da D.G.P. «realizar os estudos e desenvolver as acções necessárias a uma adequada política tendente à estabilidade dos preços, à defesa do consumidor e a evitar a constituição de situações privilegiadas nocivas ao desenvolvimento económico».

A Direcção-Geral do Comércio Interno tem como atribuições «elaborar estudos e desenvolver acções tendentes a assegurar o regular abastecimento do País, a defesa do consumidor e da concorrência e a simplificação dos circuitos de distribuição».

Quanto à Direcção-Geral de Fiscalização Económica, também integrada na Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços, sucede à anterior Inspeccção-Geral das Actividades Económicas (I.G.A.E.), cujos serviços e atribuições absorve. Transita igualmente para a mesma Direcção-Geral a competência e as atribuições dos organismos de coordenação económica, dos organismos corporativos e da Administração-Geral do Açúcar e do Alcool, em matéria de fiscalização preventiva e repressiva de infracções antieconómicas e contra a saúde pública.

Os diplomas que criaram estes organismos e que determinam a sua composição e atribuições, entram imediatamente em vigor.

MORTE DO PINTOR BENJAMIN DUARTE

CIENTFUEGOS (CUBA), 23 (ANI) O pintor revolucionário cubano Benjamin Duarte, de 74 anos, morreu na cidade de Cienfuegos, no Sul da província de Las Villas informada a Prensa Latina.

As obras de Duarte, considerado um dos melhores pintores primitivos cubanos, foram expostas o ano passado e há dois anos na Bulgária, Hungria, Roménia e RDA.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE REVENDADORES DE COMBUSTÍVEIS

MASCARENHAS & MIRANDA, LDA. (Garagem Modelo)	Sacor
Avenida 24 de Julho, 180-C LISBOA	
MIRANDA & FERRÃO, LDA. (Garagem Campo Pequeno)	Sacor
Avenida António Serpa, 22 a 28 LISBOA	
VIOLANTA MATIAS MIRANDA (Restaurante «O Policia»)	Sacor
Rua Marquês Sá da Bandeira, 110 LISBOA	
CASA ELECTRODOMÉSTICOS 3003, LDA. Mobil	
Est. Nacional n.º 158 BAIXA DA BANHEIRA	
MANUEL GIL GARCIA Sonap	
Garagem Belavista PÓVOA SANTA IRIA	
FERNANDO MARTINS BARATA Mobil	
Posto Mobil Santa Clara COIMBRA	
AUTO SERVIÇO ORIENTAL, LDA. Sacor	
Avenida D. Afonso III, 68 A/B LISBOA	
AUTO-REIS VIANA Sonap	
VILA DO CONDE	
SILVEIRA & OLEGÁRIO, LDA. Esso	
COSTA DA CAPARICA	
CASA CASTRO Sonap	
PAREDE	

Informam os seus estimados clientes de que a sua fornecedora de gasolina, gasóleo, petróleo e gás lhes cortou os fornecimentos em virtude de estas firmas terem cumprido a decisão unânime do Plenário da Figueira da Foz, em 29/6/74 e referido nos comunicados de imprensa nos dias 15 e 16 do corrente.

ESTRANGEIRO

O porto de Kyrenia será turco para sempre

-afirma Bulent Ecevit

ANKARA, 23 (R.) Um informador militar turco negou hoje ter conhecimento de continuarem os combates depois do cessar-fogo iniciado ontem em Chipre.

«Não temos informações sobre isso», disse o informador, que especificamente desmentiu uma queixa do secretário-geral das Nações Unidas, Kurt Wald-

heim, segundo a qual aviões turcos tinham bombardeado o aeroporto de Nicósia 70 minutos depois de o cessar-fogo entrar em vigor.

Nas horas que antecederam a trégua, a Turquia continuava a enviar reforços para Chipre. Um comboio partiu de Mersin, o porto do sul do país de onde no sábado foi lançada a invasão de Chipre.

O primeiro-ministro turco, Bulent Ecevit, anunciou a aceitação turca do apelo da ONU para o cessar-fogo e tornou claro que as forças turcas estavam em Chipre para ficar. Repetiu insistentemente que a invasão turca não ficara aquém dos seus objectivos.

Segundo Ecevit, o ataque estabelecera uma presença turca irrevogável na ilha. O porto de Kyrenia disse seria turco para sempre. Jornalistas presentes na conferência de Imprensa chamaram a atenção do primeiro-ministro para as notícias provenientes de Chipre de que Kyrenia continuava em poder dos cipriotas gregos. «Controlamos o porto. Ali desembarcamos material», foi a resposta.

Ecevit repetiu as alegações anteriores do comando do Exército turco de que civis em três enclaves cipriotas turcos, Famagusta, Erenkoy e Serdarli estavam a ser massacrados por gregos.

Acrescentou que a Turquia

estava em contacto com Waldheim, que prometera que a força de conservação da paz das Nações Unidas interviria para pôr termo ao «genocídio».

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Turgut Gunes, deve partir amanhã para Genebra a fim de participar nas conversações de paz com os seus colegas grego e britânico.

Ecevit disse que fazer a paz seria difícil principalmente devido a uma «falta de autoridade» em Chipre em resultado do golpe que derrubou o presidente Makarios.

Os turcos comuns pareceram ter recebido a notícia do cessar-fogo sem grande emoção. Multidões enchiam cafés a observar calmamente pela televisão soldados turcos em acção.

O presidente turco, Fahri Korumurk declarou que, ao invadir Chipre, a Turquia mostrara a sua força ao mundo.



James St. Clair, advogado do presidente Richard Nixon, no caso Watergate, que entrou numa semana decisiva, pois a comissão de inquérito acerca do envolvimento do chefe do executivo naquele escândalo deverá pronunciar-se agora sobre a eventualidade de impugnação do inquilino da Casa Branca. (Telefoto UPI-Telimprensa)

EXPLICAÇÃO TURCA

ROMA, 23 (UPI-ANI) A Turquia invadiu Chipre a fim de restabelecer o equilíbrio de forças, em relação à Grécia declarou ontem o ministro turco da Informação, Oran Birgit, numa entrevista dada à Rádio italiana.

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Duran Gunes, explicou isso mesmo nas conversações de Genebra sobre a solução do caso de Chipre acrescentou Birgit.

COMUNICADO CIPRIOTA

NICOSIA, 23 (UPI-ANI) A Rádio cipriota-grega anunciou hoje que as tropas cipriotas gragas «recharam as forças turcas invasoras» até à hora da madrugada (23 TMG) e que toda a resistência na parte sul da ilha tinha sido esmagada.

Esta comunicação, difundida às 9 e 45 (7 e 45 TMG) foi a primeira ouvida hoje sobre a situação militar em Chipre.

ELEIÇÕES NA RODÉSIA NO PRÓXIMO DIA 30

SALISBÚRIA, 23 (UPI-ANI) O primeiro-ministro da Rodésia, Ian Smith, declarou ontem num comício eleitoral esperar que o senso comum prevalecesse no caso de se formar um novo Governo em Moçambique.

Ian Smith observou também que a maior parte do trânsito nos portos de Lourenço Marques e da Beira se destina à Rodésia e a República da África do Sul, pelo que não seria sensato para um futuro governo de Moçambique cortar as relações com as autoridades de Salisbúria ou de Pretória.

No prosseguimento do comício, o primeiro-ministro

observou que a Rodésia terá eleições no dia 30 deste mês por causa das manobras da oposição acerca das negociações constitucionais com o Conselho Nacional Africano.

O Governo estava a chegar a acordo com aquele conselho, mas depois o acordo malograra-se, sublinhou Ian Smith, que nas suas palavras condenou «elementos esquerdistas existentes dentro e fora da Rodésia, bem como os comunistas».

Smith incitou os presentes a votarem predominantemente no seu partido durante as eleições gerais do dia 30.

Começou em Dublin o "Festival Revolucionário" Internacional

DUBLIN, 23 (EFE-ANI)

Começou ontem em Dublin o chamado «Festival Revolucionário Internacional», que reuniu na capital irlandesa representantes de grupos activistas de diversas partes do mundo incluindo os grupos palestinos e os de activistas guerrilheiros de diversos países latino-americanos.

Também assistem representantes dos movimentos separatistas internacionais, se bem que os organizadores do «Festival» tenham negado energicamente que hajam vindo elementos de organizações terroristas.

Os representantes taparam o rosto para não serem fotografados ao entrarem no edifício onde se efectuam as reuniões, o qual está estreitamente vigiado por agentes de polícia da brigada especial irlandesa.

O «Festival» dura uma semana em Dublin e os participantes

pensam ir depois seis dias a Belfast. Os organizadores, pertencentes ao «Sinn Féin», ramo político do «IRA», avisaram que «a estada em Belfast poderia ser perigosa».

Um dos organizadores Tony Heffernan, observou que o objecto da conferência é «Inter-cambiar critérios e opiniões sobre a luta dos povos oprimidos no mundo». A sessão de ontem foi dedicada a tratar da «Po-

sição antisocialista do imperialismo britânico, especialmente no referente ao problema da Irlanda do Norte e à luta da classe operária britânica».

Onze dos representantes que estiveram no «Festival» foram detidos domingo no porto inglês de Dover e enviados de novo para o ponto de partida. A polícia irlandesa proibiu ontem a entrada no país a outros quatro participantes.

JORNADA DE ACÇÃO EM ITÁLIA DOS GRANDES SINDICATOS

ROMA, 23 (F.P.) Amanhã, quarta-feira, há na Itália uma jornada de acção lançada pelos três grandes sindicatos C.G.I.L., C.I.S.I.L. e U.I.L., comportando manifestações e paragens de trabalho. Trata-se de forçar o Governo a modificar as medidas fiscais. Mas, declarou à (F.P.) Bruno Trentin um dos chefes do sindicalismo italiano. «Sem estação havia um risco certo dos sindicatos rebentarem. Nestes anos conseguimos realizar uma unidade sem igual na Itália e reunimos os trabalhadores em volta dos objectivos comuns... Trata-se de uma linha reivindicativa avançada, não dizendo respeito às questões de salários, mas a problemas de organização do trabalho, de questões económicas».

Trentin acusa os dirigentes sindicais de terem medo de declarar uma «verdadeira greve geral» que provocaria uma crise

governamental. «É uma ocasião que se perde», disse, acrescentando que evidentemente o objectivo dos sindicatos não é «fazer cair o Governo» mas ir para a frente com um projecto da reforma da sociedade.

Bruno Trentin acusa o Partido Maioritário (a Democracia Cristã). «A economia italiana não está doente», afirma. «O doente é essa velha administração cheia de parasitas, é a falta de coordenação, de plano». Quanto ao patronato, Bruno Trentin, diz que tendo apoiado desde a guerra a Democracia Cristã, tem-se aproveitado da confusão. «Mas agora apercebe-se de que está estrangulado pelo seu próprio sistema e revolta-se. Até Agnelli o presidente da Fiat ataca violentamente as faltas da Democracia Cristã». Está de acordo para um arranjo com o patronato, mas recusa o «Pacto Social». «Os patrões pro-

põem aumentos de salários que compensam logo com o aumento da inflação. Em troca queriam um clima social sem problemas. Quereria que renunciemos às nossas ideias acerca da estratégia industrial. É inadmissível».

A jornada de 24, concluiu, será uma etapa na luta que vai haver no Outono (com o regresso do Parlamento).

Petróleo fará do Peru o país mais rico da América Latina?

LIMA, 23 (ANI) O presidente duma empresa petrolífera norte-americana, Armando Hammer, declarou em Lima que a enorme riqueza em petróleo do Peru, fará deste país o mais rico da América Latina.

Segundo informação divulgada pela agência noticiosa «Prensa Latina», o industrial norte-americano teve perspectivas francamente animadoras para o futuro do Peru, tendo a empresa petrolífera

que ele representa assinado um importante contrato de exploração com uma sua congénere peruana, cujos termos se baseiam na partilha equitativa da produção conjunta de petróleo.

Foi já concedida a concessão de cerca de um milhão de hectares de terra na floresta da Amazônia peruana, para se iniciarem os trabalhos de prospecção e exploração do desejado «Ouro Negro».

O IMPERADOR ETÍOPE COMPLETA 82 ANOS NUMA ATMOSFERA DE CAOS POLÍTICO

ADDIS ABEBA, 23 (R)

O imperador Hailé Selassie celebra hoje o seu octogésimo segundo aniversário numa atmosfera de completo caos político na sequência de uma mudança na chefia do seu Governo.

Endalkachew Makonnen, de 46 anos, que foi nomeado primeiro-ministro há cinco meses depois do Governo de Aklilu Habtewold, no poder há dez anos, ter sido derrubado pelos militares, demitiu-se ontem e foi substituído por Michael Imru, filho único do primo do imperador Selassie, Ras Imru Hailé Selassie.

A notícia, difundida pela rádio etíope, não dava pormenores do paradeiro do antigo primeiro-ministro, mas julga-se que Michael Imru, de 44 anos, se encontrava na Suíça, onde há algum tempo representava o seu país nas Nações Unidas, em Genebra, depois de ter sido embaixador em Moscovo.

Tal como o seu predecessor, Michael Imru foi educado em Oxford.

Outros membros do Governo de Makonnen não foram vistos em público. Parece possível que alguns deles se tenham demitido com o primeiro-ministro, embora o facto não pudesse ser confirmado.

No princípio deste mês, as Forças Armadas anunciaram que não regressariam aos quartéis antes de estarem em vigor todas as reformas sociais e económicas que tinham sido prometidas.

Anunciaram igualmente que dentro em breve se iniciaria um inquérito a alegado abuso do poder por parte de cerca de 60 funcionários que foram detidos, ou se qualquer deles enriquecera ilegalmente por desvio de fundos ou propriedades públicas, e se estivera empenhado em irregularidades administrativas ou judiciais prejudiciais ao país.

As celebrações do aniversário do imperador iniciam-se com uma salva de 21 tiros disparada do palácio. Selassie assiste à missa e mais tarde recebe os dignitários locais e o corpo diplomático.

AVIÃO ABATIDO ACIDENTALMENTE

MANILA, 23 (UPI-ANI) Um jacto da Armada norte-americana abateu-se acidentalmente num helicóptero da mesma nacionalidade com um míssil de atracção térmica, durante exercícios de treino nas Filipinas, matando os seis ocupantes do aparelho revelou um informador da Marinha.

O acidente ocorreu ontem numa área cerca de 110 quilómetros a sudoeste da base naval norte-americana de Subic Bay disse ainda o informador, acrescentando que dois contratorpedeiros seguiram imediatamente para o local mas só encontraram destroços.

ESTRANGEIRO

O príncipe Juan Carlos parece prestes a assumir em definitivo o poder

MADRID, 23 (R.) O príncipe Juan Carlos de Borbon, que prestou juramento, há cinco anos, como futuro rei de Espanha, parece hoje prestes a assumir definitivamente o Poder em virtude do generalíssimo Franco se encontrar gravemente doente.

O último boletim médico, difundido ontem nesta capital, diz que o «Caudillo», que tem 81 anos, estava a melhorar. Espera-se, porém, que os médicos que o tratam realizem hoje uma conferência de Imprensa.

Fontes bem informadas disseram que não se escondia a gravidade do estado do chefe do Estado e o risco de um coágulo sanguíneo poder atingir-lhe o coração ou cérebro devido à tromboflebite que tem na perna direita.

Franco acha-se internado, há duas semanas, numa clínica e, no domingo, os seus médicos decidiram não o operar.

O príncipe Juan Carlos passou quase uma hora junto do leito do doente, ontem, à noite. O príncipe, que tem 36 anos, foi já nomeado chefe de Estado provisório enquanto o «caudi-

lho» estiver doente.

Nos termos de emendas constitucionais introduzidas há cinco anos, o príncipe, alto e de cabelo louro, será proclamado rei dentro de oito dias, após o falecimento ou afastamento do generalíssimo Franco.

A certa altura, era voz corrente nesta capital que Juan Carlos seria cognominado «o breve», querendo-se significar com isso que não se esperava que reinasse muito tempo. Contudo, hoje, círculos políticos bem informados afirmam que é mais provável que o príncipe seja conhecido como «rei João, o prudente».

Previram que, quando subir ao trono, Juan Carlos não alteraria — pelo menos, durante alguns meses — o Governo de Carlos Arias Navarro, que se tornou primeiro-ministro após o almirante Luis Carrero Blanco ser assassinado numa rua de Madrid, em Dezembro último.

Arias Navarro, antigo ministro do Interior e director da Polícia, foi muito criticado no princípio deste ano pelas suas tentativas, que abandonou mais

tarde, para exilar o prelado católico liberal monsenhor António Anoveros, bispo de Bilbao.

Uma fonte bem informada comentou que o príncipe agiria muito bem se, no primeiro ano do seu reinado, obtivesse êxito em conseguir a criação de associações políticas eficazes, maior liberdade para a Imprensa e mais independência para os serviços judiciais.



Um aspecto do sector turco de Nicósia, na véspera da invasão de Chipre por forças da Turquia. Note-se o gigantesco retrato de Ataturk, fundador da Turquia moderna, sobre um dos edifícios. (Telefoto UPI-Telimprensa)

BOATOS DE GOLPE DE ESTADO

Concentração de tropas gregas na fronteira com a Turquia

ATENAS, 23 (R.) A Grécia preparava hoje o seu caso sobre Chipre, para ser apresentado na Conferência de Genebra, enquanto prosseguia a concentração maciça de tropas ao longo da fronteira norte com a Turquia.

Persistentes boatos, entretanto, circularam ontem em Atenas de que um grupo de oficiais no norte da Grécia tinha levado a cabo um golpe de Estado, o que foi desmentido oficialmente.

No norte, Salónica e outras grandes cidades estiveram mergulhadas na escuridão para um exercício de ataque aéreo, ontem à noite, e as estradas da Trácia estiveram pedradas de tropas e de equipamento pesado que se deslocavam na direcção da fronteira de 210 quilómetros com a Turquia. Afirmava-se que canhões e tanques se encontravam já em posição.

Os boatos de golpe que circularam em Atenas começaram a tomar vulto quando um comboio de tanques foi visto a atravessar uma rua do centro da cidade. Em pouco tempo as ruas ficaram desertas: os estabelecimentos encerraram e os escritórios mandaram os empregados para casa.

Os tanques dirigiram-se para a estação de caminho-de-ferro de Atenas e foram colocados em comboios especiais rumo ao norte do país onde oficiais do poderoso corpo de Exército de Salónica, supostamente responsáveis pelo golpe, também desmentiram a notícia, dizendo que ela não tinha qualquer fundamento.

Dirigentes gregos, sob a chefia do presidente Phaedon Gizikis, reuniram-se a noite passada para longas conversações sobre a situação cipriota, na sequência da aceitação de um cessar-fogo, pela Grécia e pela Turquia. O Gabinete e os comandantes das Forças Armadas têm para hoje marcada uma reunião.

Representantes gregos, turcos e britânicos deverão reunir-se em Genebra, mas funcionários da missão grega naquela cidade disseram não ter informações sobre a data do início da conferência.

(A Inglaterra pretende que as conversações de paz se iniciem o mais rapidamente possível, e a Turquia concorda em não pôr a qualquer

Para os gregos, o ponto principal da conferência de Genebra, será o da retirada de Chipre de pessoal militar estrangeiro, além dos contingentes da Grécia e da Turquia, que ali se encontram ao abrigo do tratado de garantia de 1960.

Foi a exigência do presidente Makarios para a retirada de 650 oficiais gregos que chefiavam a Guarda Nacional de Chipre que precipitou a sua queda e subsequente intervenção militar turca na ilha.

A Grécia sente que a retirada desses oficiais alienaria a Grécia de Chipre e enfraqueceria a capacidade de defesa da ilha.

As conversações de Genebra foram assinaladas por um ataque de jovens gregos à Embaixada britânica em Atenas, a noite passada.

Os jovens entoavam «Inglaterra traidora», e «Enosis, Enosis» (união de Chipre à Grécia), e provocaram estragos em automóveis e mobília da Embaixada. Protestavam contra alegado apoio de um navio britânico às tropas turcas invasoras.

Um informador da Embaixada britânica classificou o ataque de uma afronta e acrescentou que um protesto violento foi apresentado tanto em Londres como em Atenas. Calculou os estragos em 40 mil libras, declarando que o Governo grego teria de pagar indemnização.

O Governo britânico desmentiu qualquer envolvimento na invasão.

Em Londres, a Grécia, por intermédio da sua Embaixada, acusou as forças turcas de ge-

nocídio contra a população cipriota grega de Chipre durante 15 alegadas violações do cessar-fogo, iniciado ontem. Um comunicado da Embaixada dizia que bombardeamentos turcos de alvos não militares provocaram a morte de centenas de mulheres e crianças. Trinta pessoas, muitas das quais turistas estrangeiras, foram mortas num bombardeamento turco a um hotel de Salamina.

O comunicado declarava também que contratorpedeiros turcos bombardearam o porto de Kyrenia, provocando centenas de vítimas civis, depois de o cessar-fogo ter sido aceite.

As alegações turcas de actos de genocídio contra cipriotas turcos eram totalmente infundadas — segundo o mesmo comunicado.

TERMINOU A VISITA DE BREJNEV À POLONIA

MOSCÓVIA, 23 (R.) O dirigente do Partido Comunista soviético, Leonid Brejnev, terminou ontem a sua visita à Polónia onde assistiu às comemorações do trigésimo aniversário da formação da República socialista polaca Edward Gierek, nos lugares de honra da tribuna onde assistiram a uma parada militar em Varsóvia para encerramento das comemorações do

aniversário.

Em discurso proferido durante o fim-de-semana na capital polaca, Brejnev pediu uma nova conferência dos partidos comunistas europeus, reunião que segundo disse será extremamente útil para aumentar uma acção de conjunto destinada ao reforço do desanuviamento na Europa.

ACUSAÇÃO PALESTINIANA AO REI HUSSEIN

BEIRUTE, 23 (U.P.I.-A.N.I.) O Movimento Guerrilheiro Palestino rejeitou hoje um pedido da Jordânia para que fosse adiada uma conferência cimeira árabe e acusou o rei Hussein de conspirar contra o povo palestino.

Num telegrama enviado ao secretário-geral da Liga Árabe, Mamude Riad, o «leader» guerrilheiro Yasser Arafat afirma:

«Devido à perigosa fase por que passa a causa palestina as conspirações contra o nosso

povo e os movimentos suspeitos do inimigo sionista com a ajuda e cooperação jordanas, exigimos a rápida reunião da cimeira árabe para encerrar estes factos.»

A cimeira está marcada para o dia 3 de Setembro, em Marrocos.

A Jordânia pediu o adiamento porque um atraso «seria de maior utilidade aos interesses conjuntos dos Estados árabes que participam na cimeira» segundo círculos afectos à Liga Árabe.

Surtos de meningite em todo o Brasil

RIO DE JANEIRO, 23 (R.) A Direcção Geral de Saúde do Brasil está a lançar uma gigantesca campanha de vacinação contra a meningite, na altura em que surgem notícias de surtos da doença vindas de todas as partes do país.

O Ministério da Saúde não publicou ainda os números fidedignos dos vários casos da doença, nem das mortes produzidas mas os jornais brasileiros trazem diariamente notícias pormenorizadas de novos surtos da doença, causada por inflamação nas meninges do cére-

bro ou na espinal medula.

Uma das áreas mais afectadas e com maior gravidade parece ser S. Paulo, segundo o jornal. O Estado de S. Paulo. As notícias dizem que um hospital da cidade está presente e a receber mais de 100 pessoas por dia com os sintomas da doença.

O mesmo jornal anunciou também que só em Brasília num período de três dias foram hospitalizadas 60 pessoas.

Até ao fim do mês, são esperadas em São Paulo um milhão de doses de vacina e 350 mil na capital federal e em Brasília.

Operação para salvar milhares de estrangeiros no Norte de Chipre

EPISKIPI (base britânica em Chipre), 23 (Do enviado da Reuters, Granville Watts) A Marinha britânica estava hoje empenhada numa operação maciça para salvar milhares de britânicos e outros estrangeiros, evacuando-os da área de Kyrenia, no norte de Chipre.

Não foram conhecidas hoje, de manhã, notícias de se travarem combates na ilha, a seguir ao cessar-fogo de ontem, que entrou em vigor após dois dias de luta.

O transporte britânico «Hermes», o contratorpedeiro «Devonshire», equipado com mísseis teleguidados, e a fragata «Andromeda» estavam a participar na operação de salvamento naval, que começou ao alvorecer.

Um informador militar britânico disse que 2500 pessoas se tinham já concentrado a leste de Kyrenia, «numa praia de 10 quilómetros», e estavam a ser transportadas de helicóptero para bordo do «Hermes».

Sir John Aiken, comandante britânico em Episkopi, sobrevoou a área num «Vulcan» da RAF, a fim de transmitir pela

rádio, por intermédio de Adana, na Turquia, uma mensagem para o Estado-Maior-General turco.

Sir John comunicou aos turcos que o que os britânicos estavam a fazer e salientou que se tratava de uma «missão de socorro», a fim de ajudar pessoas em dificuldade.

Espera-se que o «Hermes» e os outros barcos regressem ainda hoje a esta base britânica.

Kyrenia e a área vizinha assistiram a alguns dos mais violentos combates na ilha desde que forças turcas desembarcaram.

Pouco antes do cessar-fogo anunciou-se que morreram, pelo menos, 50 pessoas quando jactos turcos bombardearam 10 hotéis de turistas na cidade de Famagusta, na costa sueste de Chipre.

Testemunhas oculares disseram que uma ala do Hotel Torre de Salamina, de 10 andares, aluiu devido aos bombardeamentos e que se anunciou terem perdido a vida 20 pessoas. Afirmou-se ainda que outro hotel foi incendiado.

Navios de guerra turcos bom-

bardearam posições cipriotas gregas à volta de Kyrenia, enquanto jactos turcos atacaram Larnaca, ao sul da ilha. Fontes bem informadas disseram que os ataques aéreos continuaram depois do cessar-fogo em Nicósia, Larnaca e outras áreas.

Correspondentes britânicos em Nicósia comunicaram registar-se a luta mais renhida na capital desde a invasão de sábado. Mais de quatro horas depois de entrar em vigor o cessar-fogo, ecoava ainda na cidade o ruído das explosões e do matraquear das metralhadoras.

Uma paz pobre registou-se em Nicósia, às 19 e 15 horas, mas não antes de um morteiro atingir as instalações da Alta Comissão britânica, causando estragos, e de uma bomba cair no Q.G. das Nações Unidas, perto do aeroporto de Nicósia.

Anunciou-se travar-se violenta luta na cidade de Léfka, perto da costa noroeste, e em Paphos, reduto do arcebispo Makarios, deposto em consequência do golpe de Estado pró-grego, de segunda-feira passada, que originou a invasão turca.

GERAL

Fábrica Simões

REDUZIDA A QUATRO DIAS A LABORAÇÃO SEMANAL

Após ameaças veladas de encerrar a fábrica, os 1300 trabalhadores da firma Simões encontram-se desde o princípio do mês em regime de laboração de quatro dias por semana, «dada a particular situação financeira que a empresa atravessa», de acordo com um comunicado da gerência.

Entretanto, a actual situação é ilegal pois a empresa ainda não obteve autorização do Ministério do Trabalho para o requerimento em que pedia aquela modalidade de laboração. Por outro lado, o Contrato Colectivo de Trabalho dos profissionais de escritório, em vigor para o sector, que abrange a empresa, não permite a redução do tempo de trabalho e embora o Contrato de Trabalho dos Têxteis o permita, carece todavia da respectiva autorização governamental.

DAR POR UM LADO TIRAR POR OUTRO

O comunicado do Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa esclarecia ainda que em 14 de Maio os operários têxteis entraram em greve, em virtude da não aceitação das suas justas reivindicações salariais, fazendo os empregados de escritórios greve de solidariedade durante quatro dias.

Com a saída do ordenado mínimo nacional, os trabalhadores retomaram o trabalho, até que em 1 de Julho e paralelamente à redução do tempo de trabalho foram despedidos 100 operários fabris e 2 profissionais de escritório.

E prossegue o comunicado: «Eles deram, por um lado, o salário mínimo a que foram

obrigados, mas tiraram por outro, ao reduzirem o tempo de trabalho — declarou uma trabalhadora que se mostrava apreensiva quanto ao pagamento do período de férias, pois apesar da empresa em comunicado distribuído aos trabalhadores fazer referência a 2/3 do vencimento do tempo de férias, sendo o restante, tal como o subsídio, pago posteriormente, a verdade é que os trabalhadores vão para férias sem nada receber.»

Entretanto, os empregados de escritório da firma Simões elegeram no dia 22 os seus delegados sindicais para, conjuntamente com os representantes do Sindicato, convocarem a empresa para negociações no Ministério do Trabalho.

"BURLAS" NA R.T.P. E NO R.C.P.

A propósito de uma notícia publicada pelo nosso jornal no sábado passado recebemos da direcção do Rádio Clube Português e assinado por três membros, Júlio Botelho Moniz, Jorge Augusto Deslandes Botelho Moniz e José Carlos Mascarenhas Botelho Moniz, o seguinte esclarecimento:

«1.º A situação anómala que hoje se verifica na gestão do Rádio Clube Português permitiria aos membros da Direcção eleitos em Assembleia Geral agir judicialmente para que fosse reposta a ordem legal e estatutária que deve presidir ao funcionamento de qualquer sociedade.

2.º Os membros da Direcção entendem, no entanto, que a necessidade de não comprometer as instituições nascidas do Movimento do 25 de Abril e a via democrática em curso sobrelevam os seus legítimos interesses

personais e, até, os da própria entidade que representam, tanto mais quanto é certo que, no caso presente, está em causa um órgão informativo de larga audiência no País, cuja formação deve ser entendida como de autêntico serviço público.

3.º Foi dentro desta ordem de ideias, mas sem qualquer quebra na intransigente defesa da sua dignidade e dos seus legítimos direitos, que, desde a primeira hora, os membros da Direcção do R.C.P. procuraram que a normalização da vida administrativa da empresa se processasse por forma conciliatória, sob a égide das instâncias governativas, única forma que, segundo crêem, garantiria a protecção dos superiores interesses em jogo e os de todos aqueles que estão directamente ligados à vida do R.C.P..

4.º Numa altura em que era possível dizer que essa solução

conciliatória estava em vias de concretização, foram os membros da Direcção do R.C.P. surpreendidos com a notícia publicada nalguns jornais do passado dia 20, de que contra eles pendia processo crime no qual lhes poderiam ser formuladas acusações gravíssimas.

5.º Para além de declararem que só tiveram conhecimento de tal processo através das mencionadas notícias e que as acusações que nelas se referem são absolutamente infundadas — o que a instrução desse processo, no caso de efectivamente existir, não deixará de demonstrar — os membros da Direcção do Rádio Clube Português manifestam a sua preocupação de que as imputações que, porventura, lhes hajam sido feitas, tenham apenas por fim, consciente ou inconscientemente, prejudicar a solução conciliatória em curso e a que atrás se faz referência.»

HUGO PRATT EM PORTUGAL

Um dos grandes autores da banda desenhada contemporânea, Hugo Pratt, encontra-se presentemente em Portugal. Autor, entre várias obras que o tornaram conhecido dos apreciadores de fumetti, da série «Corto Maltese» Hugo Pratt marca encontro, amanhã com todos aqueles que estejam interessados em o conhecer, das 18 às 19 horas, na Livraria Bertrand, Rua Garrett, 73.

Neste encontro, Hugo Pratt autografará os seus recentes álbuns de «Corto Maltese» publicados recentemente na editora Casterman.

GRÉMIO REGIONAL DOS INDUSTRIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS DO SUL

NOTÍCIA

A pedido de um conjunto de associados que se nos dirigiram para o efeito, convidam-se todos os industriais de construção civil e obras públicas para uma reunião a efectuar na próxima Quinta-feira, dia 25, no Pavilhão Gimnodesportivo do Estádio do Benfica, pelas 15 horas, a fim de se debaterem problemas fundamentais da actividade na presente conjuntura.

CONSIDERA-SE DE EXTREMA IMPORTÂNCIA A PRESENÇA DO MAIOR NÚMERO POSSÍVEL DE EMPRESAS.

Lisboa, 22 de Julho de 1974

A DIRECÇÃO

MOVIMENTO COOPERATIVO

A Comissão Reorganizadora do Movimento Cooperativo de Consumo convida as cooperativas da área de Lisboa (zona norte do Tejo) que ainda não aderiram aos trabalhos em curso, para se fazerem representar no prosseguimento dos mesmos, amanhã, pelas 21 horas, nas instalações da Caixa Económica Operária, à Rua da Voz do Operário, 64-2.º.

O plano de trabalho, posto em debate na sessão anterior focava o movimento cooperativo no momento actual e a cooperação entre as cooperativas.

CONTINUA A GREVE NA "MUTUAL"

PORTO — Os trabalhadores da Companhia de Seguros Mutual, deliberaram em reunião geral manter a greve, que vai no seu quarto dia. Naquela companhia prosseguem os piquetes de ocupação das instalações foi decidido ainda enviar um telegrama ao advogado da companhia para as questões de trabalho, dr. Fidalgo Martins, no qual se diz «repudiarmos veementemente os termos insultuosos e repugnantes» utilizados na carta dirigida ao presidente do Sindicato dos Profissionais de Seguros, Fernando Oliveira.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Francisco António Calisto — RIO MAIOR

pilhas secas

TUDOR

TRANSFERIU OS SEUS SERVIÇOS

DE
VENDAS E ARMAZÉM
PARA

R. PROF. REINALDO DOS SANTOS,

28-A — TELEF. 78 81 83-4-5

(À AV. MARECHAL CARMONA)

DECOMUR

decoração
UM TOQUE DE
FUNCIONALIDADE
E CONFORTO

papeis pintados
revestimentos
alcatifas
sofás

AV. DEFENSORES DE CHAVES, 33-C • TELEF. 58936 • LISBOA-I

LER É UM DEVER DE TODOS NÓS

CULTURA GERAL

A INFIDELIDADE PORQUÊ?

Conselheiros conjugais tratam do problema da infidelidade para casados e não casados.

45\$

AS HIERARQUIAS SOCIAIS

Cinco séculos de história das classes sociais num livro acessível a todos os leitores.

55\$

O SONO DA CRIANÇA

Todas as noites o drama de pôr o seu filho na cama. Um livro que lhe ensina a resolver este problema.

40\$

A MEDICINA PSICOSSOMÁTICA

Por uma medicina que trate das doenças analisando os aspectos psíquicos do doente.

50\$

ROMANCES PARA OS JOVENS (10-15 anos)

O PRÍNCIPE ESCRAVO: ESCULÁPIO

Um príncipe errante e a vida quotidiana num período pouco conhecido da história antiga.

60\$

AVIADORES EM PERIGO

Um salto de pára-quedas entre lobos e tempestades de neve.

55\$

LITERATURA — ENSAIO

JÚLIO DINIS

Antologia, bibliografia completa e ensaio por Liberto Cruz. Facetas ignoradas do escritor.

90\$

PARAÍSO

Alberto Moravia e 34 histórias de mulheres contadas na primeira pessoa.

70\$

A venda nas livrarias ou pedindo contra reembolso a
Publicações Europa-América, L.ª
Apartado 8 — Mem Martins

NOVO SEMANÁRIO DEMOCRÁTICO

Saiu em Aveiro um novo semanário democrático: é o «Libertação», dirigido por Alvaro Neves e F. Gonçalves Lavrador (este na qualidade de director-adjunto). Anuncia-se como um jornal «de unidade democrática», tema, aliás, glosado nas suas páginas.

A actividade de «Libertação» lê-se em «Primeiras Palavras»... não irá circunscrever-se à cidade, pois o jornal está a constituir um corpo de correspondentes em todos

os concelhos do distrito (e nas freguesias do concelho de Aveiro). Independentemente desse facto, «Libertação» acolherá «com simpatia» todos aqueles que quiserem cooperar.

Deste primeiro número, pelo qual saudamos a equipa responsável, salientam-se artigos de Alvaro Neves, M. da Costa e Melo, Vítor Reis, Manuel Garmelas, F. Gonçalves Lavrador e Eufrazio Filipe.

AUMENTA O CONSUMO DE ÁLCOOL PURO

O consumo de álcool puro no Continente atingiu em 1973 mais de 9 milhões de litros (exactamente 9 101 714), o que representa um aumento de cerca de 11 por cento em relação ao ano anterior — comunica a Administração-Geral do Açúcar e do Alcool no seu relatório do ano findo. A essa quantidade há que juntar o álcool absoluto, do qual a A. G. A. A. iniciou as vendas só em Janeiro de 1973, e que chegou aos 446 307 litros.

Por outro lado o álcool desnaturado, em decréscimo desde há anos, atingiu apenas 824 605 litros.

No que se refere ao açúcar, a A. G. A. A. informa terem sido consumidas no Continente

um pouco mais de 255 205 toneladas, contra 246 673 no ano precedente. O acréscimo foi, portanto, aproximadamente de 4 por cento.

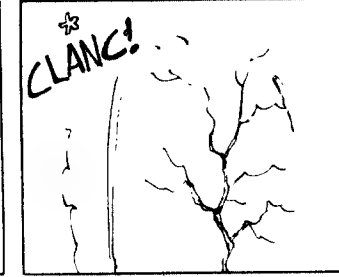
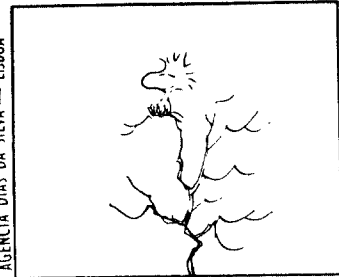
Para fazer face a este consumo importaram-se 159 184 toneladas de ramas ultramarinas e 98 345 de ramas estrangeiras. Para as Ilhas Adjacentes, cujo consumo superou as disponibilidades locais, houve que fazer também importação, aqui de 8793 toneladas de açúcar (2061 para os Açores e 6732 para a Madeira).

Receitas: 538 160 contos, principalmente de empréstimos bancários (363 660) e da venda de álcool e outros produtos (171 502).

PEANUTS



AGÊNCIA DIAS DA SILVA — LISBOA



CAROL DAY
by DAVID WRIGHT



O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido pela «Tabacaria Canarim», Rua Capitão Leitão, 10 A' MADA

TEMPO MUITO

informação independente

O SEMANÁRIO QUE OS PORTUGUESES ESPERAVAM

SAI BREVEMENTE



Diário de Lisboa

ASSINATURAS DE VERÃO
A PARTIR DE 10 DIAS

2\$50 POR EXEMPLAR ACEITAM-SE VALES DE CORREIO
RUA CASTILHO, 185 - 2.º LISBOA 1

palavras cruzadas

COM PROVERBIO
PROBLEMA N.º 10842

HORIZONTAIS: - Gorgeia. Freira. - Nesse lugar. Espécie de capote com viseira. Aquies-ta. - Reis. Compra. Post scrip-tum (inv.). - Ferro temperado. Dê massa-gens a. - Mulher nobre. Cromio (s. q.) Ribeira de Portugal. - Cidade. Capital da Bir-mânia. - Magneite natural. Utensílio doméstico. - Guarnecera de asas. Emas. - Nome de uma rainha de Castela. Espaço de trinta dias. - Camareira. Segundo. Num-eral cardinal. - Mãe pouco carinhosa. Cam-peão.	VERTICAIS: - Desquilibrada mental (fig.). Transpiram. - Tracara. Braço de mar. - Espadua. Cidade da Ro-ménia. - Também não. Amacia. - Acola. Abranda. - Abreviatura da palavra in-glesa mister (senhor). Sul-cais. - Tomara moça. - Antes do meio-dia. Li. Tritu-re. - Preposição. Pegadeira. Ge-neral de Napoleão. - Trão. Amalgama. - Alturas. Artigo definido.
--	---

Resolheu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE
PROBLEMA N.º 7000

HORIZONTAIS: - Vila e concelho do distrito de Bragança. - Amonio (s. q.). Simples. Lírio. - Irmã da mãe. Cestos ou sa-cos, lecionados de folhas de palma, destinados a conter fruta. - Aniversário. Cidade da anti-ga Caldeia. - Dividira em toros. Aqui. - Exército. Uma das Cicla-des. - Autores. Guarneceiras de arames. - Palas. Delonga. - Ribomba. Ente. - Tombá. Ramalhete. Nota musical. - Grande cão de fila. Líquido que se separa do leite e do sangue depois de coagula-dos.	VERTICAIS: - Bosque. Letra grega. Aqui. - Furara. Pronome demonstra-tivo. - Macaco americano. Braço de mar. - Prefixo de negação. Bole-tão. - Rente. Desbastar. - Antiteatro. Artigo definido. Campeão. - Especie de flauta, de Pá, feita de tubos de sabuguei-ro usada pelos ciganos ro-menos. Alcool de melão. Patrão. - Renque. Amonio (s. q.). Su-fixo que designa estado. - Prender com elos. Passa-dos. - Rio de Portugal. Fundirem. - Carta de jogar. Percorreria.
--	---

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 10841

- | | |
|---|---|
| <p>HORIZONTAIS:</p> <ol style="list-style-type: none"> QUEM. Apagas. Urraca. Sera. Erada. HERDA. Rei. Gala. Osseo. Sorri. MLV. Aer. Mas. Al. Mi. Asia. Rau. Aa. NÃO. Clara. Arbela. Tola. Soas. Suas. | <p>VERTICAIS:</p> <ol style="list-style-type: none"> Quero. Manas. Urras. Asaro. Erads. Sioba. Mar. Em. Es. Ca. Oia. Cl. Aa. Viras. Has. Aa. Aselo. FURTA. Gerara. Aas. Lra. Rema. Saa. Inaras. |
|---|---|

Proverbio: QUEM HERDA, NÃO FURTA.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 6999

- | | |
|---|--|
| <p>HORIZONTAIS:</p> <ol style="list-style-type: none"> Rande. Preta. Ariel. Reler. Troça. Ara. Aa. Orais. Ar. Grã. Aam. Sra. Ira. Boa. Imo. Ta. Invarreiros. Dado. Alias. Lava. Mari. Araos. Coram. | <p>VERTICAIS:</p> <ol style="list-style-type: none"> Ratar. Bi. La. Arrã. Sondar. Nio. Gravava. Decora. Adão. Elara. Ido. Ami. Praia. Ora. Re. Sai. Elmo. Ela. Mr. Miar. Tera. Atoara. Arara. Assim. |
|---|--|

QUANTAS POLÍTICAS AFRICANAS TEMOS NÓS ?

Continuação da pág. 3

que a essência da *questão africana* os tem a eles como centro e circunferência, ou, na pior e mais cinica das perspectivas, como moeda de troca no grande jogo entre a Metrópole e as suas colónias.

O caso é desesperado, como é desesperada toda a tomada de consciência do colonizador colonialista, na hora em que o seu estatuto é discutido. Karl Marx escreveu que todos os povos colonizadores sofriam de uma dupla alienação. É exacto que a alienação das metrópoles é de dupla face, mas a dos colonos é por sua vez dupla da da metrópole e quase inexpugnável, como o caso argelino o demonstrou. O colono é um super patriota que a mãe-pátria na hora alta do colonialismo exalta e explora ao mesmo tempo e que na hora crepuscular do mesmo colonialismo se sente duplamente traído, pois ao fim e ao cabo a metrópole é *colonialista nele e através dele*, mas só em parte solidária de um processo de que pode separar-se sem risco de morte. No único papel em que o colono não se vê, sem morrer colono-colonialista, é justamente nesse que lhe foi inculcado como exemplar e de que, a justo título (sentimentalmente falando), endossa a responsabilidade à mãe-pátria de quem constitui a vanguarda «civilizadora», «dominadora» e «exploradora». Como pedir-lhe que se *converta* quando tudo na sua herança, situação, mentalidade, lhe inculca uma boa consciência total e até uma vanglória pioneira e épica sem restrições?

O mais trágico vestígio da alienação colonialista na luta presente é para os «pés brancos» a ideia de que a questão dramática que Portugal-Metrópole tem com as suas «provincias» é uma questão que toca *essencialmente* as minorias brancas em África. E nenhum dever é mais cruel e urgente para os nossos responsáveis do que *desenganar* aqueles que, com mais direito do que ninguém, se crêem legitimamente situados no coração das nossas dificuldades africa-

nas. E evidente que aquilo que os «pés brancos» são e representam não pode ser posto entre parêntesis (sem eles não haveria colonização, nem colonialismo, quer dizer, questão alguma), mas é não menos evidente que não são eles os nossos interlocutores válidos. A nossa questão, que os engloba fatalmente mas a eles se não reduz, é com a massa africana ou (e) as vanguardas combatentes e ideológicas que as representam, portadoras de uma exigência autonomista e autónoma, responsável por uma rebelião armada que pôs em causa o nosso estatuto ancestral de colonizadores e colonialistas. No seu último e grave discurso de 11 de Junho, o Presidente da República garantiu solenemente às nossas minorias brancas que mãe-pátria as não abandonaria: «E poderão estar tranquilos os europeus que chamam à África a sua terra e ali se sentem cidadãos como quaisquer outros; não os abandonaremos na cobarde procura do fácil e na demagogia busca da popularidade... Nenhum dirigente português, na medida em que pense ter todos os dados na mão, poderá usar de outra linguagem. Mas esta promessa não alterará o facto decisivo: na óptica metropolitana (que engloba a colonial, mas é separável dela), os interesses vitais e naturais a ter em conta dizem respeito à nossa relação com os territórios da Guiné, Angola, Moçambique, enquanto *africanos*, e não enquanto lusos ou branco-africanos. Seria trágico que as minorias brancas lessem nessa solene garantia do Presidente da República uma *confirmação da imaculada boa-consciência colonial e colonialista que historicamente as define e não é certo que as não defina ainda*. A perspectiva de coexistência, seja qual for a sua tradução institucional, proposta e defendida pelo Presidente da República, implica justamente o abandono do antigo estatuto privilegiado dessas minorias. O que significa que a promessa de as salvar implica que elas comecem por se salvar a si mesmas. É isso possível?

Se o processo de democratização em curso no Ultramar se limitar apenas aos seus superficiais aspectos políticos ou, pior ainda, eleitoralistas, nada obstará a que o processo de luta pela independência se radicalize até ao ponto de tornar impossível essa coexistência que se quer salvaguardar. Dir-se-á que isso diz respeito aos brancos e a ninguém mais. A eles cabe escolher, reverter-se, para que um dia a única saída não venha a ser, como a de Argel, entre a mala e o caixão. Mas a Metrópole está visceralmente implicada no caso e não pode deixar as minorias brancas entregues ao clássico jogo do básico entre o delírio do ultra-resistencialismo e o abismo da depressão e do pânico. Não é a um democratismo formal de votos e palmas nas costas que os «pés brancos» deverão a sua futura permanência em África, mas a uma conversão, em sentido próprio, *revolucionária*. A mais profunda contradição do nosso actual processo de descolonização reside neste facto simples: mesmo descontando a distância que separa as intenções da prática efectiva, as perspectivas daqueles que reclamam com as armas na mão o direito à independência são de ordem *revolucionária*, em sentido próprio, e é bem difícil saber de que ordem são aquelas que nós mesmos lhes oferecemos. As rebeliões africanas não são revoluções *políticas*, mas *sociais*, ou para isso tendem. Quer dizer, o famoso processo da autodeterminação só terá um conteúdo aceitável para os revolucionários se for dessa ordem social, isto é, se *puser em causa, sem equívoco, o estatuto de privilégio económico da minoria branca*. Como é possível, sem a destruir, ou sem que ela tenha o sentimento

de se suicidar? O simples funcionamento do jogo económico em termos democráticos liberais será suficiente para restabelecer uma justiça socioeconómica aceitável pelas massas africanas?

A maioria das reacções conhecidas em Moçambique e Angola por parte da população colonizadora não é encorajante. (1) É natural que o não seja. Herdeira de uma situação anómala, consciente da sua fraqueza demográfica, essa população ex-eufónica encontra-se hoje em estado de críspação latente, partilhada entre o desafio mais demente e a tentação do abandono puro e simples. Só um milagre improvável o tornará *realista*. As minorias brancas excepto uma pequena franja liberal, nem se convertem, nem é razoável esperar que se convertam sem ajuda. De quem? Da Metrópole, quer dizer, dos seus representantes qualificados e das Forças Armadas. Uns e outros têm o dever de não deixar pairar ilusão alguma sobre um ponto crucial: Portugal não de-

finirá nunca a sua *política africana* em função do puro critério «pé branco». O tempo dessa vertigem passou. O maior serviço que a Metrópole pode prestar aos portugueses brancos das colónias (e a si mesma) é lembrar-lhe dia e noite que *não podem contar com as Forças Armadas de um País democrático e anticolonialista, como o nosso se tornou e quer ser, para perpetuar o tipo de sociedade de que são incarnatione*. Já não é pouco intolerável verificar que não desapareceu de todo a veleidade de contrariar o processo descolonizador, com riscos sérios de regressão global da nossa incipiente aventura democrática. Mas todas estas tentações só são possíveis na medida em que subsistem sérias perplexidades na definição mesma da política colonial da Nação. Dois meses para redefinir a fundo um tão intrincado quebra-cabeças como o da nossa descolonização não é tempo excessivo. Mas já começa a ser suficiente para se perceber que, se continuarmos com a actual

política de um passo à frente e dois atrás, em breve poremos de novo em marcha a engrenagem fatal que nos paralisava antes do 25 de Abril. Uma tal hipótese justifica que o conteúdo da nossa política colonial, e em particular o da opção (ou opções?) oficial, seja objecto de um esclarecimento lato e autorizado. Mas seja qual for a perspectiva escolhida, ela não exclui, antes pelo contrário, que a Nação inteira se demita em cada cidadão da sua responsabilidade própria e intransferível. Seria francamente inquietante para os destinos democráticos do País, que cedamos a quem foi outorgada a plenitude da palavra cívica continuem a comportar-se, em relação ao problema número um da nossa vida política, como no tempo em que debater a cerca de África era *inoportuno*, mesmo para um ex-Presidente da República.

Nice, 20 de Junho de 1974
EDUARDO LOURENÇO

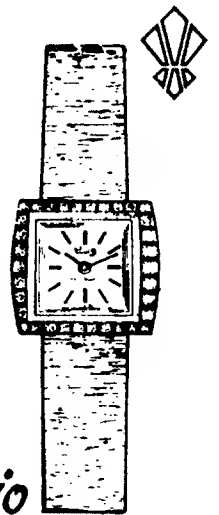
(1) Hoje, 17 de Julho, diria, lamentável e intolerável

ASTRÓLOGA SARA

Ajuda a resolver seus problemas. Só Senhoras. Telef. 21 62 89.

CAUNY

Elegância e distinção



Exija a marca CAUNY gravada na coroa e na parte exterior da caixa

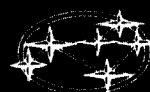
Relógio de Senhora

A MAIS ALTA PRECISÃO SUIÇA



O melhor que ele tem revela-se com o uso...

A qualidade do SUBARU 1.400 quatro portas, define-se pela concepção do todo, pela qualidade do mínimo pormenor e por um motor imbatível até aos limites mais rigorosos da experiência.



SUBARU

O automóvel cuja concepção garante uma escolha excepcional

ECONOMIA

A LUTA DE CLASSES À ESCALA MUNDIAL

PRINCIPAL OBSTÁCULO À ACUMULAÇÃO INTERNACIONAL DO CAPITAL

A firma multinacional atrai todas as atenções da actualidade e da crítica. Os relatórios de diversas instituições, tanto nacionais como internacionais, não cessam de se empilhar sobre as prateleiras das bibliotecas, e uma grande importância deveria ser dada aos últimos dois, ou sejam: o relatório ao Senado americano dito relatório Long-Rybcioff (Fevereiro 1973) e o das Nações Unidas (Agosto 1973).

Stephen Hymer pode, com razão, ironizar diante da Comissão dos Vinte, em Geneve, a propósito do relatório das Nações Unidas: «Este relatório não é incorrecto, é miópe» (6 de Novembro 1973). Este defeito não é só das Nações Unidas: ele é comum a tudo aquilo que se diz e se escreve sobre a firma multinacional, onde esta reconhece o direito a um só tipo de questão que ela sugeriu: «Critiquem-me uma vez que me reconhecem. Critiquem para melhorar o meu sistema, para o regularizar em atenção aos objectos de bem-estar, de equidade, de respeito da pretensa susceptibilidade dos Estados...» O relatório «crítico» das Nações Unidas serviu perfeitamente para o reconhecimento de direito e de facto da firma multinacional e, através dela, do sistema da economia mundial capitalista; por outro lado que estranho silêncio do mesmo relatório sobre todo o movimento — nos Estados Unidos, na Europa, na América Latina, em África — que não reconhece a firma multinacional nem ideologicamente, nem teoricamente, nem nos factos.

Procurem nos factos submetidos pelas Nações Unidas à vossa reflexão aquilo que se relaciona com a firma multinacional: podem encontrar dados sobre a internacionalização da produção, dos ramos industriais, do sistema financeiro, do capital (como relação social) e acessoriamente algumas indicações sobre as firmas em vista de sua classificação (os dados fornecidos pela firma não permitem senão classificação e nada mais). Ainda mais, encontram aí um raciocínio fundado sobre Estados-Nações, cujas relações exteriores se analisariam sempre em termos de balança de pagamentos, no momento em que os factos enunciados mostram que a produção internacional dos Estados Unidos (172 bilhões de dólares), ao ver a actividade das filiais americanas no estrangeiro, conta **quatro vezes mais**, pelo menos, que as exportações americanas em 1971.

Para pensar um objecto é preciso o conceito desse objecto; o que é lamentável para todos os autores, é que o «conceito» de firma não designa nada; mais grave ainda no seu discurso ideológico, o seu objecto não tem o conceito. O seu objecto é a valorização do capital da firma, elemento individual da valorização do capital social: a firma — excepto para os neo-clássicos — nunca foi uma categoria operatória, mesmo no discurso da economia política. Não se pode confundir economia política — e crítica da economia política — com «gestão da firma». Do ponto de vista da produção, a firma multinacional enreda-se com outras firmas: é a mesma coisa do ponto de vista comercial e ainda

mais do ponto de vista financeiro. Nenhum conceito rigoroso da firma pode ser produzido fora da valorização «capital social».

A firma multinacional não mais faz senão designar as formas que supõem a valorização do capital social: não se deveria perder muito tempo sobre estas formas sempre movediças, sempre postas em causa à medida das exigências do momento.

A questão da firma multinacional não é senão a expressão ideológica de outras questões mais reais, as da internacionalização do capital, da luta de classes à escala internacional.

Mais que o fenómeno firma multinacional, os traços marcantes da fase actual, não são somente a internacionalização da valorização do capital ao nível do ciclo capital-mercado, sob o ângulo tradicional das exportações-importações mundiais (um comércio mundial de mais de 300 bilhões de dólares em 1972, dos quais cerca de 30 por cento representam trocas interfirmas, ditas por este facto exportações-importações mundiais), mas sobre tudo a internacionalização da valorização **aos planos do capital-moeda e do capital produtivo**. A internacionalização da valorização ao nível do capital-moeda entende-se como um «valor contável» do investimento internacional avaliado em 1971, em 165 bilhões de dólares para as economias capitalistas 186 bilhões para os Estados Unidos, 24 bilhões para o Reino Unido, 9,5 bilhões para a França.

A internacionalização da produção ao nível do capital produtivo, de maneira grosseira, é avaliado pelo menos em 330 bilhões de dólares em 1971, ou seja um montante superior ao do comércio mundial (a produção internacional por relação ao montante das exportações conta quatro vezes mais no que diz respeito aos Estados Unidos, duas vezes mais para o Reino Unido e representa aproximadamente o volume de negócios de exportações para o caso da França).

A firma multinacional é aqui um ponto de chegada e não um ponto de partida. Não se pode ficar pelo aspecto de internacionalização da valorização do capital, pois o capital não é uma colecção de factores, uma «geleia» um «betume», como o sustentam os neo-clássicos; o capital é uma relação social. Basta observar que o «centro» vende à «periferia» uma quantidade crescente de meios de produção que se avalia pelo «peso» que representam nas exportações das indústrias mecânicas, tanto na Alemanha Federal como em França comprando-lhe uma força de trabalho (os trabalhadores imigrados).

No que diz respeito à Europa, a C.E.E. «compra» oficialmente mais de cinco milhões de trabalhadores só na zona da bacia mediterrânica, so a forma de trabalhadores imigrados (muito mais na realidade) e é preciso aí juntar a força do trabalho empregue por sua vez na bacia mediterrânica, pelas grandes unidades industriais (siderurgia, petroquímica, têxtil, couro e calçados, automóveis, estaleiros navais) à disposição do capital internacional: esta relação traz uma denominação bastante conhecida, no plano internacional,

«a troca desigual» e diz respeito por um lado à transferência da mais-valia.

Não se julgue que triunfamos, mesmo se os conceitos marxistas utilizados permitem a compreensão da realidade internacional, ao denegar o direito à explicação pela firma. O raciocínio é demasiado formal, demasiado economista sobre o fundamento. A internacionalização da valorização do capital não tem sentido a não ser adicionado à teoria do valor, aqui teoria do valor internacional. Que se entende por «Teoria do Valor»? Não é somente uma repartição do trabalho social através dos tempos de trabalho socialmente necessário que intervirá como sanção, não é uma regulação em última instância pelo económico: a repartição do trabalho social a partir da sanção do tempo de trabalho socialmente necessário, o papel «regulador» do valor obrigam à cisão entre trabalho necessário, e sobretrabalho, condições de extração de mais-valia: a divisão, não unicamente económica, é uma luta entre os capitalistas e os trabalhadores. A teoria de valor não é uma regulação explicável no campo das «leis» de economia política: Ela força a uma determinação, que é a da luta de classes. Falar de valor internacional para colocar a internacionalização do capital significa que a luta entre o trabalho necessário e sobretrabalho, a luta para alargar ou contrariar as condições de extração da mais-valia (absoluta e relativa), situa-se doravante à escala internacional. Quando os siderurgistas lutam ao nível mundial para impor o alinhamento sucessivo sobre as normas de 10 horas, depois de 8 horas, depois de 6 horas de trabalho vivo para produzir 1 tonelada de aço, a norma mundial retida exprime a luta levada pelo capital ao plano de extração da mais-valia relativa: além disso não há, antes pelo contrário, alinhamento passivo do proletariado sobre as normas editadas que são elas mesmas o reflexo duma luta. As sociedades internacionais de engenharia intervêm massivamente como expressão da teoria de valor internacional, como expressão da luta levada pelo capital, para aumentar a taxa de exploração, o que não se pode fazer senão ao nível mundial.

DESDE A SEGUNDA METADE DO SÉC. XX

Importa dizê-lo e repeti-lo: as firmas multinacionais não são um fenómeno radicalmente novo, a sua aparição como tal não explica nada: as firmas não fazem mais que seguir as condições de exploração da força do trabalho e, para este efeito, situam-se hoje num quadro mundial. O verdadeiro problema é aquele das condições de extração de mais-valia, ponto de fixação determinante do processo de exploração. AS condições de extração de mais-valia estão ligadas ao «modo de acumulação de capital». Através da questão do investimento internacional, percebe-se que o modo de acumulação do capital situou-se no plano mundial desde a segunda metade do século XIX (donde a aparição das firmas multinacionais desde esta época). Mas a estrutura do in-

Por
CHRISTIAN PALLOIX

vestimento internacional modificou-se profundamente: antes de 1914, o investimento internacional apresentava-se em três quartos sob a forma de investimento de «carteira», e na quarta parte sob a forma de investimento directo (produção e transporte); após a Segunda Guerra Mundial, as proporções foram estritamente invertidas (três quartos investimento directo, e um quarto de investimento de «carteira»). As mutações na estrutura do investimento internacional reflectem o curso sucessivo da internacionalização da valorização (capital-moeda, depois capital produtivo), e a mesma correlativa aos modos de acumulação internacional do capital.

Até 1914 o movimento de acumulação do capital procura não só desenvolver-se sobre a produção de meios de produção como debruçar-se sobre a produção de meios de consumo, de maneira a generalizar a economia do trabalho vivo pelo «trabalho morto» (as máquinas), mais susceptível de ser desvalorizado.

Este movimento, centrado sobre os espaços nacionais, falha relativamente: afrouxamento da extração da mais-valia, antoamento do capital-moeda, que não encontra o campo da sua inserção no espaço nacional e que se internacionaliza pela sua exportação em direcção às actividades especulativas (a dívida exterior, etc.) e descontrolo da apropriação do excesso agrícola e mineiro.

Através dos estritos mecanismos de produção e de controle da circulação das mercadorias e pela apropriação do excesso de acumulação internacional do capital tentava-se arranjar os meios de agir sobre a própria base produtiva para alargar as condições de extração da mais-valia, tanto absoluta como relativa.

O conceito de imperialismo de Lenine mostra que um modo de **acumulação internacional do capital** — a exportação de capital-moeda centrada sobre o papel preeminente do sistema financeiro (o capital financeiro) para responder às condições de extração da mais-valia relativa, uma esfera produtiva ainda não internacionalizada. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, e sobretudo depois de 1960, o movimento de acumulação internacional do capital adquiriu o capital produtivo: a exportação de capital não visa somente alargar o processo de circulação, mas investe-se também na produção da «periferia» (indústrias de importação-substituição, depois indústrias de exportação, hoje). As barreiras ao alargamento das condições da mais-valia relativa particularmente (substituição de máquinas pelo trabalho vivo), não podiam mais ser levadas através de um modelo de acumulação internacional fundado unicamente sobre a aproximação do excesso agrícola e mineiro: a extração da mais-valia relativa opunha-se nomeadamente às barreiras dirigidas pela luta de classes do proletariado à extração da mais-valia absoluta (uma vai a par com a outra).

Toda a produção nova de mais-valia relativa (nuda trabalho necessário em sobretrabalho pelo emprego de máquinas) exige ao mesmo tempo produção nova de mais-valia absoluta (intensificação das cadências, subavaliação da força de trabalho, desqualificação dos trabalhadores, trabalhadores imigrados etc.). Ora um certo numero de ramos, muito técnicos, bastante onerados em capital encontraram ou encontram um limiar no «centro» em razão da luta de classes, donde o obstáculo ao alargamento da mais-valia relativa; o reenvio à «periferia» destes ramos técnico-económicos (siderurgia, petroquímica de base e grandes intermediários) ou outros (automóveis, têxteis, couro e calçado, etc.) tem por origem a possibilidade de jogar sobre a mais-valia absoluta para produzir ao mesmo tempo a mais-valia relativa: é aí onde a mão-de-obra é menos cara, a mais abundante, aonde se emprega as técnicas mais capital-intensivas, aonde a tecnologia e mais avanço de uma relação à economia do trabalho vivo.

Os ramos reenviados à periferia caracterizam-se então sob o vocábulo de «indústrias de exportação», por uma rigidez técnica exemplar não permitindo nenhuma «transferência de tecnologia», contrariamente à ideologia divulgada pelas firmas multinacionais. Através da internacionalização da produção ou do ciclo do capital produtivo, a acumulação instalou-se de pleno pé ao nível mundial, a fim de resolver o seu problema essencial, alargar as bases de extração da mais-valia relativa.

E por isso que a extração da mais-valia relativa acompanha a extração da mais-valia absoluta do mesmo modo que a acumulação internacional de capital fundado sobre a base da qualificação dos trabalhadores: a produção dos O. S. (operários especializados). As firmas multinacionais constroem-se pondo em funcionamento este novo modo de acumulação, e é a partir daí que se pode analisá-las.

Mesmo o reformista Charles Levinson nota este modo de acumulação das firmas multinacionais: **Hoje, cerca de 65 por cento do investimento para a formação do capital vai para «modernização» ou redução dos custos em trabalho... Assim uma operação em circuito fechado desenvolve-se: custos mais baixos em trabalho, mais «cash-flow» em favor do investimento para a formação de capital destinado aos custos em**

trabalho mais baixos e assim de seguida (International Trade de Unionism, G. Allen e, Unwin, London, 1972, p.p. 36-37). Na realidade o sistema de economia mundial capitalista dito sistema das firmas multinacionais, combina os modos de acumulação do capital à escala internacional, o novo modo de acumulação internacional, não podendo desenvolver-se sem o apoio e a coexistência do primeiro modo de acumulação, como nos revela a situação na Bacia Mediterrânica. A Bacia Mediterrânica é por um lado, o lugar de extensão e de consolidação do antigo modo de acumulação, e por outro lado o lugar de erupção e de desenvolvimento do novo modo de acumulação internacional do capital pelas firmas multinacionais, os dois modos estando fortemente ligados.

Portanto, é preciso notar o forte nível de internacionalização do capital nesta zona, onde nada se faz fora do seio das firmas multinacionais, quer elas sejam americanas, europeias ou japonesas, com uma luta ardente na valorização dos diferentes capitais: uma questão importante que nós não podemos senão sugerir aqui, consiste em analisar a interferência soviética no

seio deste processo de internacionalização, e sobretudo o impacto sobre os modos de acumulação internacional do capital.

O velho modo de acumulação está sempre presente na Bacia Mediterrânica e basta constatar a amplitude da dívida exterior de todos os países desta zona (à excepção da Líbia e da Arábia Saudita), que varia de 500 milhões a dois bilhões de dólares e mais (o que é considerável para países de pequena dimensão). O serviço da dívida permite, combinado com outros elementos, conservar politicamente um certo número de países (Tunísia, Marrocos, Grécia, Espanha, etc.) e obriga estes países a «oferecer» um excesso mineiro e energético. Paradoxalmente, os países da Bacia Mediterrânica exportam um excesso agrícola tradicional, ligado ao velho modo de acumulação internacional, e importam produtos agrícolas e alimentares (cereais, pó de leite, etc.) para a manutenção das massas urbanas, cuja constituição está ligada ao novo modo de acumulação, donde um défice agrícola exterior crescendo com o desenvolvimento do excesso agrícola tradicional.

Compreende-se aqui como um fenómeno acompanha o outro.

Novo modo de acumulação liga-se por um lado ao reenvio generalizado dum certo número de ramos industriais e por outro lado à utilização da Bacia Mediterrânica como reservatório da mão-de-obra (as reservas de força de trabalho são certamente mais importantes para o capitalismo que as reservas petrolíferas). A característica geral deste reenvio de diversos ramos industriais reside na produção de O.S. a desqualificação dos trabalhadores, sendo a chave do crescimento da taxa de exploração (a acção sobre a mais-valia absoluta para subir de um furo a mais-valia relativa).

Também não é de espantar observar que a Bacia Mediterrânica será dotada no período de 1970/1980, duma capacidade de produção nova, na siderurgia, de mais de 30 milhões de toneladas de aço de Sagunto, Fos, Tarento, Reggio-di-Calabria), para alimentar em produtos-base as deslocações da indústria automóvel (Espanha, Sul de Itália, Grécia, Turquia, os estaleiros navais, ou o abastecimento da Europa do Norte). O inventário dos projectos na petroquímica de base e das grandes intermediárias no período de 1972/1975 indica que a Bacia Mediterrânica representa, em relação ao crescimento de capacidade da Europa, 37,2 por cento dos produtos de base (etileno: 36,5 por cento; propileno: 31,7 por cento; polipropileno: 31,6 por cento; polietileno H. D. 55,8 por cento) e 42,9 por cento dos produtos intermediários.

O reenvio não para aí uma vez que ele se dirige ao automóvel, às construções navais, aos têxteis, às indústrias de couro e de calçado, às indústrias agrícolas e alimentares.

Industrialização pelas firmas multinacionais? Não. O contrário do cenário é a extraordinária rigidez dos aparelhos produtivos colocados nesta zona, a fuga de toda a «captação» aos trilhos da alta valorização do capital: afinal «catedrais no deserto» para explorar a fundo a força do trabalho. Só a Argélia tenta contrariar a combinação destes modos de acumulação internacional do capital com os meios de que ela dispõe. Basicamente, o problema da combinação dos modos de acumulação internacional do capital, única maneira de não criar ilusões em relação à firma multinacional, coloca a luta de classes à escala internacional, como única determinante: aliás em última instância.

Registo e Comentário

Por SÉRGIO RIBEIRO

QUASE UM ABRAÇO

Nunca sentimos grande «vocaçã» para cumprimentos, elogios, homenagens. Mas também nunca gostámos muito de deixar sem resposta o que nos aparece como evidente injustiça, como ataque despropositado, ou melhor, dirigido e intencional sem olhar a considerações pessoais.

Vem isto a propósito de algumas interpretações que lemos, particularmente neste jornal, relativamente à «crise governamental» que acabamos de passar. Houve quem se distinguisse numa fácil e definitiva estigmatização de onde se tiraria a clara interpretação de que o Ministério do Trabalho, muito especialmente o Ministro do Trabalho, tinha enorme responsabilidade no que aconteceu pela sua incapacidade de dominar situações, assim desmerecendo a confiança que nele se pusera e a intenção da escolha feita, particularmente grave nos aspectos económicos.

Tivemos a oportunidade de trabalhar de perto com o ministro do Trabalho, com o primeiro-ministro de Trabalho deste nosso País, e o que lemos pareceu-nos tão descabido como bem explicável politicamente. De nenhum modo nos convidava a polémica ao nível pessoal, pelo que nem nos detemos num artigo, determinado a ele respondendo, antes o aproveitamos para deixar talvez uma contribuição para o que virá a ser a história desse primeiro ministério, e o modo como foi preenchido.

Não espanta mesmo nada que o ministro Avelino Gonçalves tenha sido particularmente mimoseado com crítica fácil, e nada espanta que, por intermédio dessa mimoseação, se procurasse reforçar a ideia de que, em Portugal algo andava desgovernado, muito caminhava para o caos, económico, tudo estava mesmo a precisar de uma volta. Mas é preciso contar com a total desatenção de quem é informado para que essa informação possa ser aceite sem a correspondente rejeição.

Não seremos nós indicados para dizer o que foi, em toda a sua extensão, o trabalho de pouco mais de mês e meio no Ministério do Trabalho, mas o que acompanhamos directamente e o que só soubemos pela informação geral, é bem suficiente para vir afirmar que a responsabilização do ministério e do ministro o menos que é... é má-vontade.

Depois de meio século de política anti-social, repressiva e em que a «regulamentação» das condições do trabalho não foi outra coisa que a forma de os apertar numa rede de onde a única saída era ou a luta política ou a emigração, as reacções ao 25 de Abril e suas intenções claras de descompressão e novas condições de vida social não podiam senão motivar uma prática não experimentada e dificilmente controlável pelas organizações existentes de trabalhadores. Em teoria seria assim e, afinal, tudo correu muito mais facilmente, muito mais calmamente, muito mais auto controladamente do que se poderia esperar.

Mas houve quem aticasse as pequenas fogueiras, e em lugares bem especiais, bem escolhidos. Foi nos transportes públicos no final de Maio, foi no serviço público das comunicações em Junho, foi noutros lugares mas com especial expressão nestes que poderiam criar um clima de insegurança, de intranquilidade para toda a população. E o trabalho que o ministério e o ministro do dito tiveram para fazer face a todas as situações que se lhes depararam foi enorme, escorado sobre uma estrutura de funcionalismo um tanto movediça ou só desabituada, com outros critérios e ritmos de trabalho. E tudo foi possível transformar em problemas resolvidos ou em trânsito de resolução, evitando-se os riscos de fazer as pessoas «da rua», os observadores interessados e capazes de serem utilizados, sentirem alguma nostalgia de uma certa «paz social» anterior. Por outro lado, a mobilização dos trabalhadores para a luta anti fascista tivera motivações que se mostravam claramente despropositadas

em condições de cimentação de conquista de novas condições sociais. Nem valerá a pena lembrar que 6000\$00 que se defendem contra 2700\$00 e uma polícia política e uma legislação fascista e uma censura à Imprensa, não são, ou não podem ser, 6000\$00 quando o processo reivindicativo é diferente. Independentemente de serem ou não mais do que justos... que o são, mas é preciso distinguir entre o justo e o politicamente possível!

Tudo isto caía sobre o Ministério do Trabalho. Tudo isto e muito mais que de tal modo se resolveu que nem veio a lume. Ao mesmo tempo que a 59.ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho, durante Junho em Genebra, ao mesmo tempo que a preparação de uma legislação que se impunha saísse legalizando o legítimo já conquistado.

Conhecemos Avelino Gonçalves a partir da nossa colaboração à representação governamental na O.I.T., e assim tivemos a oportunidade de sentir o ambiente de trabalho do ministério por dentro. E tal como levámos algumas vezes as mãos à cabeça com a quantidade de problemas e a capacidade (diria sobre-humana) para lhes fazer frente, também nos dá vontade de responder com vocábulos bem portugueses a quem se atreve a vir lançar umas «inocentes» interpretações das causas da crise, assim a emploando e contribuindo para a ideia de uma si-



Avelino Pacheco Gonçalves

tuação bem mais grave do que é, e atribuindo-se, ao mesmo tempo, responsabilidades a quem importa.

E por acaso que assim acontece? Nada acontece por acaso, o que não quer dizer que exista sempre uma consciente e directa intenção. Mas que serve, lá isso serve.

Não será culpa da reacção tudo o que de dificuldades e de graves problemas se têm de defrontar, não será culpa da reacção todas as tensões que aparecem «oportunamente»? Pois diríamos que até o que não é culpa da reacção... é culpa das condições herdadas da reacção e das condições que a reacção não se cansa de procurar criar.

Sobre o ministro do Trabalho, sobre Avelino Gonçalves e a equipa que ele procurava criar, não avançamos laudas ou louros. Mas não con-

sentimos, sem uma palavra de repúdio, utilizações insinuosas. Onde tivemos contacto estreito, durante os dois dias que nos conhecemos em Genebra, foi bem a imagem de um Portugal em difícil mas firme construção, foi bem o homem que encontrou a fórmula certa para responder ao interesse de tantos jornalistas quando queriam saber se ele era comunista. A resposta à pergunta intencional e nada pacífica era a de que estava naquele lugar por merecer a confiança dos trabalhadores e por também merecer a confiança do Partido Comunista, não se querendo identificar com quaisquer trabalhadores em particular. Enquanto merecesse essa confiança e fosse considerado útil se manteria no seu lugar. Não foi por desmerecer a confiança que deixou de ser ministro do Trabalho um trabalhador e sindicalista português. Um dia se terá bem a medida do que foi de importante a contribuição do primeiro-ministro do Trabalho de Portugal.

E para dar um pretexto para inclusão nesta página lembro que Avelino Gonçalves referia sempre os dois princípios enunciados pelo programa das Forças Armadas nos campos da economia e do social: «lançar os fundamentos de uma nova política económica posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas» e «adoptar uma nova política social que, em todos os domínios, tenha como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida dos trabalhadores».

**HOTEL
IMPALA**

★ ★ ★

APARTAMENTOS
SUITES PARA NEGÓCIOS

Boa Vista, 3770 — Telef. 684772 — PORTO

**AMENDOIM
DE ISRAEL**

GRADO
SABOROSO
NUTRITIVO

Com Amendoim de
Israel mais

VITALIDADE

**Santa Casa
da Misericórdia
de Leiria**

ACEITA PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM

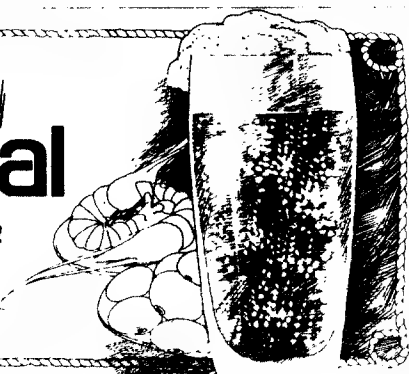
EXTERNATO ANA SULLIVAN

Educação de crianças com problemas escolares

ABERTAS AS INSCRIÇÕES

Aven. da Boavista, 3770 — Telef. 684772 — PORTO

Cergal
a copo



MUNDIAL DE HÓQUEI EM PATINS

"BONJOUR, MR. FETLER"

Ontem à noite, o sr. Fetler mostrou uma vez mais a sua simpatia para com os nossos vizinhos espanhóis: contra tudo quanto a letra do regulamento determina, permitiu uma substituição na lista dos jogadores inscritos. Assim, Villalonga passa a poder dar o seu contributo à turma, enquanto que (oficialmente) Ferrer se encontra «doente».

Não comentamos esta atitude do presidente da Federação Internacional, como não comentamos a atitude da delegação espanhola. Se o primeiro é responsável pelas atitudes que toma, a segunda mostrou bem qual os trunfos que tem na manga.

E se o «comunicado» nos diz a verdade sobre tudo quanto seja levado para resolver sobre a secretária, a verdade é que ficamos apenas à espera que tudo venha a ser decidido dentro das quatro linhas, onde o Desporto (realmente) estabelece a classificação de valores...

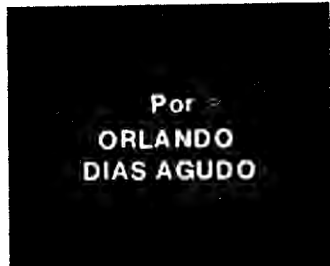
Volto a dar os parabéns aos «nossos irmãos» brasileiros: eles continuam dignos do sangue que herdaram, eles continuam a merecer a consideração e respeito do público. Ontem a «vítima» foi a Bélgica, que se «entesteceu» com a vantagem subitamente acumulada e procurou «matar» as esperanças vindas do outro lado do Atlântico. Só que os jovens brasileiros souberam responder à desconsideração belga com um fio de jogo inteligente e terrivelmente prático, transformando uma mais que provável derrota numa saborosa vitória. Na verdade, passar de 0-3 para 6-3, não está ao alcance

de qualquer turma: mas esteve na ambição dos «nossos irmãos» e por só termos a «glorificar» os rapazes que passaram a ser a nota dominante do campeonato.

Para sermos precisos: embora com um jogo a mais, os brasileiros estão neste momento com o mesmo número de pontos do que Portugal e Espanha e, em perfeitas condições de igualdade com os argentinos. Que mais virão a fazer estes garotos de Ipema?

PALMAS DE TANGO

Foi ao som de palmas de tango que a nossa selecção conse-



guiu ultrapassar o obstáculo, chamado Argentina. Esperavam-se dificuldades e elas estiveram no ringue, durante a primeira vintena de minutos. Jorge Vicente não conseguia acertar com o alvo, mais por virtude da marcação que lhe era movida do que por falta de inspiração. Tardou a nossa selecção em encontrar o ritmo certo para desbravar a extrema defesa gaucha: só na segunda parte isso se tornou possível, reconhecido que foi que apenas os remates de longe poderiam levar o «bandeirinha» a levantar o braço em sinal de golo. Se, durante o primeiro tempo, Portugal não conseguiu manifestar a sua superioridade, tanto do terreno de jogo como no marcador (o 2-1 era levemente lisongeiro) já na parte complementar o domínio foi

flagrante e justificativo da diferença acusada no «placard». Com esta vitória (por 5-1) fica mais liberto o caminho para a meta a atingir.

ESPAÑA, QUEM ÉS TU?

Surpreendeu a selecção espanhola, no seu embate de ontem à tarde, frente à Bélgica: pensando que os belgas seriam presa fácil, os espanhóis entraram no jogo com um avontade pouco aconselhável. E, a breve trecho estavam com uma desvantagem de dois golos no marcador. Muita gente pensou numa surpresa. Todavia, «nuestros hermanos» cedo rectificaram a sua maneira de jogar e fizeram com que o marcador ficasse virado a certeza de três tentos sofridos: o que vem aliviar um pouco os quatro sofridos por nós, frente aos Estados Unidos. Por falar em Estados Unidos: ontem, os homens da camisola com estrelas e riscos conseguiram uma vitória e, logo sobre os holandeses. Por tudo quanto se viu ao longo dos 40 minutos de jogo, fica justificada a nossa vitória do dia anterior e ficam «desculpados» os quatro tentos então sofridos. Só ficamos à espera que os homens que vieram do gelo, consigam desfeitar, igualmente, a extrema defesa espanhola...

PARA HOJE

Hoje, mais uma jornada dividida em duas partes: à tarde, a partir das 17 horas jogam Suíça-França e Estados Unidos-Austrália.

À noite, a partir das 20 e 45, realizam-se os encontros Brasil-Itália, Alemanha-Argentina, Portugal-Bélgica e Espanha-Holanda.

Classificação

No final da jornada de ontem, a classificação ficou assim ordenada: Portugal e Espanha, 6 pontos em 3 jogos; 3.ºs Brasil, Argentina e Alemanha, 6 pontos em 4 jogos; 6.º Itália 4 pontos em 3 jogos; 7.º Estados Unidos, 2 pontos em 3 jogos; 8.º Holanda, 2 pontos em 3 jogos; 9.º Suíça, 1 ponto em 3 jogos; 10.º Austrália, 1 ponto em 4 jogos; 11.º França, zero pontos em 3 jogos e 12.º Bélgica, zero pontos em 4 jogos.



Livramento escapa a um argentino



Portugal cobriu bem a baliza



A selecção nacional

LADRÕES NO PAVILHÃO

Andam ladrões à solta, no Pavilhão dos Desportos: ontem, à noite, quando a selecção nacional abandonava o teatro de operações deste «Mundial», um ladrão roubou a carteira de mão à mulher do nosso guarda-redes Ramalheite, que com ele seguia. O nosso guardião promete ao «senhor ladrão» não sofrer mais nenhum golo, se este lhe devolver os documentos importantes que a carteira continha. Pode, inclusive, ficar com o dinheiro: o mais importante são os pa-

péis que a carteira continha, pois Ramalheite está para ser pai e todos os documentos médicos de sua mulher estão agora nas mãos desse amigo do alheio.

Daqui apelamos ao «senhor ladrão» no sentido de devolver os documentos directamente no Pavilhão ou no Hotel Florida, ao cuidado de Ramalheite. Assim, todos nós ficaremos com a certeza de que o nosso guarda-redes continuará a jogar com a calma que o caracteriza.



CONTRA-ALMIRANTE

JAIME DE AZEVEDO MONTEIRO DE BARROS

MISSA DO 30.º DIA E AGRADECIMENTO

Etelvina Júlia da Silva e Almeida Monteiro de Barros, Maria Elizabeth de Almeida Monteiro de Barros Contreras de Passos, Maria Helena de Almeida Monteiro de Barros Diniz Quintas, irmãos e mais família, participam que amanhã, dia 24, às 18.30 horas, na igreja dos Anjos, será celebrada missa pelo eterno descanso do seu muito querido marido, pai, irmão, sogro, cunhado e avô, agradecendo desde já a todas as pessoas que se dignarem aparecer a este piedoso acto. Na impossibilidade de directamente o fazerem por falta de endereços, igualmente agradecem muito reconhecidos a todas as pessoas que lhes manifestaram o seu pesar e os acompanharam no seu grande desgosto.

P. N. A. M.



Árbitros do «Mundial»

DESPORTOS

A LISTA B VENCEU NA ELEIÇÃO PARA O AUTOMÓVEL CLUB

Por margem esmagadora (que não deixa hipótese de qualquer reticência) a Lista B triunfou na eleição para os corpos gerentes do Automóvel Club de Portugal. O elenco encabeçado pelo dr. Francisco Balsemão (onde está igualmente presente o dr. A. Ruella Ramos, nosso director) obteve 5585 votos, contra 1719 a favor da candidatura do bloco dirigido pelo r. Abranches Ferrão.

Para a mesa da Assembleia Geral, os números foram igualmente claros: 6114 votos para a Lista B e 1809 para a Lista A. O quantitati-

vo de votos registados para a lista B no tocante à formação para a Direcção, foi também esmagador: 6637 contra 1744 para os AA. Em relação à Comissão Revisora de Contas, eis a contagem: 6072 votos para a Lista B e 1809 para a Lista A.

Como se nota, a afluência às urnas foi impressionante, dando nítido sinal de vitalidade da massa associativa do maior clube português. O êxito dos homens da Lista B é incontestável: o seu prestígio, o seu programa de trabalho e a campanha que o tornou divulgado estão na

base da eleição.

A lista vencedora tem a seguinte constituição:

Assembleia Geral: Presidente, dr. José Macedo e Cunha; vice-presidente, dr. João Carlos Vaz Serra e Moura; 1.º secretário, eng. Fernando Sousa Albuquerque; e 2.º secretário, dr. José Firmino.

Presidente da Direcção: dr. Francisco Pinto Balsemão.

Direcção: Eng. António Martins da Fonseca, Alfredo César Torres, António Luis Matos Chaves, dr. António

Ruella Ramos, Eduardo Arbúes Moreira, Fernando Raposo de Magalhães, dr. Miguel Ferreira de Almeida e Pedro d'Eça Vidal Pinheiro (efectivos); e eng. António Magalhães Pacheco, António Saraiva Lovo, cap. ten. Filipe Mendes Quinto e Miguel Sá da Bandeira (substitutos).

Comissão Revisora de Contas: Dr. Leonardo Ferraz de Carvalho, António Jerónimo Dias Pinheiro (efectivos); e Luis Burguete e Manuel Pedro Simões Nunes, como substitutos.

Sobre futebol

O VITÓRIA DE SETÚBAL VOLTA HOJE AO TRABALHO

Outro reforço para o "team" das Antas: trata-se do brasileiro Ailton, extremo-esquerdo, indicado ao clube nortenho por Zézé Moreira, irmão do técnico portista Aimore Moreira.

O "plantel" do Vitória de Setúbal (dirigido por José Augusto) volta hoje aos treinos, com vista à próxima deslocação particular a Angola e Moçambique.

MARVILA

Parce que será o treinador António Gama o escolhido pelo Oriental para sucessor de Pedro Gomes, agora ao serviço do Marítimo, no Funchal.

BENFICA

Messias já se encontra na companhia dos restantes colegas de equipa, no estágio que o Benfica está a realizar na serra da Estrela, prevendo-se para hoje a comparência de Artur, liberto de problemas militares. Ao mesmo tempo, divulga-se o interesse "encarnado" pela transferência da guarda-redes cufista Conhé, enquanto se regista (segundo um dirigente benfiquista)

nula pretensão de qualquer clube em torno de Moínhos, que o grémio da Luz pretende dispensar.

PROTESTO

A Oliveirense, em face da actuação do árbitro João Gomes, na partida contra o União de Lamas, pretende que aquele juiz nortenho não mais volte a interferir em cortejos onde esteja presente o "onze" de Oliveira de Azemeis.

BRAGA

António Teixeira revalidou o compromisso como treinador do Sporting de Braga.

INGLATERRA

Brian Clough aceitou o lugar de Don Revie como "manager" do Leeds United, campeão da liga inglesa de futebol. Revie, como foi anunciado, sucedeu a "sir" Alf Ramsey, na direcção técnica da selecção da Inglaterra. Por sua vez, Clough será substituído no Brighton, que dirigiu durante um ano, por Peter Taylor.

NOTÍCIAS DO F.C. PORTO

Vai ser fechada a «entrada da maratona», no estádio das Antas. O projecto «nasceu» quando da gerência portista de Afonso Pinto de Magalhães.

O técnico António Feliciano teve de ser suturado, com dois pontos no couro cabeludo, após uma agressão de que foi vítima, em S. João da Madeira, no decorrer do embate dos juniores do futebol portista com o grupo local.

Simões (que alinhava pela Académica) é pretendido para o "plantel" azul-branco.

TOTOBOLA

Apostas com «treze», 22 (17 do Continente, 3 de Angola e 2 de Moçambique). Valor provisório de cada «treze», 95.130\$40.

Apostas com «doze», 824 (646 do Continente, 6 da Madeira, 2 dos Açores, 1 de Cabo Verde, 3 da Guiné, 1 de S. Tomé, 76 de Angola, 86 de Moçambique e 3 de Timor). Valor provisório de cada «doze», 2.539\$80.

TAÇA INTERNACIONAL DE FUTEBOL - 1974

Resultados dos jogos efectuados em 21 de Julho:
GRUPO 2 — HAMBURGO/NEUCHÂTEL, 5-2;
GRUPO 8 — VEJLE/LEGIA VARSÓVIA, 0-4; NORRKÖPING/BANIK OSTRAVA, 1-3.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por Bentes e Moreno, Lda., «Tabacaria Lord», Rua Sebastião José de Carvalho e Melo, 2-B CASCAIS

REGISTO

BOLEMBRE: o Grupo União Recreativo e Desportivo MTBA (clube representativo de quatro aldeias do concelho de Sintra: Magoito, Tojeira, Bolembre e Arneiro dos Marinheiros) comemora o seu segundo ano de vida. A 27 do corrente «dia do veraneante», com um concurso e futebol para todos os gostos (masculino e feminino).

CICLISMO: as corridas Lisboa-Caldas e Caldas-Lisboa foram ganhas (globalmente) pelo Sporting, que também triunfou individualmente (vai Francisco Miranda e Armindo Barradas, respectivamente). Nota a assinalar: o retorno às competições de Firmino Bernardino (a quem o Sporting levantou a suspensão) e Fernando Mendes (recuperado da intervenção cirúrgica a que foi recentemente sujeito). No Norte, o portista Custódio Gomes triunfou numa competição particular.

REMO: o grande vencedor dos «nacionais» foi o Clube Naval Infante D. Henrique.

ASSEMBLEIA: do Clube Oriental de Lisboa, a 26 do corrente, eleição dos novos corpos gerentes.

VOLEIBOL: a Associação do Porto informa em comunicado que «não indicou o prof. Manuel Puga para frequentar o Curso de Treinadores (a realizar no Canadá) mas sim os profs. Costa Pereira e Fernando Luis, tendo pedido à DGD um subsídio de 50 contos.

BRIDGE: para participar no 4.º Campeonato da Europa de Juniores, partiram para a capital dinamarquesa os componentes da representação portuguesa constituída pelo jogador internacional Francisco Costa Cabral

(capitão não jogador) e Pedro Silva Girão, Luis Folque, António Oliveira Monteiro, António Victória Lopes, Carlos Galvão Lucas e José Galvão Lucas. A esta prova internacional realizada pela Liga Europeia de Bridge e organizada pela Federação da Dinamarca, concorrem além de Portugal, mais 21 países. O campeonato realiza-se na Escola de Ciências Comerciais em Copenhague.

FUTEBOL. BENFICA: assembleia geral na noite de amanhã para escolha do novo elenco directivo.

HIPISMO: Concurso de Saltos Internacional de Cascais, de 17 a 25 de Agosto. Prémios no valor total de Esc. 165.900\$00.

TENIS DE MESA: Aníbal Arriegas é o inquiridor no processo disciplinar movido pela Federação à Associação lisboeta.

ATLETISMO: na Associação de Desportos de Aveiro vão reunir-se na noite de 5.ª feira próxima, diversos entusiastas da modalidade que vão dissecar problemas locais. Entretanto, está marcado para 18 de Agosto o «Circuito da Póvoa do Paço» para senhoras e filiados, enquanto que a 27 e 28 do corrente tem lugar o decatlo regional e o «Torneio de Encerramento.»

NATAÇÃO: campeonatos aveirenses, na noite de sábado e tarde do próximo domingo.

LAVRADIO: durante os meses de Agosto e Setembro, vai funcionar a minipiscina instalada junto da escola primária, com frequência gratuita para as crianças de idade compreendida entre os 5 e 12 anos.

XADREZ: José Meneses venceu o torneio do Clube Atlético de Alvalade.

SORTEIOS DO FUTEBOL EUROPEU

Em Zurique, efectuaram-se hoje os sorteios dos vários jogos da primeira eliminatória dos diferentes torneios de futebol promovidos pela U.E.F.A.

Para a «Taça dos Campeões», o Sporting debrontará o St. Etienne (França). Na «Taça das

Taças», o oponente inicial do Benfica é o Vanlose (Dinamarca). No sorteio da «Taça U.E.F.A.» cabe, ao Vitória de Setúbal, competir com o Saragoça (Espanha) e ao Futebol Clube do Porto debrontar o Wolverpamton (Inglaterra).

***** A VENDA MAIS *****



UM NÚMERO DE **motor**



Conceição Alves (na foto em primeiro plano) venceu e convenceu no pentatlo «regional»; a tal ponto que bateu o «record» nacional do salto em altura (fazendo 1,62) e ganhou também o lançamento do peso. Mas, outros nomes estiveram igualmente em foco, como Suzel Abreu (Vasco da Gama) que estabeleceu novo máximo nacional de juniores (nas cinco provas combinadas) e Lina Antunes (Benguela), que suplantou os «records» regionais de Angola do pentatlo e do salto em altura

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES DE ÁGUA

Por imperiosa necessidade de realização de trabalhos de reparação na rede destes Serviços Municipalizados, avisam-se os senhores consumidores de que o fornecimento de água será interrompido no próximo dia 25 (quinta-feira), das 14 horas às 18 horas na Quinta do Mendes, em Odivelas e imediações.

Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Loures, 22 de Julho de 1974

O Engenheiro Director-Delegado — CASIMIRO MARTINS NEVES CABAÇO

A C. P. INFORMA:

FESTAS A NOSSA SENHORA DO AMPARO

Serviço Especial para MIRANDELA

Por ocasião das Festas a Nossa Senhora do Amparo, nos dias 25 de Julho a 4 de Agosto, estão à venda em todas as estações e arcaboeiros desde Porto (São Bento) até Barca de Alva e desde Tua até Bragança, bilhetes especiais, de IDA E VOLTÀ, a preços reduzidos, para a estação de MIRANDELA.

5.º CARTÓRIO NOTARIAL DO PORTO, A CARGO DA NOTÁRIA LILÍDIACRISPINIANO FONTES, Rua dos Caldeiros, n.º 225-B-1.º

AZEVEDO & GUIMARÃES, LIMITADA

Certifico, para efeito de publicação, que no dia 2 de Maio do ano corrente, de folhas 19, verso, a 21, do Livro n.º 193-d, das notas deste Cartório, foi lavrada uma escritura de alteração parcial do pacto social da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada, sob a firma

«Azevedo & Guimarães, Limitada», com sede na Praça Duque de Saldanha, número 31, 2.º, da freguesia de São Sebastião da Pedreira, da cidade de Lisboa, quanto ao seguinte:

— a) — o artigo quinto passou a ter a seguinte redacção:

Art.º 5.º

Tanto os documentos de simples e mero expediente, como todos aqueles que envolvam obrigações ou responsabilidades para a sociedade tais como actos, contratos, letras, livranças, cheques e semelhantes, só terão validade quando assinados exclusivamente pelo sócio Joaquim da Silva Guimarães;

— b) — a este artigo foi aditado um parágrafo que passou a ser parágrafo único, com a redacção seguinte:

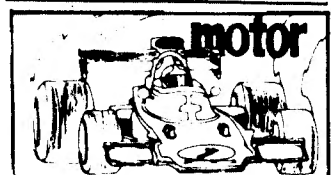
Parágrafo único — para a prática de actos de expediente geral, depósitos e levantamento de cheques da sociedade, o sócio Joaquim da Silva Guimarães poderá delegar, por meio de procuração bastante, os seus poderes de administração, em dois colaboradores que assinarão conjuntamente.

Está conforme.

Porto, 6 de Junho de 1974.

O ajudante do Cartório,

Tito da Silva Evangelista,



GRAL

TURISMO

DOIS TERÇOS DE PORTUGUESES NÃO GOZAM FÉRIAS

Continuação da pág. 7

Externo e Turismo foi definida a política do turismo de qualidade para o nosso país. É de prever que o actual detentor da pasta perfilhe da mesma opinião. Mas é de esperar também que não sejam esquecidas as medidas que deverão começar a ser tomadas em relação ao chamado turismo de portugueses em Portugal, a um verdadeiro turismo social. Por outro lado, nunca até agora foi encarado o problema do emigrante-turista. Qual o seu ponto de vista sobre o assunto?

C.M. — Segundo estudos feitos no Gabinete de Planeamento da D.G.T., menos de um terço dos portugueses goza férias, por motivo de debilidade económica. Isto quer dizer que se torna imperativo encarar o problema do turismo social. Assim, e muito embora estejamos ainda a um ano de distância do tipo de política que se seguirá a um Governo Provisório, entendo que devem já os municípios colocados em regiões com vocação turística por à disposição de uma sociedade (administrada pelo Estado, por sindicatos, caixas, etc.) sem fins lucrativos terrenos para neles serem construídos aldeamentos turísticos. Essa sociedade trataria de obter capitais para criar a necessária rede de aldeamentos turísticos que seriam postos à disposição dos trabalhadores nacionais, os quais pagariam a ocupação de acordo com os seus rendimentos.

Rejeito a solução de colónias de férias de empresas por não acreditar que as pessoas pretendam continuar a conviver nas férias com os colegas com que convivem nos

locais de trabalho.

Dentro do esquema do turismo social é forçoso incluir o campismo, essa filosofia de vida que tem merecido, após o 25 de Abril, um forte impulso estadual.

No capítulo do emigrante na posição de turista, não conheço nenhum estudo feito sobre este assunto. Estou, no entanto, convencido de que, em média, o emigrante português que vem em férias despende mais dinheiro do que a generalidade dos turistas estrangeiros que nos visitam. Importa — e não só por razões de economia — canalizar o emigrante e os seus familiares, muitos deles já desenraizados, para uma visita ao nosso País. E não só para as nossas aldeias, mas para as praias, para as termas e para os lugares históricos.

Tudo o que se faça neste sentido sedimentará os laços de uma comunidade que, mais do que nunca, importa reforçar.

Desejo acrescentar ainda que o chamado turismo termalista também cabe dentro do esquema da preocupação socializante das férias dos trabalhadores. Aliás, a integração do pagamento dos tratamentos respectivos através da Previdência contribui para provocar um impulso que poderá ser explosivo. É o termalismo uma das matérias sobre que mais tenho debruçado.

DL — Têm sido ouvidas queixas de várias empresas ligadas ao aluguer de automóveis que a regulamentação (na qual sabemos que prestou o seu contributo) que rege aquele sector não lhes deixa a liberdade de acção necessária para poderem gerir a sua actividade com a indispensável

flexibilidade. Concretamente, referem-se aos impedimentos para aumentar ou diminuir as suas frotas de acordo com a procura da época. Qual é o seu ponto de vista?

C.M. — Julgo que só razões burocráticas impedirão o exercício de um direito concedido por lei.

DL — A terminar, consideramos ser muito interessante ouvir a sua opinião acerca da notícia de que um grupo isolado de funcionários da D.G.T. apresentou pessoalmente ao último secretário de Estado uma exposição que pretendia definir os moldes julgados convenientes em que o turismo deveria passar a ser tratado no nosso País e, supõe-se, que alvitres sobre a reestruturação futura dos serviços. Um outro grupo do mesmo organismo, ao tomar conhecimento daquele movimento, em que não teria sido convidado a participar, resolveu apresentar também ao mesmo membro do Governo um outro trabalho com idênticos objectivos. Representarão estas duas atitudes individualizadas um desentendimento existente dentro da D.G.T.?

C.M. — Só tive conhecimento do primeiro relatório, cujo destino ignoro. Não sei de quem partiu a iniciativa, ignoro o espírito que presidiu à sua confecção. Suponho, no entanto, que terá como base o forte desejo que anima neste momento todos os portugueses de serem úteis. Não sei se o conteúdo do segundo relatório discorda da matéria do primeiro, mas, se assim for, tanto melhor. De pontos de vista obrigatoriamente iguais, sobre os mesmos assuntos, estamos todos fartos!

EXPOSIÇÃO PORTUGAL-CHINA NA FEIRA DA COVILHÃ

COVILHÃ — Está patente nesta cidade, até ao dia 25 de Julho, a exposição «Viva a fraternidade entre o povo chinês e o povo português», da Associação de Amizade Portugal-China.

Composta por numerosos documentos literários e fotográficos,

exibição de filmes, colóquios e objectos de arte da República Popular da China, a exposição, que se encontra num dos pavilhões da F.A.E.C. (Feira Actividade Económica da Covilhã) foi já visitada por milhares de pessoas.

O público da Covilhã tem deste modo oportunidade de contactar (conforme vem sucedendo em numerosas localidades do País) com os aspectos mais importantes da luta do povo chinês pela sua libertação nacional, pela edificação da República Democrática e Popular e pela consolidação do socialismo.

Bom tempo até 5 de Agosto

Segundo previsão do Serviço Meteorológico Nacional, até 5 de Agosto, as condições meteorológicas no Continente são: céu limpo ou pouco nublado, por vezes muito nublado, especialmente no interior. Condições favoráveis à ocorrência de neblina matinal no litoral e de bruma seca no interior. Possibilidade de aguaceiros e de

Valeu-lhe a polícia militar

Saltando de surpresa sobre o pedreiro José Júlio, Vitor Piteira, um desempregado, arrebatou-lhe a carteira com duzentos escudos e dois anéis em ouro. Na circunstância valeu ao pedreiro o aparecimento de uma patrulha da Polícia Militar, que prendendo Júlio lhe devolveu os objectos.

A cena ocorreu na estação do Cais do Sodré, cerca das 22 horas, onde pouco antes o caixeiro Vitor Pires agredira a pontapé um revisor da Sociedade Estoril Sol, depois de se ter recusado a pagar o bilhete da viagem que fizera entre o Estoril e aquele terminal.

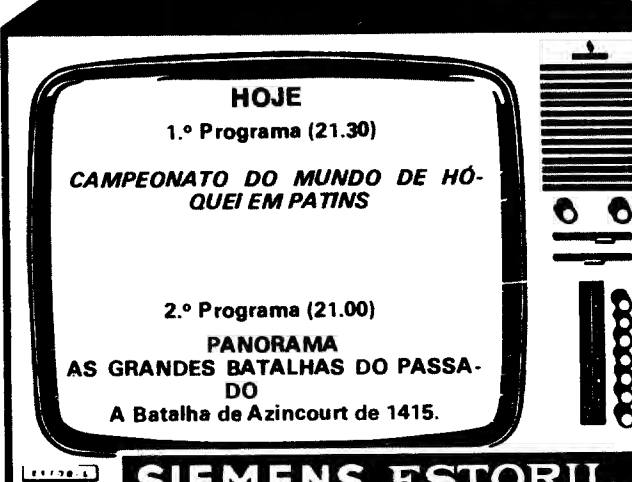
temperatura média do ar próxima dos valores normais da época.

ALFABETIZAÇÃO EM MARCHA

Da Comissão Pró-UNEP recebemos uma informação dando conta de que durante cinco dias, de amanhã até domingo, haverá no Instituto Superior Técnico, das 18 às 20 horas, sessões complementares ao curso de alfabetizadores (esclarecimento político, animação de grupo e treino), destinadas

apenas às pessoas que garantiram a sua participação nas campanhas. A informação esclarece ainda que não se decidirão as tarefas menores as pessoas inscritas somente para 15 dias de trabalho. Pelo contrário, participarão de facto na campanha de alfabetização, em moldes a determinar.

televisão



HOJE
1.º Programa (21.30)
CAMPEONATO DO MUNDO DE HÓQUEI EM PATINS

2.º Programa (21.00)
PANORAMA
AS GRANDES BATALHAS DO PASSADO
A Batalha de Azincourt de 1415.

SIEMENS ESTORIL

HOJE	AMANHÃ
1.º Programa 1.º Período	1.º Programa 1.º Período
12.45 Abertura e Desenhos animados.	12.45 Abertura e desenhos animados.
13.00 Escrever é lutar.	13.00 O povo chamava-lhe duque
13.15 O Rapaz e o elefante.	13.15 A tal rapariga
13.45 Telejornal . 1.ª edição.	13.45 Telejornal . 1.ª edição.
14.00 Almanaque.	14.00 Fronteiras do amanhã
14.14 Logo à noite.	14.15 Logo à noite.
14.25 Fecho.	14.25 Fecho.
2.º Período	2.º Período
19.30 Minijornal.	19.30 Minijornal.
19.35 TV Infantil.	19.35 TV Infantil.
19.45 Concerto.	20.00 Vamos jogar no Totobola.
20.10 Em Foco «Alex».	20.15 Das artes e ofícios
20.30 Em foco.	21.00 Telejornal . 2.ª edição.
21.00 Telejornal . 2.ª edição.	21.30 A Política e de todos.
21.30 Campeonato do Mundo de Hóquei em Patins	22.00 Os Bourssadel.
22.00 Telejornal . 3.ª edição	22.00 O Teatro e as máscaras.
00.05 Fecho.	23.45 Resumo do Campeonato do Mundo de Hóquei em Patins
2.º Programa	2.º Programa
20.15 Abertura e desenhos animados.	20.00 Abertura e desenhos animados.
20.40 Escrever é lutar.	20.15 A tal rapariga.
21.00 Panorama . As Grandes batalhas do passado.	20.40 O povo chamava-lhe duque
22.00 Concerto-Música contemporânea.	21.00 Encontro com o Mundo.
22.30 Telejornal.	22.00 A Mala de Hamburgo.
23.00 Fecho.	22.30 Telejornal.
	23.00 Fecho.

urgência

Emergência	115	Judiciária	53 5380
Bombeiros	32 2222	Intoxicações	76 1176
CVP	66 5342	Aeroporto	71 1397
H. de S. José	86 0131	C.R.G.E.	53 8841
H. de S. Maria	73 0231	C. Águas	36 1361
P.S.P.	36 6141	Combóios	32 6222

tempo

Situação do tempo
09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava limpo e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	26°
P. DOURADAS	25°
COIMBRA	25°
PORTALEGRE	25°
LISBOA	26°
FARO	27°
FUNCHAL	22°

TEMPERATURAS EXTREMAS

FONTE BOA E MONTE ESTORIL	Máxima	36,5°
F. DE CASTELO RODRIGO	Mínima	13,6°

TEMPERATURAS NO ESTORIL

Água do mar	15,8°
Atmosfera	24,5°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
6.51 3,9 m	0.09 0,6 m
19.11 4,0 m	12.22 0,8 m

Dia 24

7.39 3,7 m	0.58 0,8 m
20.00 3,8 m	13.13 1,0 m

Dia 25

8.30 3,5 m	1.50 1,1 m
20.55 3,5 m	14.09 1,3 m

PREVISÃO GERAL ATÉ AS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo vento fraco, nortado durante a na Faixa Costeira Ocidental para sul do Cabo Carvoeiro.

AMANHÃ

NASCE AS 6.30
OCASO AS 20.56



DIA 26 DIA 4 DIA 11 DIA 17

SUSPENSA A CAÇA EM MOURÃO

Sobre a prática de actos de caça, em duas propriedades do concelho de Mourão, a Secretaria de Estado da Agricultura emitiu um esclarecimento em que se afirma, nomeadamente:

1 De acordo com os elementos apurados foi efectivamente concedida, em 9 de Abril de 1974, para vigorar até 30 de Setembro do mesmo ano, uma autorização de caça aos coelhos nas propriedades denominadas de «Carvoeira» e «Sardineira» daquele concelho;

2 Esta autorização foi concedida mediante pedido do proprietário e como fundamento de que as espécies referidas ocasionavam prejuízos graves nas culturas;

3 Dadas as reclamações apresentadas, foi já determinado pelo actual secretário de Estado a suspensão da autorização e a realização das necessárias averiguações.

O «DIÁRIO DE LISBOA» é vendido por José Ferreira Morgado BOAVISTA-LEIRIA

MISSORA

1.º Programa

16.00 Noticiário. A canção de hoje

16.30 Onda musical

18.00 Convidados de hoje

18.30 «Forças Armadas»

19.00 Orquestras e canções

20.00 Jornal da noite. Melodias

21.00 Momento 74

21.20 «Que quer ouvir?»

21.40 «A grande música negra»

22.45 Hóquei em patins. Campeonato do Mundo. Transmissão do Pavilhão dos Desportos de Lisboa, do relato do jogo Portugal-Bélgica por Nuno Bras. De um dia para o outro

00.00 Sinal horário.

2.º Programa

16.00 Uma obra... duas interpretações: a sinfonia n.º 5, de Schubert.

16.55 Música vocal do renascimento: canções, de Guilherme Dufay.

17.15 Curiosidades musicais.

17.45 Intercâmbio musical. Décimo diorama da música contemporânea.

18.15 Sherzo Capriccioso, Op. 66, de Dvorak, pela Orquestra Filarmónica Checa, dir. por Karel Sejna

18.30 Gravações históricas.

19.00 História de Bailado

19.30 Música de piano

20.00 Jornal da noite

20.30 Concerto Grosso em re maior de Kaendel e Allegro.

21.00 Música vocal de Brahms.

21.28 Música sinfónica.

21.45 Música em estúdio: Lieder de Mozart

22.15 O gosto pela música, pelo dr. João de Freitas Branco.

22.45 Música sinfónica: extractos da música decena «elf-Hill», op. 100, de Kuhlau.

00.32 Dois ciclos de melodias, de Poulenc, pelo barítono Gérard Souzay. Ao piano Dalton Baldwin.

01.00 Fecho

Programa Estereofónico MF 2

21.00 Música ligeira variada.

22.00 Intercâmbio musical: concerto Gravações cedidas pela Radiofusão Austríaca.

22.30 Orquestras de Câmara: «Academy of Saint-Martin-in-The-Fields».

23.20 Música coral sinfónica.

01.00 Fecho

RÁDIO CLUBE

Onda Média

16.00 Noticiário

16.04 Programa CDC

18.02 Programa Movimento.

20.40 Programa Movimento/Rádio-Teatro

21.03 Terça-feira à noite

21.32 Quando o telefone toca

22.05 Antiquário

23.00 Quando o telefone toca

23.05 Novas de alegria

23.30 No Mundo aconteceu

02.00 A noite é nossa.

06.00 Diário rural

07.00 Talismã.

Rádio Renascença

16.00 Noticiário

16.05 Radioroma

18.00 Tris

18.22 Palavra do dia. No final, Terço e bênção da Basílica dos Mártires

19.00 Jornal do serviço de notícias e reportagens de R. Renascença.

19.30 Página 1

21.05 Igreja é Plural

21.45 Pentagrama

22.00 Quando o telefone toca

22.30 Esquema, 13

23.05 A 23.ª hora.

EMISSORES ASSOCIADOS DE LISBOA

RÁDIO VOZ DE LISBOA

06.00 às 10.00 e 14.30 às 17.00

RÁDIO GRAÇA

10.00 às 12.00 e 22.00 às 02.00

C. RADIOFÓNICO DE PORTUGAL

12.00 às 14.30 e 17.00 às 19.30

RÁDIO PENINSULAR

19.30 às 22.00

baterias

TUDOR

pilhas

NOVOS SERVIÇOS DE VENDAS E ARMAZÉM

R. PROF. REINALDO DOS SANTOS

28-A - TELER - TEL. 334-410

fornecedores de serviço

LISBOA

TURN OF 1
(TODA A NOITE)

AJUDA
Lidia Almeida, Calçada da Ajuda 170 (Telef. 637318)

ALCANTARA
Proibida, Rua de Alcântara 15-A-B (Telef. 638589)

ALTO PINA
Eusil, Rua Barão de Sabrosa, 104 (Tel. 841912)

ALVALADE
Selo, Av. de Roma 53 (Telef. 778314); Rainha Santa, Rua Afonso Lopes Vieira, 57-B (à Av. do Brasil) (Telef. 765262)

ANJOS
Guerra, Rua Andrade, 32-38 (Telef. 845513)

AREIRO
Central do Areiro, Avenida Paris, 2-2-A (Telef. 720820)

AVENIDA DA LIBERDADE
Galénica, Rua das Pretas, 12-14 (Telef. 322588)

AVENIDAS NOVAS
Saldanha, Avenida Praia da Vitória, 53-55 (Telef. 43938); Santa Maria, Av. 5 de Outubro, 283-A (à Feira Popular e Av. 28 de Maio) (Telef. 763016)

BAIRRO ALTO
Oliveira, Rua D. Pedro V 123-125 (Telef. 827880)

BAIRRO DA ENCARNACÃO
Ascensão, Praça do Norte, 11-A (Telef. 312161)

BENFICA
Marques, Estrada de Benfca, 648 (Telef. 70096)

CARNIDE
S. João, Estrada da Luz, 124-A (Telef. 783179)

CAMPOLIDE
Rualto, Rua Alto do Carvalhão, 5-A-B (Telef. 651721)

CAMPO DE OURIQUE
Condado, Rua Coelho da Rocha, 119 (Telef. 666206)

CHARNECA
S. Bartolomeu, Vila Paulo Jorge (às Galinheiras) (Telef. 790969)

ESTRELA
Aurélio Rego, Calçada da Estrela, 139 (Telef. 661758)

GRAÇA
Aves de Carvalho, Rua Vale St.º António, 79 (Telef. 840125); Anunciada, Rua do Vigário, 74 (Telef. 866360)

GRILLO
Griló, Rua do Grilo 25 (Telef. 385264)

OLIVAIS
Fernandes Borges, Rua Cidade de Benguela, lote 300 Olivaes Sul (Telef. 311091)

PENHA DE FRANÇA
Dimar, Rua Conde Monsaraz, 17-B (Telef. 842533)

TURN OF 2
(ATÉ ÀS 22 HORAS)

ALCANTARA
Infante Santo, Rua do Olival, 290 (Telef. 661003)

ALMIRANTE REIS
Aliança, Av. Almirante Reis, 145-B/C (Telef. 50487)

ALVALADE
Alentejo, Av. da Igreja, 28-B (Telef. 712682); Estados Unidos, Av. Estados Unidos da América, 16-B (Telef. 725859)

AVENIDA DA LIBERDADE
Vieira Borges, Rua Alex. Herculano, 28 (Telef. 40536)

AVENIDAS NOVAS
Cardale, Av. Visconde Valmor, 28-A/B/C (Telef. 772291)

BAIRRO DOS AJÓZES
Aliança, Av. Almirante Reis, 145-B/C (Telef. 50487)

BAIXA
Internacional, Rua Aurea, 228 (Telef. 322017 e 30203)

BENFICA
Vilex, Estrada de Benfca, 373-B (Telef. 780548)

CAMPOLIDE
Imparcial, Rua General Taborda, 28 (Telef. 680931)

CAMPO DE OURIQUE
Almeida, Rua Silva Carvalho, 136 (Telef. 681726)

CONDE REDONDO
Contemporânea, Rua Conde de Redondo, 26-30 (Telef. 45048)

GRAÇA

Monte, Rua Senhora do Monte, 30-A/B (Telef. 867842)

LUMIAR
Palmeira Herdeiros, Rua do Lumiar, 122-124 (Telef. 790332)

OLIVAIS
Central dos Olivais, Rua Alferes Barrilero Ruas 7-C (Olivais Norte)

S. SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Linha, Av. António Augusto de Aguiar, 17-A (Telef. 42312)

S. BENTO
Valentim, Rua Poço dos Negros, 88-90 (Telef. 679453)

PICHELEIRA
Markuz, Calçada da Picheleira, 140-B/C (Telef. 720773 e 728395)

SANTO AMARO
Santo Amaro, Rua Filinto Elísio, 29-A/B (Telef. 837070)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SETUBAL
Bocagana, R. do Romeu (Tel. 23425)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

ALMADA

Cristo Rei, Av. do Cristo Rei, 31 (Telef. 2766498)

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, Est. Nacional, 244-A (Telef. 2040141)

BARREIRO
Mascarenhas Neto, R. Almeida Garrett, 1 (Telef. 2072141)

COVA DA PIEDADE
Atlântico, R. Padre Manuel Bernardes, 1 (Telef. 2764466)

MOITA
União Moitense, Av. dr. Teófilo Braga (Telef. 239025)

MONTIJO
Higiene, R. José Joaquim Marques, 142 (Telef. 230370)

SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis, 67 (Telef. 229028)

SETUBAL
Bocagana, R. do Romeu (Tel. 23425)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

SEIXAL
Godinho, L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580)

cinemas

cinemas

cinemas

ROXI (T. 48560)

14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (14 anos)
2.ª Semanal Colorido
Gian Maria Volante e Ricardo Cucciolia SACCO E VANZETTI. Um filme político!
Metro: Intendente

CONDES (Tel. 322523/326710)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
(Grupo D-18 anos)
11.ª Semanal Colorido
Julie Christie, Donald Sutherland
«AQUELE INVERNO EM VENEZA»
o acto de amor... como jamais foi visto no ecran «The Sim»

ESTÚDIO APOLO 70 (T. 763319)
14.15, 16.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
3.ª Semanal
Um filme de Pier Paolo Pasolini com Maria Callas MEDEIA

MUNDIAL (T. 538743)
14.15, 16.30 e 21.45
Grupo C (14 anos)
Jack Lemmon e Romy Schneider na comédia EMPRESTA-ME O TEU MARIDO (Sem juros e limpinho, claro está)
Ar Condicionado

EUROPA (T. 661016)
21.30
Grupo B (10 anos)
3.ª Semanal
MY FAIR LADY com Audrey Hepburn e Rex Harrison
Ar Condicionado

OXFORD (CASCAIS)
16.00 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Uma comédia sex-acional SEXO NUNCA, SOMOS BRITÂNICOS

CINEMA CASTIL (T. 530194)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo C (14 anos)
6.ª Semanal
Um filme de Federico Fellini AMAR-CORD

ROMA (Tel. 727778)
15.30, 18.30 e 21.45
3.ª Semanal
(Grupo B-10 anos)
Eastmancolor. Les Charlots «OS MALUCOS EM ESPANHA»

S. JORGE (Tel. 54154)
15.00, 18.15 e 21.30
(Grupo D-18 anos)
Em 4.ª Semanal a notável comédia «IRMA LA DOUCE» com Shirley Mac Laine e Jack Lemmon.
Atenção: Devido à longa-metragem na sua versão integral, o filme tem início às 15.15 e 18.15 nas matinées

RESTELO (T. 610375)

21.30
Grupo D (18 anos)
SEGREDOS PROIBIDOS com Jacqueline Bisset

SATELITE (T. 562632)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
2.ª Semanal
AU HAZARD BALTHAZAR (Peregrinação exemplar. Um filme de Robert Bresson)

ODF ON (Tel. 326283)
15.15, 18.15 e 21.30
(Grupo B-10 anos)
Sara Montiel no seu maior êxito mundial «O PECADO DE AMAR» o seu amor foi o paraíso de três homens... mas todos lhe negaram a felicidade. Lindas canções.

AVIZ (Tel. 47163)
15.30, 18.30 e 21.45
(Grupo A-6 anos)
Eastmancolor. Franco Franchi e Ciccio Ingrassia «002 E O CEREBRO ELECTRONICO»

CINEARTE (T. 660446)
21.30
Grupo D (18 anos)
Colorido
Jack Palance em A VINGANÇA DOS IRMÃOS BLUE

ROYAL (T. 865037)
15.00 e 21.00
Grupo D (18 anos)
SANGUE, SUOR E POLVORA. Em complemento NÃO INCOMODE

ESTÚDIO 444 (T. 779095)
15.30, 18.30 e 21.45
Grupo D (18 anos)
2.ª Semanal Colorido
A MULHER DAS MIL CARAS com Barbra Streisand

PATHE (Tel. 821923)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
(Grupo D-18 anos)
Entre dois momentos de amor «PAUSA BREVE» um filme de Vittorio de Sica

BENCA (T. 776098)
15.15, 18.30 e 21.45
Grupo C (14 anos)
Technicolor
A mais bela história de amor de todos os tempos ROMEO E JULIETA um filme de Franco Zeffirelli

LONDRES (T. 801313)
14.15, 16.30, 18.45 e 21.45
Grupo D (18 anos)
Colorido
O filme de Luis Buñuel BELLE DE JOUR. Finalmente em Portugal

ALVALADE (T. 717480)

15.30, 18.30 e 21.45
Grupo B (10 anos)
Colorido
O maior concerto «Pop» da década! CONCERTO PARA BANGLA DESH com George Harrison, Ringo Starr, Bob Dylan e muitos outros
Metro: Alvalade

ESTÚDIO (T. 555135)
15.30, 18.30 e 21.45

NACIONAL



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
E PUBLICIDADE
RUA CASTILHO, 185 1.º 2.º E 4.º
TELEF. 654531/2/3/4
REDAÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5 320271/2/3
RUA DA ROSA, 57
END. TEL. DUBOIS TELEF. 12363
LISBOA PORTUGAL

O ENSINO NA DEMOCRATIZAÇÃO

Continuação da pág. 1

global visando a instauração da democracia.

Após acentuar que sendo certo que o não saneamento e uma certa tibieza geraram um clima de suspeita permanente, afirmou que também poderemos construir no ódio um país de esperança. Terá de ser um clima de colaboração sã, franca e leal, onde se incluam todas as tendências. Mais adiante o prof. Magalhães Godinho declarou:

«Para isso há que criar os diplomas legais e apoiar as iniciativas válidas reprovando as que não se integrem nos interesses da colectividade. Há que proceder à sindicalização de professores e outros quadros de pessoal que são interlocutores úteis e importantes para todo o nosso trabalho mas não devem ser confundidos com órgãos do Poder e exercício de administração. Depois do fascismo cabe-nos as associações de estudantes a plenitude de exercerem o poder que lhes compete como representantes dos estudantes e que são elementos contribuintes para esclarecimento e consciencialização da opinião pública.»

O prof. Vitorino Magalhães Godinho referiu-se à organização das escolas, sublinhando que há que aproveitar as

experiências de Maio de 68 para não sofreremos as desilusões que depois daí vieram — as escolas não podem ser tomadas como feudos independentes, visto que respondem perante a Nação.

Ao Ministério da Educação cabe a tarefa de democratização da cultura «para que todos os portugueses se tornem cidadãos conscientes ao serviço da Nação.» Assim, o prof. Magalhães Godinho focou a necessidade de se criarem condições materiais e sociais que permitam a todos a sua realização como indivíduos. Para isso, a escola deverá iniciar a sua acção desde a fase infantil, «pois é no jardim da infância que se jogam os destinos dos portugueses.»

O ministro da Educação referiu-se ainda à necessidade de uma cultura autêntica, baseada no rigor, repudiando «o triunfo generalizado da mediocridade que foi uma das características do fascismo.»

A meio da manhã de hoje, uma comissão de professores do Ensino Primário dirigiu-se ao Ministério da Educação e Cultura a fim de entregar ao respectivo ministro, dr. Magalhães Godinho, uma moção aprovada em assembleia de delegados daquele professorado realizada no passado dia 10.

PORTUGAL CORTA RELAÇÕES COM O MALAWI

Continuação da pág. 1

criar graves perturbações em Moçambique.

Por outro lado, nos últimos dias, a Embaixada de Portugal em Zomba tem sido objecto de atitudes manifestamente vexatórias e discriminatórias por parte das autoridades do Malawi e contrárias aos mais elementares usos das relações diplomáticas.

Foi, portanto, o encarregado de Negócios de Portugal em Zomba instruído no sentido de entregar esta manhã no Ministério dos Negócios Estrangeiros do Malawi uma Nota redigida nos seguintes termos:

1.º Considerou o Governo português instaurado depois do dia 25 de Abril que era do seu interesse a manutenção das melhores relações com o

Governo do Malawi particularmente neste momento quando se encontra empenhado em levar a cabo uma aberta política de descolonização de acordo com os princípios das Nações Unidas.

2.º Em várias oportunidades foram manifestadas ao Governo do Malawi aquelas intenções de aberta e inequívoca colaboração no sentido de melhorar as relações entre os dois países.

3.º Entende, no entanto, o Governo português que a atitude tomada pelo Governo do Malawi em relação ao engenheiro Jardim constitui ostensivo propósito de criar graves obstáculos à citada política de descolonização.

4.º Por outro lado, entende também o Governo português

que a situação que foi criada à Embaixada de Portugal no Malawi é inaceitável.

5.º Nestas circunstâncias, vê-se o Governo português obrigado a retirar os seus representantes diplomáticos em Zomba enquanto não lhe seja dada satisfação. O Governo português é o primeiro a lastimar tal facto mas não pode deixar de considerar mais uma vez e acentuar que é inadmissível que o Governo do Malawi permita que a partir do seu território se possam criar graves obstáculos à política de descolonização em que está empenhado consentindo-se, denominadamente que o Engenheiro Jardim oriente ou dirija do Malawi actividades terroristas relacionadas com a situação interna em Moçambique.»

A Frelimo dialoga

Continuação da pág. 1

Paralelamente, estranhos assassinatos se vêm cometendo nos referidos bairros, visando a instabilidade, desconfiança e excitação das respectivas populações.

A FRELIMO E OS COLONOS

Entretanto, regista-se um esforço por parte da Frelimo no sentido de captar a confiança da população branca que, aterrorizada com aquilo que se diz sobre o movimento nacionalista, pensa abandonar Moçambique.

Ontem, na Zambézia, registaram-se vários encontros casuais entre elementos da população branca e guerrilheiros, que decorreram no clima de amizade e compreensão. Os nacionalistas insistem em que a população branca nada tem a recear, aconselhando calma e pedindo colaboração na campanha de mentalização junto da população, estão já aprazados novos encontros.

Por outro lado o eng. Manuel Portela, que há cerca de um mês juntamente com cinco companheiros, se tinha embrenhado no mato, na zona de Tete, para contactar com repre-

sentantes da Frelimo, voltou agora, relatando o que se passou. De acordo com declarações prestadas ao vespertino «Tribuna», o eng. Portela depois de ter andado cerca de 10 quilómetros até encontrar os primeiros guerrilheiros foi levado junto do comandante de uma das bases da área de Tete, o qual, por sua vez, o conduziu ao comandante da região e ao comissário político. Porém, dado que aqueles 2 dirigentes da Frelimo não podiam responder à questão posta pelo eng. (garantia de segurança para trabalhar na pesquisa de pescas a nível industrial numa zona operacional da Frelimo) seguiu-se uma nova deslocação, desta vez até à Zâmbia, de onde entraram em contacto com o presidente Samora Machel, que não ofereceu garantias, já que a zona onde o eng. Portela trabalha é considerada uma zona operacional de grande importância para a Frelimo.

A REACÇÃO TOMOU CONTA DO «NOTÍCIAS DA BEIRA»?

Enquanto tudo isto acontecia, sem esquecer a posição quase generalizada das tropas portuguesas quanto à paz no terreno, a Frecomo, último agrupamento político de Joana Simião, fez emitir um comunicado, declarando que a sua comissão central se vai deslocar a Lisboa a fim de contactar com o Governo Provisório português. Deste modo, o anúncio do congresso dos povos de Moçambique que a Frecomo se propunha organizar em Nampula no dia 28 ficou adiado. A delegação daquele movimento diz ainda que se avistara com elementos das Nações Unidas e da O.U.A. estando também no programa da viagem entrevistas com os Governos da Costa do Marfim e Uganda.

A pergunta renova-se: quem paga as viagens da Frecomo? Quem estará por detrás de tudo isto?

Entretanto, o «Notícias da

Beira» saiu hoje apenas com duas folhas, por ordem expressa do Secretariado Provincial de Comunicação e Turismo, dr. William Pott. Contrariamente, ao que era habitual, a lista com os nomes dos redactores não saiu. Isto é bastante grave pois como já ontem noticiei, os redactores opõem-se à entrega do jornal à Convergência Democrática, organização da direita moçambicana, que já fez promessas de aumentos de salários ao pessoal da tipografia o qual como era de esperar se opõe agora à Redacção.

ADIADAS VISITAS ÀS COLÓNIAS

Num comunicado distribuído à Imprensa, o Ministério da Coordenação Interterritorial considera que com frequência têm delegações dos territórios das colónias «feito com maior ou menor ênfase declarações públicas relativas à sua representatividade». Citando o caso da ida a Luanda de uma comissão de averiguação dos incidentes ali registados e da chamada a Lisboa do Governador-Geral de Angola, esclarece o Ministério que «sem prejuízo do direito das referidas ou quaisquer outras delegações se fazerem ouvir dentro do espírito de diálogo aberto e de respeito pelas diversas correntes de opinião que é timbre do novo regime, as entidades responsáveis ao nível do Governo Central não se responsabilizam por quaisquer notícias ou informações, tendenciosas ou não, que estabeleçam relação causal entre a vinda das referidas delegações ou às declarações ou posições públicas que tenham assumido ou venham a assumir, com quaisquer medidas que as referidas entidades responsáveis tenham tomado ou venham a tomar».

O Ministério da Coordenação Interterritorial também informa que a deslocação do Presidente da República a Angola e Moçambique foi adiada para data a anunciar oportunamente: e que ainda não se encontra fixada a data da deslocação do Ministro da Coordenação Interterritorial a Angola e Moçambique.

JUNTA MILITAR PARA ANGOLA

Angola vai ser governada por uma Junta Militar, cuja criação foi decidida numa reunião da Junta de Salvação Nacional, ontem efectuada — revela um comunicado oficial, em que se acrescenta que «será oportunamente divulgada a reestruturação político-administrativa daquele Estado».

Parece confirmar-se, assim, que o general Silvino Silvério Marques, não voltará a ocupar o cargo de governador-geral de Angola. Também parece certo que não fará parte da Junta Militar. O seu afastamento estará directamente ligado às críticas que lhe têm sido feitas por uma acção que terá permitido os incidentes dos musseques, e estaria na origem da sua vinda súbita a Lisboa, por ordem do Governo Provisório.

Entretanto, da reunião do Conselho de Ministros que ocupou cinco horas e meia, a partir das 17 horas de ontem, saiu a criação de três novos órgãos governativos: a Secretaria de Estado do Emprego, no Ministério do Trabalho, e as subsecretarias de Estado nos Ministérios da Comunicação Social e Administração Interna. Foi ainda decidida a criação do Conselho de Coordenação Económica e Social.

Admite-se que o novo cargo de secretário de Estado do Emprego venha a ser ocupado pelo dr. Herberto Goulart, actual presidente do Fundo de Fomento de Mão de Obra.

Quanto às restantes secretarias do mesmo Ministério, sabe-se que para secretário de Estado do Trabalho será reconduzido o dr. Carlos Carvalhas e que para secretário de Estado da Emigração será nomeado o eng.º Pedro Coelho, do Partido Socialista, que foi membro da Comissão Executiva da C.D.E. de Lisboa e candidato às eleições de 1973 por aquela organização.

A DOENÇA DE FRANCO

Continuação da pág. 1

eventual na chefia do estado, já que pertencia a uma dinastia que reinou em Espanha durante vários séculos e deu «claras indicações de lealdade aos princípios e instituições do regime.» Melhor um pouco: Juan Carlos está «estritamente vinculado aos exércitos da terra, mar e ar, nos quais forjou o carácter.»

Cinco anos depois, quase dia por dia, o jovem Borbon substitui Franco nas funções efectivas de chefe do executivo. Até agora não se conhecem reacções importantes da esquerda (oposicionista) mas talvez ao longo do dia elas principiem. É seguramente uma questão de paciência.

Franco padecia antontem de um efeito chamado «hematemese», produzido pelo tratamento com anticoagulantes. A fibrina do sangue tem a propriedade de solidificar-se em certas circunstâncias: com os anticoagulantes, porém, dá azo a hemorragias, pois (segundo a informação de «Hoja del Lunes»), a maior parte dos estômagos humanos tem ulcerações microscópicas. Eis descrita a crise de domingo.

Na porta n.º 9 da clínica Francisco Franco nada se percebe além desta frieza dos bolins. O paciente se dá passos, dá-os no sexto piso, enquanto o conselho nacional do Movimento (Falange) se congratula pela sua excepcional clarividência política em assegurar, tão ser percalço, a sucessão.

CORRIDA DO SINDICATO DOS TOUREIROS A FAVOR DO SEU FUNDO DE ASSISTÊNCIA 7 TOIROS PALHAS 7

CAVALEIROS ESPADAS
MESTRE BAPTISTA JOSÉ JÚLIO
MIGUEL DA VEIGA JOSÉ FALCÃO
JOSÉ JOÃO ZOIO ÓSCAR ROSMANO



CARLOS PIMENTEL
NOVILHEIRO

FORCADOS
AMADORES DE LISBOA

CAPITANEADOS POR
NUNO SALVAÇÃO BARRETO

Grp. Amadores brancos

CAMPO
PEQUENO

DIA 25, ÀS 22 HORAS

MATERIAL FOTOGRÁFICO

Agora sim, de filma projectar das famosas marcas Canon, Eumig, Asahi, Olympus, Mamiva, rolos col. a preços de sensação.
«GALERIAS ROLDÃO» Av.º Almirante Reis, 13-E
Telef. 57 01 80

CHARTERS

PARTIDAS FREQUENTES

VOOS DE FRETAMENTO PARA

LONDRES
FUNCHAL
LAS PALMAS
P-MA DE MAIORCA
ROMA
PARIS

PREÇOS MUITO BAIXOS

CONSULTE

MUNDIRAMA

REDECRUIÇÃO, N.º 33
LISBOA 2 TELEF.
3 9633 34296
3 9636 36294

PASSAPORTES

